



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA PPG-GEO

CAROLINE FERREIRA MEDEIROS

**POTENCIALIDADE DE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS EM RORAIMA:
ESTUDO DE CASO DA REGIÃO DO APIAÚ**

Boa Vista/RR

2019

CAROLINE FERREIRA MEDEIROS

**POTENCIALIDADE DE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS EM RORAIMA:
ESTUDO DE CASO DA REGIÃO DO APIAÚ**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção de título de mestre em Geografia da Universidade Federal de Roraima na Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras

Boa Vista/RR

2019

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M488p Medeiros, Caroline Ferreira.
Potencialidade de criação de novos Municípios em Roraima : estudo de caso da Região do Apiaú / Caroline Ferreira Medeiros. – Boa Vista, 2018.
157 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1 – Municípios. 2 – Análise urbana. 3 – Amazônia setentrional. 4 – Roraima. I – Título. II – Veras, Antônio Tolrino de Rezende (orientador).

CDU – 911.375(811.4)

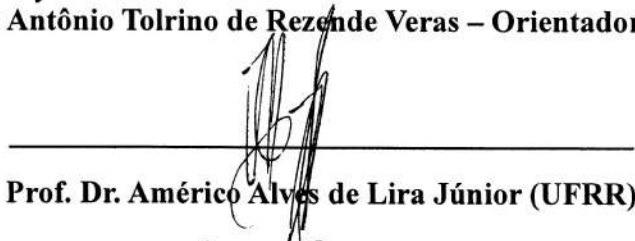
CAROLINE FERREIRA MEDEIROS

**POTENCIALIDADE DE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS EM RORAIMA:
ESTUDO DE CASO DA REGIÃO DO APIAÚ**

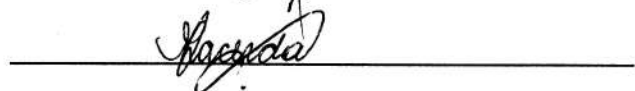
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 22 de março de 2019 e avaliada pela seguinte banca:



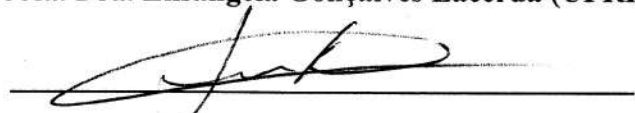
Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras – Orientador (UFRR)



Prof. Dr. Américo Alves de Lira Júnior (UFRR)



Profa. Dra. Elisângela Gonçalves Lacerda (UFRR)



Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino (UERR)

Dedico essa dissertação primeiramente a Deus, por renovar suas misericórdias sobre minha vida a cada dia e por me encher da paz que vem dEle; aos meus pais Artur Carvalho Medeiros e Lidia Maria Ferreira Medeiros, pelo seu amor e apoio incondicional; e ao meu irmão Artur Carvalho Medeiros Junior, por ser sempre uma fonte de alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por ter me dado capacidade e condições de realizar essa pesquisa, me abençoando além do que eu poderia imaginar, me sustentando nas horas de fraqueza e me inspirado em todos os momentos.

Aos meus pais, Artur e Lídia, que independente da situação sempre foram um exemplo impecável de perseverança, guiando minha vida nos caminhos do Senhor e se certificando de que eu sempre me sentisse amada e protegida.

Ao meu irmão e melhor amigo, Artur Junior, que estava sempre disposto a ouvir minhas reclamações e desabafos, me lembrando que nem sempre devemos nos levar tão a sério, e constantemente enchendo os meus dias de risos e sonhos.

A minha prima, Natália, e a minha tia, Tereza, por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, independente da ocasião, mostrando seu apoio e carinho.

A minhas avós, Auzenda e Adelaide, que embora não estejam mais aqui para compartilhar esse momento comigo, participaram de minhas conquistas e ajudaram a fazer de mim quem eu sou hoje.

Ao meu professor orientador, Antônio Tolrino de Rezende Veras, por toda a disposição e paciência, suportando minhas infinitas reclamações e inseguranças, compartilhando sua sabedoria e conhecimento e me orientando nas diferentes etapas dessa caminhada.

A instituição UFRR por promover um ambiente propício ao desenvolvimento das minhas habilidades acadêmicas e a CAPES pela concessão da bolsa que permitiu que eu me dedicasse inteiramente a minha pesquisa.

A comunidade da IBMS e aos amigos do PGM pelas constantes orações e palavras de afeto, me lembrando sempre que eu tenho uma segunda família em Cristo, que me ama e se importa comigo.

Aos professores da banca por terem aceitado meu convite e se disposto a ler toda a minha dissertação, oferecendo conselhos e desejando sempre meu crescimento acadêmico.

E aos demais professores, amigos, colegas e instituições que estiveram comigo durante essa longa caminhada e que marcaram minha vida com ensinamentos que levarei para sempre.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Tereza de Calcutá

RESUMO

A possibilidade de emancipação municipal representa para muitos moradores de distritos brasileiros uma chance de desenvolvimento social e econômico, fortalecendo a política local e incentivando investimentos em diferentes áreas. Entretanto, diversos autores discutem os benefícios reais dessa prática, apontando a constante descentralização política brasileira e a existência de diversos pequenos municípios que dependem dos repasses da União para arcar com suas despesas. Dessa forma, essa dissertação tem o objetivo de verificar se a região do Apiaú, localizada no município de Mucajaí/RR, tem as condições populacionais e econômicas necessárias para ser caracterizada como uma área de potencialidade para emancipação municipal, analisando os diferentes conceitos geográficos e administrativos que acompanham a discussão, assim como as questões legais envolvidas, buscando compreender o contexto geohistórico e as características que marcam a realidade local atual. O estudo se inicia com uma pesquisa bibliográfica e um levantamento documental, seguido por observações do objeto de estudo e a pesquisa em campo, entrando em contato com a população local através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas. Os resultados apontam que a região do Apiaú possui um grande potencial de crescimento, com uma agropecuária forte e núcleos urbanos estruturados, contudo nem todos os pré-requisitos previstos pelos projetos de lei mais atuais são contemplados pela área e a simulação do Estudo de Viabilidade Municipal aponta problemáticas que não podem ser ignoradas, especialmente no âmbito econômico. Assim, conclui-se que a região do Apiaú não pode ser atualmente considerada como uma potencialidade de emancipação municipal, tanto pela falta de condições consideradas essenciais para a transição para a categoria de município, como pela influência econômica e cultural que a perda da área representaria para o município de Mucajaí. Ressalta-se também a relevância da realização de pesquisas acerca dos pequenos municípios brasileiros, apontando a falta de informações existentes e a necessidade de estudos que auxiliem a compreensão da realidade dos núcleos urbanos de menor escala. Espera-se que as discussões apresentadas por essa dissertação contribuam para a formação do conhecimento acadêmico referente aos pequenos municípios, instigando novos estudos no estado de Roraima e trazendo a região do Apiaú a tona como uma área de potencialidade de crescimento urbano.

Palavras-chave: Emancipação municipal. Análise urbana. Amazônia setentrional. Mucajaí/RR.

ABSTRACT

The possibility of municipal emancipation represents for many residents of Brazilian districts a chance of social and economic development, strengthening local politics and encouraging investments in different areas. However, several authors discuss the real benefits of this practice, pointing out the constant Brazilian political decentralization and the existence of several small municipalities that depend on federal transfers to cover their expenses. Therefore, this dissertation aims to verify if the region of Apiaú, located in the municipality of Mucajaí/RR, has the social and economic conditions necessary to be characterized as an area of potential for municipal emancipation, analyzing the different geographic and administrative concepts that accompany the discussion, as well as the legal issues involved, seeking to understand the geohistorical context and the aspects that characterize the current local reality. The study begins with a bibliographical and documentary research, followed by observations of the object of study and field research, contacting the local population through the application of questionnaires and interviews. The results indicate that the region of Apiaú has a great potential for growth, with a strong farming based economy and structured urban centers, but not all the conditions foreseen by the most current bills are contemplated by the area and the simulation of the Municipal Feasibility Study points out problems that cannot be ignored, especially in the economic sphere. Thereby, it can be concluded that the Apiaú region cannot currently be considered as a potential for municipal emancipation, due to the lack of conditions considered essential for the transition to the municipality category, as well as for the economic and cultural influence that the loss of the area would represent for the municipality of Mucajaí. It is also worth mentioning the relevance of research on small Brazilian municipalities, especially due to the lack of existing information and the need for studies that help the understanding of the smaller urban centers reality. It is expected that the discussions presented by this dissertation will contribute to the formation of academic knowledge regarding small towns, instigating new studies in the state of Roraima and bringing visibility to the Apiaú region as an area of potential urban growth.

Keywords: Municipal emancipation. Urban analysis. Northern Amazon. Mucajaí/RR.

RESUMEN

La posibilidad de emancipación municipal representa para muchos residentes de distritos brasileños una oportunidad de desarrollo social y económico, fortaleciendo la política local y incentivando inversiones en diferentes áreas. Sin embargo, diversos autores discuten los beneficios reales de esa práctica, apuntando a la constante descentralización política brasileña ya la existencia de diversos pequeños municipios que dependen de los traspasos de la Unión para cargar con sus gastos. De esta forma, esta disertación tiene el objetivo de verificar si la región del Apiaú, ubicada en el municipio de Mucajaí / RR, tiene las condiciones poblacionales y económicas necesarias para ser caracterizada como un área de potencialidad para emancipación municipal, analizando los diferentes conceptos geográficos y administrativos que acompañan la discusión, así como las cuestiones legales involucradas, buscando comprender el contexto geohistórico y las características que marcan la realidad local actual. El estudio se inicia con una investigación bibliográfica y un levantamiento documental, seguido por observaciones del objeto de estudio y la investigación en campo, entrando en contacto con la población local a través de la aplicación de cuestionarios y de la realización de entrevistas. Los resultados apuntan que la región del Apiaú posee un gran potencial de crecimiento, con una agropecuaria fuerte y núcleos urbanos estructurados, sin embargo no todos los requisitos previos previstos por los proyectos de ley más actuales son contemplados por el área y la simulación del Estudio de Viabilidad Municipal apunta problemáticas que no pueden ser ignoradas, especialmente en el ámbito económico. Así, se concluye que la región del Apiaú no puede ser considerada actualmente como una potencialidad de emancipación municipal, tanto por la falta de condiciones consideradas esenciales para la transición a la categoría de municipio, como por la influencia económica y cultural que la pérdida del área representaría para el municipio de Mucajaí. Se resalta también la relevancia de la realización de investigaciones sobre los pequeños municipios brasileños, apuntando la falta de informaciones existentes y la necesidad de estudios que auxilien la comprensión de la realidad de los núcleos urbanos de menor escala. Se espera que las discusiones presentadas por esta disertación contribuyan a la formación del conocimiento académico referente a los pequeños municipios, instigando nuevos estudios en el estado de Roraima y trayendo la región del Apiaú a la superficie como un área de potencialidad de crecimiento urbano.

Palabras clave: Emancipación municipal. Análisis urbano. Amazonas septentrional. Mucajaí/RR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematização de vias seguindo o modelo espinha de peixe	69
Figura 2 - Tráfego impossibilitado na vicinal 06, município de Mucajaí.	71
Figura 3 - Residências na Vila Apiaú.....	86
Figura 4 - Residência em madeira na Vila Nova.....	95
Figura 5 - Escola Municipal na Vila Apiaú.....	120
Figura 6 - Escola Municipal na Vila Nova.....	120
Figura 7 - Vias não asfaltadas na Vila da Penha	121
Figura 8 - Transporte público na Vila Samaúma.....	121
Figura 9 - Casa em madeira na Vila Apiaú	123
Figura 10 - Vila da Penha.....	123
Figura 11 - Vila Nova.....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização do objeto de estudo.....	16
Mapa 2 - Mapa de localização do município de Mucajaí/RR	73
Mapa 3 - Mapa de localização das quatro vilas identificadas na rodovia intermunicipal RR-325	75
Mapa 4 - Mapa de proposta de delimitação do município de Apiaú.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos questionários por zona na área de estudo.....	23
Tabela 2 - Distribuição das TIs (terras indígenas) por município em Roraima.....	57
Tabela 3 - Informações de localização das vilas de Mucajaí.....	76
Tabela 4 - Distribuição dos diferentes tipos de vegetação em Mucajaí/RR.....	78
Tabela 5 - Distribuição da população do município de Mucajaí/RR por grupo de idade e gênero, de acordo com os censos de 2000 e 2010	81
Tabela 6 - Produção agrícola e rebanhos bovinos dos municípios de Roraima	92
Tabela 7 - Potencialidades econômicas identificadas pelo PDLIS/FGV.....	93
Tabela 8 - Problemáticas citadas pelos moradores da região do Apiaú	119
Tabela 9 - Diagnóstico final da simulação do processo de emancipação municipal da região do Apiaú, a partir de diferentes tópicos de análise	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades administrativas brasileiras segundo o IBGE.....	38
Quadro 2 - Órgãos meio mais frequentes e suas atribuições	128
Quadro 3 - Órgãos fim e suas atribuições	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de moradores por residência na região do Apiaú.....	84
Gráfico 2 - Comparação do número de moradores por residência nas vilas da região do Apiaú	84
Gráfico 3 - Situação das residências da Região do Apiaú	86
Gráfico 4 - Tempo de habitação na região do Apiaú.....	878
Gráfico 5 - Comparação entre o tempo de habitação das vilas na região do Apiaú.....	88
Gráfico 6 - Local de origem dos moradores da região do Apiaú.....	89
Gráfico 7 - Principal motivo para mudança para a região do Apiaú	90
Gráfico 8 - Renda mensal média dos moradores da Região do Apiaú	95
Gráfico 9 - Principal fonte de renda familiar na região do Apiaú	96
Gráfico 10 - Principal fonte de renda das vilas da Região do Apiaú.....	97
Gráfico 11 - Frequência de deslocamento vila-sede dos moradores da Região do Apiaú	99
Gráfico 12 - Comparação da frequência do deslocamento vila-sede dos moradores por vila.	99
Gráfico 13 - Posicionamento dos moradores da região do Apiaú quanto à emancipação.....	136
Gráfico 14 - Posicionamento dos moradores da sede de Mucajaí quanto à emancipação	136

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. OBJETIVOS	18
1.1.1. Objetivo Geral	18
1.1.2. Objetivos Específicos	18
1.2. JUSTIFICATIVA	19
1.3. METODOLOGIA	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1. CONCEITOS GEOGRÁFICOS	26
2.1.1. Espaço	27
2.1.2. Região	31
2.1.3. Território	34
2.2. CONCEITOS ADMINISTRATIVOS	37
2.2.1. Município	39
2.2.2. Emancipação Municipal	41
2.2.3. Causas das Emancipações Municipais	45
2.2.4. Consequências das Emancipações Municipais	47
3. UM RESGATE GEOHISTÓRICO DO ESPAÇO ESTUDADO.....	51
3.1. A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA	51
3.2. RORAIMA: O EXTREMO NORTE BRASILEIRO	56
3.3. MUCAJÁ: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A MUNICÍPIO.....	63
3.4. A REGIÃO DO APIAÚ E SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA	67
4. ESTUDO DE CASO: A REGIÃO DO APIAÚ E SEU ENTORNO	72
4.1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	72
4.1.1. Localização	72
4.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	76

4.2.1.	Características geográficas	78
4.2.2.	Características populacionais	80
4.2.3.	Características econômicas	91
5.	DIAGNÓSTICO DA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL	101
5.1.	PRÉ-REQUISITOS PARA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL	102
5.1.1.	População mínima	103
5.1.2.	Número mínimo do eleitorado	105
5.1.3.	Núcleo urbano	106
5.1.4.	Número de imóveis	110
5.1.5.	Porcentagem de arrecadações	111
5.1.6.	Situação da localização	112
5.1.7.	Continuidade geográfica	113
5.2.	ESTUDO DE VIABILIDADE MUNICIPAL	114
5.2.1.	Viabilidade Sócio-Ambiental e Urbana	115
5.2.2.	Viabilidade Político-Administrativa	125
5.2.3.	Viabilidade Econômico-Financeira	130
5.3.	PLEBISCITO	134
5.4.	DIAGNÓSTICO FINAL	138
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	146
	APÊNDICES	151
	ANEXOS	154

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história humana, o espaço tem sido disputado, conquistado e reivindicado, deixando de ser uma simples localidade e se tornando parte da identidade da população que o habita. As diferentes formas de poder – econômico, político, religioso – baseiam a territorialização desse espaço, definindo, assim, o conceito de território a partir das diferentes relações que esses poderes expressam em um determinado momento, dentro de uma área delimitada. Souza (2000) destaca a importância do território dentro da Geografia Política, caracterizando-o como a união do solo e do poder, do natural e do criado, e como peça essencial para formação de um Estado.

Uma vez territorializado, o espaço permanece sendo subdividido, se apresentando em diferentes escalas e hierarquias, com seu poder descentralizado em prol de uma organização mais eficiente e de uma garantia de proteção e domínio de suas fronteiras. Assim, as constantes transformações sociais e trocas de informações que marcam a realidade humana atual exigem uma administração política cada vez mais organizada, o que contribui para a existência dessas diferentes repartições dentro do mesmo território.

No caso do Brasil, esta realidade não é diferente e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o maior país da América do Sul divide seus 8.515.759,090 km² de diferentes formas, sendo algumas mais classificatórias – como é o caso da divisão em cinco grandes regiões – e outras voltadas para questões administrativas. O IBGE ainda aponta que a divisão político-administrativa brasileira consiste em União, Distrito Federal, Estados e Municípios, cada um com características próprias, deveres específicos e autonomia perante a Constituição Federal.

O município entra nesse contexto como a menor unidade administrativa autônoma do Estado, possuindo certo poder político, porém, estando em uma posição relativamente mais baixa dentro da escala hierárquica. Ainda assim, a possibilidade de uma política própria que valorize a população local e invista de forma racional e coerente no espaço habitado leva diversos distritos e vilas a almejarem a posição de município, o que – somado a outros fatores – pode dar início ao processo de emancipação municipal.

Os grandes ápices do desmembramento municipal brasileiro ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960 e após o ano de 1988, quando a nova Constituição passa aos estados a responsabilidade de definir os critérios legais referentes à emancipação. Embora alguns autores vejam o desmembramento como um problema político, Cigolini (1999) reforça que os

aspectos alusivos ao desmembramento devem ser apontados pelos estados, uma vez que um país extenso como o Brasil possui diversas realidades contrastantes.

Com a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, os estados mantem sua autonomia quanto à emancipação municipal, entretanto, são estipuladas novas exigências, com o intuito de diminuir o número de casos de desmembramento e, conseqüentemente, os gastos que os mesmos trazem (CIGOLINI, 1999). Ainda assim, a emancipação municipal continua sendo uma questão amplamente abordada vista como problema e/ou solução e que necessita ser entendida em sua totalidade.

A possibilidade de criação de novos municípios em Roraima tem sido base de diversas discussões políticas atuais, trazendo o tema de volta à comunidade acadêmica roraimense e questionando as causas dessa intenção e as possíveis conseqüências que tais desmembramentos trariam para as regiões em questão e para o desenvolvimento do estado. Sendo apontada por alguns como uma chance de trazer desenvolvimento econômico e urbano para áreas historicamente mais isoladas do estado, e por outros como um criador de mais gastos futuros com administração política. É essencial perceber que se trata de uma discussão válida, analisando conceitos que podem levar ao desenvolvimento econômico e social do estado e de seus municípios.

É relevante apontar que, dentro dos 15 municípios que compõem o estado de Roraima, a capital Boa Vista se destaca com uma estimativa de aproximadamente 65% da população total do estado (STAEVIE, 2011), contendo grande variedade de oportunidades de emprego, assistência médica, lazer, opções de educação e infraestrutura. Staevie (2011) aponta, em sua pesquisa, que esse desequilíbrio hierárquico apresentado entre as demais cidades roraimenses e sua capital caracteriza um caso de macrocefalia urbana, onde uma única área central tem um desenvolvimento significativo e o restante reage formando uma relação de dependência – política, econômica ou até mesmo de serviços básicos. Dessa forma, muitos argumentam que futuras emancipações possam colaborar com esse processo, fragmentando ainda mais municípios já fragilizados e impedindo o desenvolvimento dessas localidades.

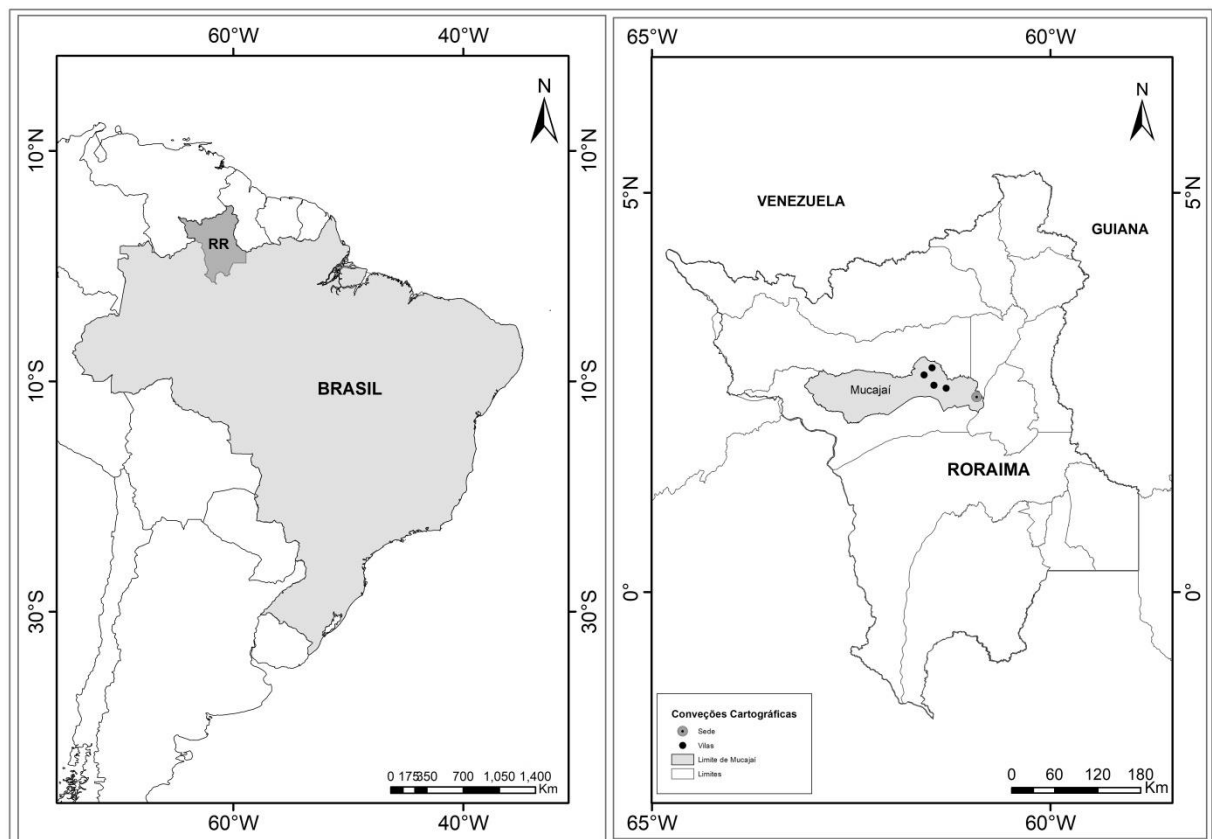
A falta de compreensão a respeito dos parâmetros legais que regularizam a emancipação e criação de municípios também se apresenta como um obstáculo a ser superado dentro do processo. Pequena parte da população tem acesso a essas informações, podendo optar conscientemente sobre o assunto e, mesmo no ambiente acadêmico, as divergentes legislações se apresentam de forma confusa e pouco esclarecedora.

Além disso, é possível perceber que ainda existe a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a realidade econômica atual dos municípios de Roraima, uma vez que

grande parte da bibliografia existente sobre o estado aborda mais profundamente sua capital. Informações quanto à economia, índices populacionais e realidade social das vilas também são essenciais para que a discussão inicial proposta seja de fato eficiente e entenda as necessidades locais.

Baseando-se nisso, essa dissertação aborda uma dessas áreas de potencialidade de emancipação municipal, com o intuito de identificar as maiores problemáticas do processo, estabelecer a metodologia necessária para uma criação municipal e verificar a existência de condições positivas para a emancipação. Assim, o objeto de estudo abordado nessa dissertação é a região do Apiaú, área delimitada pelas suas características históricas e culturais semelhantes, localizada dentro do município de Mucajaí e contando com quatro vilas bem estabelecidas, como se observa no Mapa 1.

Mapa 1- Mapa de localização do objeto de estudo



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros e Ricardo Buitrón

Situado às margens do rio que lhe deu nome, o município Mucajaí é um dos quinze atuais municípios do estado de Roraima. Criado a partir da iniciativa de promoção do desenvolvimento agrícola local do primeiro governador do Território Federal do Rio Branco,

Ene Garcez Reis, o município de Mucajaí se originou da Colônia Agrícola Fernando Costa, estabelecida em 1951. Com a Lei Federal n.º 7.009, de 1982, Mucajaí foi elevado à categoria de município, sendo desmembrado dos municípios de Boa Vista e Caracaraí (SEPLAN, 2014).

Com uma população estimada de 16.852 habitantes, uma densidade demográfica de 1,19 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,665 (IBGE, 2016), a agropecuária representa a parcela mais significativa da economia local, embora sua população seja predominantemente urbana. Atualmente, Mucajaí tem sido palco de uma série de discussões políticas, algumas envolvendo a possibilidade de emancipação referente à região do Apiaú.

A região do Apiaú conta com diferentes vilas e fazendas agropecuárias, destacando-se a Vila do Apiaú, a Vila da Penha, a Vila Nova e a Vila Samaúma, localizadas na Figura 1. A região pode ser acessada a partir da RR-325, que liga Mucajaí com Alto Alegre, passando por quatro vilas e possuindo diversas vicinais que levam a outros aglomerados. A estrada se conecta a RR-205 e a BR-174 e é devidamente asfaltada, com boa sinalização, embora a falta de manutenção possa ser observada na presença constante de buracos. A região do Apiaú é conhecida por ser uma área de desenvolvimento agropecuário, além de ser considerada, por alguns, como uma região de potencialidade turística pela presença de cachoeiras e trilhas.

A viabilidade de uma possível emancipação ainda é desconhecida, uma vez que não há divulgação real de informações essenciais a respeito da área – número exato de habitantes, indicadores econômicos, entre outros – o que faz com que pesquisas de campo sejam necessárias para que se adquira um panorama da realidade local atual. As relações – econômicas e políticas – entre a região e o município de Mucajaí também necessitam ser entendidas para que seja possível afirmar, com uma base de conhecimento sólida, que ambas as áreas não serão prejudicadas com uma possível emancipação.

Atualmente, a possibilidade de emancipação da região do Apiaú, assim como diversas outras vilas distribuídas pelo estado de Roraima, tem se apresentado de forma controversa, sendo apoiado por alguns e severamente rejeitada por outros, levantando questões a respeito do desenvolvimento local da região, como incentivá-lo a crescer de forma saudável e quais impactos positivos e negativos no bem estar e na qualidade de vida da população local tal decisão acarretaria.

Entretanto, a falta de consenso do poder público – com regulamentações estaduais e federais que não se complementam – acaba por criar um ambiente confuso para o desenvolvimento da discussão, sem permitir que os pré-requisitos exigidos sejam

apresentados de forma clara e que a população tenha acesso à informação acerca de seus direitos e das possibilidades de descentralização política.

Informações a respeito das legislações atuais, dados referentes à área estudada e uma visão da realidade da população local são de extrema importância para que qualquer discussão seja realizada com sucesso, para que assim sejam feitas decisões conscientes, coerentes com a realidade local da vila e do município, e que se reflitam de forma positiva na economia e na questão social local.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

- Verificar se a realidade econômica e populacional atual da região do Apiaú, localizada no município de Mucajaí, é favorável para caracterizá-la como uma área de potencialidade para emancipação municipal.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Entender os conceitos geográficos e técnicos necessários para discorrer a respeito do assunto, levantando as questões legais referentes à emancipação municipal e identificando os principais motivos e consequências envolvidos nesse processo;
- Analisar o contexto geohistórico local, abordando os principais acontecimentos em diferentes escalas e apontando a realidade local;
- Realizar um estudo de caso, criando uma base de dados contendo as principais informações geográficas, populacionais e econômicas da região do Apiaú e de seu entorno; e
- Constatar se a área estudada preenche os pré-requisitos legais necessários para ser emancipada, identificando os seus sistemas de objetos e sistemas de ações que articulam o território e a região.

1.2. JUSTIFICATIVA

A possibilidade de emancipação municipal tem grande relevância para a sociedade atual de Roraima, uma vez que está diretamente ligada – tanto positiva quanto negativamente – ao desenvolvimento social e econômico do estado. Dessa forma, é importante aprofundar essa discussão, entendendo as motivações “por trás” dos desmembramentos territoriais e analisando de forma crítica as suas consequências para que decisões futuras possam ser tomadas de forma consciente e planejada. Assim, a pesquisa proposta se justifica sob três diferentes aspectos: pessoal, social e acadêmico.

Pessoal: Por possuir uma graduação em Arquitetura e Urbanismo, a autora se identifica com o estudo da produção do espaço urbano, buscando um maior conhecimento sobre o assunto e se direcionando para os caminhos da Geografia Urbana. Dentro dessa área, o planejamento urbano regional tem se tornado uma temática favorita, aliando questões sociais às grandes teorias da urbanização. Assim, a autora considera que trabalhar com a potencialidade de emancipação municipal se mostra como um desafio estimulante, permitindo um aprofundamento nas questões legais referentes à administração do território nacional e na formação do espaço urbano roraimense.

Social: Na questão social, a discussão acerca de um desmembramento municipal trás a tona a região do Apiaú – e o próprio município de Mucajaí – dando certa visualização a uma área que tem estado esquecida por acadêmicos e por órgãos públicos. Chamar atenção a essa região pode possibilitar um crescimento do interesse no local, levando investimentos e melhorias urbanas para a população. Além disso, uma análise das informações populacionais e econômicas locais permite que a população faça requerimentos pontuais e coerentes, levando a ações governamentais mais eficientes, poupando tempo e aplicando de forma consciente o investimento público adequado.

Acadêmica: No aspecto acadêmico, a pesquisa existe primeiramente como requisito do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de mestre em Geografia, na linha de pesquisa de Produção do Território Amazônico, pela Universidade Federal de Roraima. Em segundo lugar, a proposta representa uma oportunidade de expandir o conhecimento existente a respeito dos municípios do estado de Roraima, sendo que a grande maioria dos trabalhos discute a capital do estado, existindo, assim, um déficit de pesquisas que abordem os municípios menos populosos. Em terceiro lugar, embora o estudo da emancipação municipal tenha sido trabalhado por diversos autores – muitos deles citados durante o referencial teórico desse projeto – não há uma grande variedade de pesquisas

relacionadas a essa temática dentro da Amazônia Setentrional, especialmente trabalhando o estado de Roraima, o que permite criar um estudo de caso inédito para a região.

1.3. METODOLOGIA

Assim como a maioria das pesquisas envolvendo estudos de caso ou participação da comunidade, a realização dessa pesquisa exige diferentes procedimentos metodológicos específicos que permitam uma análise das características particulares da geografia, população e economia local. A pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa, abordando tanto questões subjetivas quanto realidades numéricas, sendo de natureza aplicada ao focar em interesses locais, e com objetivo exploratório, unindo diferentes procedimentos. A pesquisa se utiliza tanto de métodos já consagrados – como o levantamento bibliográfico, pesquisa documental, obtenção e criação de mapas, observação em campo e aplicação de questionários e entrevistas – como de técnicas específicas voltadas para a obtenção de dados particulares ou para a análise de informações locais.

Assim, com o intuito de se criar uma abordagem mais didática, a metodologia foi dividida por capítulo, demonstrando os diferentes métodos utilizados em cada fase do estudo e comentando as maiores dificuldades encontradas. Dessa forma, divide-se a pesquisa em:

a) Referencial teórico: O primeiro momento do desenvolvimento da dissertação se baseia no referencial teórico sobre o qual o estudo de caso se sustenta. Seabra (2009, p. 24) se refere ao referencial teórico quando afirma que “a teoria, sendo um instrumento da ciência baseado no conhecimento anterior construído por outros pesquisadores, é o ponto de partida para o êxito da investigação”. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico, conceituando termos importantes, explorando casos semelhantes e identificando os aspectos legais envolvidos nas diferentes etapas da emancipação municipal, assim como os diferentes motivos e consequências envolvidas no processo.

Espaço, região e território receberão destaque como conceitos-chave da Geografia, servindo assim de base teórica para o resto da pesquisa. Serão trabalhados autores como Roberto Lobato Corrêa, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Paulo Cesar da Costa Gomes, Sandra Lencione, Marcelo Lopes de Souza, entre outros. Em seguida, a divisão político-administrativa brasileira deverá ser entendida, assim como o conceito de município, emancipação municipal e as principais legislações referentes ao processo de criação de

municípios. Para isso, os autores consultados serão Adilar Antonio Cigolini, João Carlos Magalhães, François de Bremaeker, Fabricio Tomio e outros.

b) Contexto Geohistórico: Assim como a etapa anterior, este capítulo se baseia na realização de um segundo levantamento bibliográfico, dessa vez focando no contexto geohistórico necessário para a compreensão da realidade local atual.

Assim, o capítulo se inicia com um breve panorama da história da Amazônia, demonstrando um pouco da sua realidade histórica para em seguida ir gradativamente caminhando em direção a uma análise mais local. O desenvolvimento histórico do estado de Roraima é essencial para o entendimento da construção urbana e social de todos os municípios do estado, assim como também é necessária uma compreensão mais profunda dos acontecimentos que marcaram as diferentes fases do município de Mucajaí, com o intuito de verificar a influência da sede municipal na região abordada. Por fim, aborda-se o desenvolvimento histórico da região do Apiaú, inserindo-a na formação territorial do município de Mucajaí e criando um panorama da realidade econômica e social local. Para isso serão utilizados autores como Antônio Tolrino de Rezende Veras, Ana Lia Farias Vale, entre outros.

c) Estudo de Caso: Para essa etapa da pesquisa foi realizada uma coleta de dados através de uma pesquisa documental. Os principais órgãos visitados foram a Prefeitura do município de Mucajaí; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Secretaria de Planejamento (SEPLAN); a Secretaria de Educação; a Secretaria de Saúde; a Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (ADERR); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Secretária Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O intuito das visitas foi adquirir informações quanto ao uso da terra, mapeamento, distribuição populacional, percentuais econômicos e qualquer outra informação considerada relevante para o trabalho. Observa-se, durante essa etapa, a pouca quantidade de informações referentes a região do Apiaú, tanto por parte da prefeitura quanto dos outros órgãos visitados.

Uma fonte de informação muito utilizada foram os relatórios e os mapas produzidos e cedidos pelo SEPLAN, que facilitaram a obtenção de dados econômicos do município de Mucajaí, assim como a possibilidade de visualizar as características geográficas do município e suas peculiaridades referentes à região do Apiaú. Assim, foram usados como base de

informação os mapas áreas institucionais, hidrografia, malha viária, relevo, solo e vegetação, todos criados em 2015, baseando-se em dados do IBGE referente ao último censo.

Além disso, também foram realizadas observações no local, com a intenção de compreender a rotina dos moradores e a imagem local. As observações *in loco* ainda permitem que as informações obtidas durante a pesquisa documental sejam complementadas, atualizando qualquer modificação física que tenha sido realizada na área de estudo.

O próximo passo envolveu a aplicação de questionários, tanto com a população da região do Apiaú quanto com a do município de Mucajaí, uma vez que os moradores das duas localidades participariam de um possível plebiscito referente ao tema. Os modelos de questionários (Apêndices A e C) foram construídos com uma linguagem clara e simples, com questões objetivas para a coleta de informações quantitativas e perguntas subjetivas para a abordagem qualitativa. Algumas das perguntas elaboradas para os questionários visavam à compreensão do usuário e do contexto local, sendo assim, não foram consideradas relevantes a criação de gráficos específicos referentes às mesmas, uma vez que esse contexto já havia sido explicado e os resultados citados.

A quantidade de questionários a ser aplicada foi decidida através de um aplicativo de estatística – “surveymonkey” – recomendado pelo Prof. Dr. Rodrigo Rodrigues Silva, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima. O aplicativo calcula a quantidade apropriada de amostras necessárias para se obter um resultado expressivo, que represente a realidade da população total simulada, baseando-se na equação matemática:

$$Sample\ Size = \frac{\frac{z^2 \cdot p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \cdot p(1-p)}{e^2 N}\right)}$$

Sendo:

N = tamanho populacional

e = margem de erro (porcentagem em forma de decimal)

z = z-score (número decimal referente ao nível de significância desejado)

p = constante (0,5)

As margens de erro mais comumente utilizadas em trabalhos acadêmicos variam de 5% a 10%, sendo que quanto mais próximo de zero mais aproximado do real será o resultado. Já o nível de significância usado varia de 90% a 99%, sendo que quanto mais próximo de 100

mais preciso será a amostragem. Assim, define-se 10% de margem de erro e 90% de nível de significância como os valores mínimos para um trabalho acadêmico.

Os valores escolhidos para essa dissertação variaram de acordo com a relevância do questionário da pesquisa, ou seja, a amostragem da sede municipal teve uma precisão menor do que a da região do Apiaú, uma vez que as informações acerca das vilas possuem uma importância maior dentro do trabalho.

Assim, utilizando como valor populacional o número da população no último censo menos a população da área urbana das vilas e os limites mínimos de 10% de margem de erro e 90% de nível de significância, foram aplicados 67 questionários na sede municipal, distribuídos entre a população local de forma aleatória e com o intuito de atingir áreas diferentes do núcleo urbano local.

Já para a região do Apiaú foram considerados os moradores das áreas urbanas das vilas de acordo com as informações obtidas pelos setores censitários – explicados de forma detalhada no próximo tópico – e utilizados os valores de 8% de margem de erro e 95% de nível de significância, com o intuito de se obter porcentagens mais precisas. Assim, foram aplicados 146 questionários, distribuídos entre as quatro vilas de acordo com o tamanho dos núcleos urbanos.

Quanto à distribuição dos questionários para aplicação, as vilas foram divididas em zonas geográficas, buscando-se aplicar um número igualitário de questionários em cada uma delas. Assim, as vilas de maior tamanho geográfico (Apiaú e Samaúma) foram seccionadas em quatro zonas e as de tamanho reduzido (Vilas da Penha e Nova) em duas zonas distintas. Entretanto, como pode ser observado na Tabela 1, por conta da má manutenção das vias e da falta de moradores em determinadas regiões algumas vezes houve um desequilíbrio na divisão dos questionários entre as zonas.

Tabela 1 - Distribuição dos questionários por zona na área de estudo

Vilas	Zona A	Zona B	Zona C	Zona D	Total
Apiaú	12	15	08	15	50
Vila da Penha	06	16	-	-	22
Vila Nova	11	10	-	-	21
Samaúma	16	15	11	11	53

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Além dos questionários, foram elaborados também dois modelos de entrevista (Apêndices B e D) – ambas no formato semi-estruturado para dar mais liberdade tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador – a primeira para ser aplicada com os moradores da sede do município de Mucajaí, focando no conhecimento a respeito da possível emancipação municipal da área identificada e em questões socioeconômicas atuais, e a segunda direcionada aos habitantes da região do Apiaú, com foco mais específico nas questões econômicas e nas motivações que possam estar incentivando uma possível emancipação.

Foram aplicadas 15 entrevistas – sendo cinco na sede municipal e 10 na região do Apiaú, com quatro na Vila Apiaú, duas na Vila da Penha, duas na Vila Nova e duas na Vila Samaúma – buscando entrevistar pessoas que já morassem na região há algum tempo. As entrevistas foram aplicadas de forma mais intencionada, procurando por pessoas dispostas e com tempo disponível. As informações coletadas durante as entrevistas foram usadas principalmente para ratificação de dados obtidos nos questionários e para uma melhor compreensão da realidade de vida dos moradores, assim, foram citadas diretamente poucas vezes durante o texto final da dissertação. As conversas foram gravadas para serem ouvidas novamente durante a análise dos resultados e a redação da dissertação.

Também foram criados gráficos para contabilizar os dados obtidos durante os questionários e tabelas com as informações econômicas e populacionais adquiridas, para que as mesmas fossem apresentadas de forma mais didática.

d) Diagnóstico: Essa etapa se baseou na análise dos dados obtidos, comparando-os com as informações e conceitos coletados durante a revisão bibliográfica inicial. A partir da análise é possível criar uma comparação quanto a realidade local e a legislação referente à emancipação municipal, entendendo qual situação melhor se aplica ao caso atual da região do Apiaú. Essa etapa também exigiu dados bem específicos a respeito das vilas, uma vez que era necessário verificar se os pré-requisitos determinados pelos projetos de lei estavam sendo realmente cumpridos na região. Assim, a falta de informações prontas na prefeitura e/ou outros órgãos exigiu a utilização de métodos alternativos em algumas situações, sendo que os mais breves foram explicados durante o texto, enquanto o mais complexo é detalhado a seguir:

- População local: Não foram encontrados dados confiáveis a respeito da quantidade de moradores na área, assim, após uma visita ao IBGE, foi decidido que essa informação seria obtida através dos setores censitários. O IBGE

forneceu um mapeamento do estado de Roraima, divididos em setores censitários – uma divisão do território em zonas que facilita a comunicação entre os agentes que aplicam o censo, assim como a organização dos relatórios que deverão ser analisados posteriormente – sendo que cada setor possui um código diferente.

Assim, foi possível utilizar o mapa para identificar os setores correspondentes às vilas e as vicinais mais próximas. Em seguida, os códigos identificados foram localizados em uma tabela de informações censitárias, também fornecida pelo IBGE, onde estão todas as informações coletadas pelo censo e foram separadas as informações relevantes: foram somados os números totais de habitantes, do sexo feminino e masculino, de 0 a mais de 100 anos, ou seja, todos os habitantes identificados na área.

Dessa forma, obteve-se o número aproximado de moradores das áreas urbanas da região, ratificando que alguns setores estavam demarcados no mapa mas não possuíam informações na tabela de dados. Além disso, mais tarde também foi somado ao número de moradores as informações obtidas no INCRA a respeito dos moradores das áreas rurais do projeto de assentamento Vila Nova e Samaúma, sendo que existe a possibilidade de parte dessa população também ter sido contabilizada através dos setores censitários. Assim, o valor final é somente uma estimativa aproximada da realidade local, e enfatiza-se a necessidade de uma coleta definitiva de dados acerca do local.

Além disso, foi criado um mapa temático – utilizando programas de processamento de imagens e adicionando dados obtidos no levantamento bibliográfico, na pesquisa de campo realizada durante o estudo de caso e de outras formas de tecnologias, como GPS e imagens de satélite (identificadas nos mapas) – quanto à delimitação da possível área emancipada.

Por fim, os resultados foram adaptados para forma de texto e foi realizado um diagnóstico final, verificando a possibilidade real da região do Apiaú ser uma área de potencialidade de emancipação em Roraima.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITOS GEOGRÁFICOS

Para se estudar, com profundidade e afinco, qualquer fenômeno urbano é necessário ver além da forma e função atual, entendendo todo o processo de produção do espaço em questão – tudo que ele possui em termos naturais, as características geográficas, o posicionamento geopolítico, os acontecimentos passados e sua influência, a sociedade que habita a área, e tantas outras variáveis que criam a paisagem urbana.

Segundo Silva (2003), faz-se necessário retomar todo o caminho do pensamento geográfico para que o espaço urbano e seus fenômenos sejam compreendidos, uma vez que a produção geográfica sobre as cidades foi se modificando durante os anos, acompanhando as diversas mudanças epistemológicas da Geografia. Assim, uma breve retomada histórica da Geografia e de suas alterações nos permite entender a evolução do estudo do espaço urbano como tema decorrente do pensamento geográfico.

De acordo com sua pesquisa bibliográfica, Silva (2003) aponta que a institucionalização da Geografia, que ocorreu aproximadamente em 1870, não representou a sistematização das diferentes análises acerca do espaço urbano, o que aconteceu somente depois da década de 1920 – entretanto, a cidade já havia aparecido na Geografia clássica, sendo abordada por alguns autores como Ratzel. Dessa forma, o autor demonstra que a partir desse ponto a forma como o urbano é visto e tratado permanece em constante mudança durante as diferentes correntes do pensamento geográfico.

Vasconcelos (1994, p.74) resume as diferentes abordagens do urbano na Geografia, sistematizando em grandes paradigmas:

1) No paradigma clássico: o sítio e a situação; a evolução urbana; as funções urbanas; os raios de ação das cidades; e a região de influência das cidades. 2) No paradigma teórico-quantitativo: a classificação das cidades; a hierarquia das cidades; a distribuição das cidades segundo o tamanho; os sistemas de cidades; os padrões locais e espaciais. 3) No paradigma crítico: os circuitos superior e inferior; os elementos do espaço; a divisão territorial do trabalho; a divisão social do espaço; as formações socioespaciais.

Assim, fica claro que as formas de pensar e as próprias características históricas dos diversos momentos contribuíram de maneiras diferentes para o entendimento do urbano. Silva (2003) resume essas transformações ao colocar que os estudos evoluíram a partir de simples

descrições e interpretações da paisagem urbana, mais tarde passando a contemplar as relações entre os diferentes espaços urbanos, focando depois no planejamento urbano e uso dos solos, para finalmente abordar a produção do espaço urbano e todas suas variáveis.

A Geografia moderna se apresenta então como uma ótima disciplina para o estudo da realidade urbana, atingindo seus diferentes aspectos e analisando os fatores que a constituem, sejam esses físicos ou humanos. A Geografia possui, em sua essência, cinco conceitos-chave que são necessários para seu desenvolvimento e que passaram – e ainda passam – por diversas modificações durante os anos. Segundo Corrêa (2000), esses conceitos-chave são o espaço, a região, a paisagem, o território e o lugar.

É de vital importância que alguns desses conceitos sejam bem compreendidos para que a análise proposta, nessa dissertação, possa ser feita de forma coerente e completa, e que mais tarde o estudo de caso possa ser guiado de acordo com os parâmetros geográficos apropriados. Assim, a seguir serão trabalhados três conceitos-chave da Geografia, escolhidos de acordo com sua afinidade com o objeto de estudo: o espaço, a região e o território.

O termo espaço é necessário para se compreender as transformações locais e a sua influência na formação da área estudada, assim como as potenciais categorias de análise que permitem um estudo aprofundado de uma localidade. Em seguida, o conceito de região é essencial para que o objeto de estudo possa ser caracterizado, identificando a definição que melhor se ajusta a proposta dessa pesquisa e os atributos que lhe conferem esse título. Por fim, o termo território foi escolhido principalmente por sua conotação política e administrativa, o que se necessário em uma pesquisa que trabalhe com municípios e outras unidades administrativas.

2.1.1. Espaço

O espaço surge na Geografia como um dos cinco conceitos-chave que atuam como base para a construção do conhecimento geográfico, se tornando um termo essencial para o desenvolvimento da disciplina. Durante a evolução do pensamento geográfico, a noção de espaço foi sendo transformada, ganhando definições diferentes de acordo com o momento vivido e tendo seu papel valorizado e/ou desvalorizado dependendo de cada corrente. Independente das transformações pelas quais o conceito passou, sua importância para a Geografia é clara e ainda hoje é considerado como uma peça primordial para a compreensão do mundo e de suas diversas relações.

Tanto Corrêa (2000) como Silva (2003) demonstram que embora a Geografia Tradicional tenha limitado a relevância do espaço dentro do universo acadêmico, é possível observar que o tema foi trabalhado de forma implícita durante esse período, principalmente por Ratzel e Hartshorne. Desde o início da Geografia, o espaço já demonstra um pouco da força que terá nas correntes seguintes, se definindo como uma base indispensável para a vida humana e ratificando a importância do domínio do espaço para a sociedade.

Corrêa (2000) apresenta o termo Espaço Vital, utilizado por Ratzel, como uma expressão de todas as “necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais” (CORRÊA, 2000, p.18), ou seja, toda a área vista como essencial para a sobrevivência de um grupo a longo prazo. O Espaço Vital era a base para a existência, logo, a preservação e a expansão dessa área era o principal motivo que justificava a existência de um Estado de acordo com o pensamento ratzeliano.

Já Hartshorne trabalha o espaço na perspectiva de Espaço Absoluto, tratando-o como a área física onde os mais diversos fenômenos ocorrem. Corrêa (2000, p.18) descreve o espaço na visão hartshorniana como “um conjunto de pontos que tem existência entre si, sendo independente de qualquer coisa (...) como um receptáculo que apenas contém as coisas”. É a partir desse conceito de espaço, intimamente relacionado com o termo área, que Hartshorne explica seu entendimento de Geografia como a ciência que estuda os fenômenos segundo sua organização espacial, em contraste com a História que os estuda na perspectiva da dimensão temporal.

É na Geografia Teórico-Quantitativa que o espaço aparece pela primeira vez como um conceito essencial do pensamento geográfico, uma vez que a paisagem é deixada de lado, o lugar e o território não apresentam grande significância dentro do tipo de ideologia do momento e a região passa a ser resultado de um processo de classificação (CORRÊA, 2000).

Azevedo e Barbosa (2011) concluem, a partir de sua pesquisa bibliográfica, que a Geografia Teórico-Quantitativa trabalha com o espaço multidimensional, buscando na geometria formas de representá-lo e entendê-lo. Assim, o espaço é entendido dentro dessa corrente de duas formas diferentes, mas que não se excluem, visto a partir da noção de planície isotrópica e/ou de sua representação matricial.

Como planície isotrópica, o espaço é construído teoricamente, criando-se uma superfície uniforme que é modificada por ações humanas e mecanismos econômicos, assim, o

sistema se inicia na homogeneidade e parte em direção a diferenciação espacial. Dessa forma, a distância se destaca como a variável mais importante, pois ela que determina onde a diferenciação se dá “geograficamente falando”. Logo, o espaço passa a ser visto de forma relativa, dependendo das relações que se desenrolam entre objeto e distância (CORRÊA, 2000). Corrêa (2000) também aborda a representação do espaço a partir de uma matriz e sua expressão topológica, o grafo, como uma reprodução comum na área da Economia, facilitando a análise locacional, criando redes, nós e hierarquias.

A noção de espaço como um conceito social – espaço vivido, em relação direta com a sociedade – aparece pela primeira vez, segundo Corrêa (2000, p. 25), na linha da Geografia Crítica, onde o espaço já não é mais o início de tudo – espaço absoluto – nem tão pouco o fim de todas as coisas – produto final da sociedade – mas o “*locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”.

Dentro dessa corrente ideológica, Milton Santos se destaca por seus diferentes trabalhos focados no espaço e em suas diferentes características. Para Santos (1997), o espaço é definido por suas relações sociais, sendo produto e reflexo da sociedade, transformado constantemente por diferentes elementos e representando um mosaico cultural dos precedentes geohistóricos e da realidade atual local.

Santos (1997) ainda atribui ao espaço algumas categorias de análise – forma, função, estrutura e processo – que devem ser todas consideradas para que haja um entendimento real do espaço observado. Assim, as categorias de análise não podem ser entendidas separadamente, uma vez que cada uma está constantemente influenciando as outras e sendo influenciada por elas. A forma – aspecto visível – tem uma relação de codependência com a função – tarefa implícita e/ou explícita em que o espaço atua – sendo que ambas estão sujeitas ao seu processo – transformações constantes – e são justificadas pela sua estrutura – matriz econômica e social. Dessa forma, o espaço é uma totalidade, a junção inseparável de diferentes aspectos que o caracterizam.

Corrêa (2000) ainda atribui ao espaço um conjunto de práticas que o impactam, alterando ou preservando suas características de acordo com as necessidades, vontades e realidade da sociedade que ali se estabelece. Denominadas de Práticas Espaciais, elas dependem dos padrões culturais e determinam as possibilidades técnicas e de reprodução espacial, se dividindo em cinco práticas:

- A Seletividade Espacial está ligada a capacidade de selecionar/escolher locais com as características necessárias para a sobrevivência e para viabilizar a reprodução de atividades;
- A Fragmentação se relaciona a divisão do espaço em unidades territoriais, visando à facilitação da administração e garantia de dominação;
- A Antecipação Espacial se utiliza da apropriação de um território visando uma possibilidade futura;
- A Marginalização Espacial tem a ver com as constantes mudanças econômicas, políticas ou culturais que transformam a importância de uma área, levando ao abandono da mesma e a busca de novas bases espaciais;
- A Reprodução da Região Produtora, por fim, está ligada a gestão territorial, garantindo que as condições favoráveis para a produção permaneçam para as gerações futuras.

Entender o conceito de espaço, suas origens e características, é essencial para iniciar qualquer discussão geográfica, uma vez que o espaço se apresenta como um conceito forte e primordial na concepção da Geografia. Ainda que tenha sido interpretado de formas diferentes durante sua história, o espaço permanece como foco de discussões e estudos, mantendo sua posição central na Geografia e sua importância dentro do conhecimento geográfico.

Dentro da temática abordada na presente pesquisa, o espaço atual da localidade explorada deve ser compreendido em sua totalidade, levando em conta as categorias de análise de Milton Santos, para que possa ser criado um panorama da realidade local, percebendo o grau de relação que existe entre a área de estudo e a sede do município. Por se tratar de uma região agrícola, a produção do espaço se faz diretamente ligada à sede, contando com serviços e equipamentos que não estão disponíveis imediatamente, em uma relação constante de trocas que molda o desenvolvimento da área e sua imagem.

A partir dessa visão, será possível entender mais claramente a influência que a sede exerce sobre as vilas, a construção do espaço e seus agentes, assim como prever possíveis mudanças que uma emancipação traria. Santos (1997) destaca o espaço como reflexo da sociedade, assim, cada mudança significativa que a população enfrente terá consequências no desenvolvimento de seu ambiente físico.

Uma possível emancipação municipal significaria o nascimento de necessidades, até hoje supridas pela sede, que exigiriam mudanças no espaço através de construções de vias,

prédios públicos, áreas de lazer e serviços, além das mudanças nas relações entre a vila e as localidades próximas, que trariam mudanças na forma de distribuição de produtos e em toda a economia local. Assim, o espaço está inteiramente ligado às mudanças políticas, absorvendo as mudanças sociais que as seguiriam e expressando a realidade local através do seu crescimento físico e de seu desenvolvimento social e econômico.

2.1.2. Região

A região, por sua vez, aparece como um conceito abrangente, dentro e fora da Geografia, podendo se referir a uma vasta gama de situações. Haesbaert (2010, p.3) aponta que a região se refere às “relações entre parte e todo, particular e geral, singular e universal, idiográfico e nomotético ou, em outros termos, num enfoque mais concreto, centro e periferia, moderno-cosmopolita e tradicional-provinciano, global e local”, ou seja, uma relação direta com a questão de escala e com as características específicas que classificam o objeto estudado.

Dessa forma, as distintas áreas das ciências, assim como o próprio senso popular, fazem interpretações diferentes quanto ao significado de região. Economia, Ciência Política, Matemática, cada disciplina escolhe o conceito que melhor se adapta à suas necessidades próprias, mas em termos gerais, a noção de região permanece ligada a uma área ou conjunto definida por certas propriedades ou características, noção que é inclusive utilizada na linguagem cotidiana.

Ao discutir a respeito da origem do termo, Gomes (2000) aponta que a palavra região vem de *regere*, do latim, e está diretamente ligada a *regione*, palavra utilizada pelo Império Romano para indicar localidades que estavam sob o seu domínio – diretamente subordinadas a suas regras e normas – mesmo que ainda possuíssem alguma forma de administração local. O autor constata então que o conceito de região nasce ligado ao campo da discussão política – especialmente quanto à organização e dinâmica do Estado – e econômica, sem perder o componente espacial vital para seu entendimento.

Logo, a divisão regional se tornou uma presença constante na expansão do imperialismo mundial, desenvolvendo o conceito de região natural. Essa expressão nasce dos geógrafos deterministas, que acreditam que as características de um local eram responsáveis pelo seu desenvolvimento, focando, então, no estudo desses atributos naturais, como clima, vegetação, geologia e outros. Gomes (2000) aponta que o ser humano estava presente dentro

desse contexto como uma força passiva, de forma que o ambiente em si possuía o domínio sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma sociedade.

O autor continua mostrando que a dicotomia determinismo/possibilismo também gerou uma expressão do outro lado, com os geógrafos possibilistas criando o conceito de região geográfica, indo de encontro com a região natural ao considerar o homem como um ator ativo da produção do espaço, transformando a região em uma combinação dos elementos naturais e humanos que não se repete em outros lugares.

Independente de sua origem ou definição absoluta, trabalhar o conceito de região pode ser um desafio na geografia atual, uma vez que a globalização, as redes e as conexões criam uma constante fluidez, dificultando esse “recorte” do todo em partes. Dessa forma, se torna cada vez mais difícil definir o termo região e, como aponta Haesbaert (2010, p. 5):

Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou “teoria” da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada – como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos.

O autor ainda aborda que, ao analisarmos o caminho da região durante a história do pensamento geográfico, podemos observar uma constante variação de posicionamentos, estando em alguns momentos tendendo para a posição mais ideográfica – com uma valorização das características individuais – e em outros para a posição mais nomotética – diretamente ligada a generalizações – embora, como conceito, tenha tido mais força em seus momentos idiográficos, focando na realidade construída ou vivida. Haesbaert (2010, p.7) então prefere tratar a região como um “arte-fato”, permitindo “indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”)”.

Já Lencioni (2005, p. 189) argumenta que o estudo regional aparece como uma solução para a divisão existente dentro da Geografia, uma vez que ele “possibilitava combinar o procedimento metodológico de análise das relações causais e de construção de leis gerais (...) com a perspectiva que não buscava construir generalizações, bastante presentes na busca da compreensão dos aspectos da vida social e cultural”. Ou seja, o estudo da região permitiu que fosse criada uma relação entre a generalização e o particular, o todo e a parte, assim como também argumentou Haesbaert (2010).

Santos (1997) também aborda o conceito de região, afirmando que a versão clássica já não se comunica da mesma forma com a realidade mundial atual, uma vez que seu conceito

primário a colocava como categoria de análise, considerando fatores naturais e históricos, mas não a internacionalização de forças que surgiu a partir da primeira Guerra Mundial.

Frémont (1980) trabalha o conceito de região sob diferentes características, enumerando regiões: fluídas – onde não há uma definição eficiente do espaço de abrangência da região; enraizadas – a região extremamente conectada a um lugar físico delimitado; e funcionais – correspondendo a organização social do espaço, a partir de uma atribuição de hierarquia. Já de acordo com Dollfus (1982), as regiões podem ser classificadas em: região natural – focada em elementos físicos específicos e no papel que os mesmos desempenham na organização do espaço; região histórica – criada a partir de um ‘passado compartilhado’ por toda a sociedade que ocupa certo ambiente; e região como extensão de uma paisagem – relacionada a repetição de certos elementos que caracterizam uma paisagem específica, produzindo uma imagem coletiva.

Outra perspectiva interessante é apresentada por Kayser (1980), que entende o conceito de região e sua relatividade sob diferentes aspectos:

- Uma região pode ser definida pelos diferentes laços entre seus habitantes, ou seja, pelas relações estabelecidas socialmente;
- Uma região pode se organizar a partir de um ponto definido – um centro – que comanda o entorno, criando uma rede complexa de relações comerciais, sócias, administrativas e outros;
- E uma região precisa fazer parte de um conjunto maior, logo, estar inserido em um contexto coletivo que também a defina.

Inicialmente, por um âmbito mais político-administrativo, o IBGE se utiliza do termo região para setorizar o Brasil em diferentes áreas, vinculadas a questões sociais, políticas e econômicas. A divisão do país possui um caráter de necessidade, uma vez que a integração do território brasileiro depende de um conhecimento real e aprofundado de seu espaço, para que certos agrupamentos sejam feitos e desenvolvidos da maneira mais coerente.

O IBGE já elaborou divisões regionais baseando-se nos conceitos de Zonas Fisiográficas (1940), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976) e Mesorregiões e Microrregiões (1989). Mais recentemente, o IBGE (2013) apresentou o Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC) como uma forma de análise da dinâmica do território brasileiro, demonstrando as diferentes formas de classificação que o termo pode abranger.

Dessa forma, pode-se observar que o conceito de região se torna essencial para o atual estudo, sendo primordial para a identificação e classificação de diferentes realidades dentro do território municipal, delimitando esse espaço em unidades ainda menores, definidas por particularidades que as caracterizam. Ao analisar as vilas e a sede municipal como diferentes regiões será possível apontar as principais diferenças – populacionais, econômicas, culturais – entre elas, as prioridades econômicas de cada uma e a influência econômica que uma possui sobre a outra.

2.1.3. Território

O território, o terceiro e último conceito-chave discutido nesse subcapítulo, é definido na maioria das vezes como um espaço delimitado por relações de poder, seja esse poder político, econômico ou de outra natureza. Especialmente na geografia política, o território aparece com grande destaque, sendo moldado pelas relações entre o solo e o Estado, abrangendo as diferentes atribuições naturais e as transformações causadas pelo homem no espaço, sendo assim fundamental para o desenvolvimento de uma identidade nacional (SOUZA, 2000).

Souza (2000) define território como o espaço que reflete sua formação histórico-social e é moldado pelas relações entre homem e trabalho que ocorrem no mesmo, de forma que um grupo jamais será compreendido sem seu território. Em outro momento, o autor define território como relações sociais projetadas no espaço, criando diferentes territorialidades que podem se sobrepor, tanto em harmonia quanto em meio ao caos. O conceito de poder também é trabalhado pelo autor, sempre lembrando que o poder em questão está ligado à habilidade humana de agir em comum acordo, não necessitando de justificativas, mas dependendo de legitimidade.

Os territórios podem se apresentar como permanentes ou temporários, lidando com aspectos diferentes de seu conceito. São considerados permanentes os territórios com características mais fixas, que raramente são modificadas ou transformadas como, por exemplo, os limites nacionais já bem definidos e conhecidos dos países. Já os territórios temporários tem um atributo de flexibilidade, possuindo fronteiras mutáveis que se moldam as necessidades do grupo representado, como pode ser visto em casos de territorialidades específicas – migrantes – ou ainda em meio a redes de atividades criminais (SOUZA, 2000).

Para Santos (1978), o território antecede o espaço, sendo que a partir da territorialidade que o espaço é formado. O território pode, então, ser entendido como uma área delimitada – construída, destruída e reconstruída pelas diversas relações de poder que ocorrem durante os anos entre os atores que a territorializam sendo recortado pelo processo de formação do Estado-nação.

O conceito de território é novamente abordado por Santos (1996, p.51), ainda como uma área do espaço delimitada historicamente pelo Estado, sendo construída pelo homem e ligado a materialidade, como explica o autor:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.

Tratando acerca das diferentes definições de território e suas aplicações, Haesbaert (2000) afirma que o mesmo possui duas faces distintas, sendo uma o espaço apropriado em um sentido político, mas também outra em um sentido simbólico, devendo ser analisado no sentido material (político-econômico) e imaterial (simbólico-cultural). Mais tarde, o mesmo autor (2014) enfatiza novamente que o conceito de território, assim como o conceito de poder, não pode ser restrito ao ponto de vista jurídico-administrativo do Estado, mas que corresponde a diferentes territorialidades marcadas por questões econômicas e culturais. Ideologias, religiões e símbolos aparecem de forma marcante na formação de territorialidades que influenciam diretamente a maneira como a sociedade se relaciona com o espaço, criando diferentes áreas de multiterritorialidades.

Seguindo esse mesmo princípio, Silva (2000, p.18) afirma que o território deve ser visto além de seus aspectos estatais, estando intrinsecamente ligado também à questão cultural:

(...) o território esteve muito vinculado ao controle do "poder estatal" e à constituição do espaço do Estado-nação. É claro que esta visão de território é também uma criação cultural, mas estabeleceu uma certa rigidez de suas fronteiras e uma fixidez temporal do controle do espaço físico. Muitos autores têm contestado esta simplificação, dando ênfase ao caráter político não-estatal na construção do território.

Já Trindade (1998, p.34) trabalha com o conceito de território dentro do urbano definindo-o como “frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações, produtos da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes”. O território exige um esforço constante para ser estabelecido ou

mantido, o que o difere de outros conceitos-chave, sendo usado para incluir ou excluir, sendo que os agentes que possuem o poder de fato não necessitam estar inseridos no território em questão.

Trindade (1998, p.49) ainda aponta o território e as suas territorialidades como “expressões espaciais básicas da presença do poder em suas múltiplas dimensões”, de forma que os mesmos oferecem “uma ligação essencial entre a sociedade, o espaço e o tempo, pois é através deles que os agentes e suas coligações (...) constroem e mantêm as organizações espaciais”, indicando o papel das diferentes territorialidades dentro do processo de produção do espaço urbano.

A partir dessas diferentes facetas do termo território pode-se perceber que o mesmo é essencial em questões urbanas envolvendo as multiterritorialidades atuais, especialmente quando tratamos de divisões administrativas. Mesmo com a constante evolução de seu conceito, o território sempre esteve associado às relações de poder e ao espaço físico, sendo utilizado para definir uma área delimitada por questões de influência. Dessa forma, o conceito de território se mostra essencial para a compreensão das questões envolvendo políticas de descentralização, uma vez que é o conceito de território associado à divisão do espaço que desenvolve a concepção jurídico-política da criação dos municípios (CACHATORI; CIGOLINI, 2012).

Destaca-se que, para a discussão presente, o conceito de território utilizado se baseia principalmente na noção de poder político, ou seja, no sentido material (político-econômico) trabalhado por Haesbaert, focando na abordagem jurídico-administrativa, especialmente com a divisão do mesmo em unidades administrativas de diferentes escalas – estado, municípios ou cidades, enquanto a questão simbólica-cultural é tratada pelo termo territorialidade.

A emancipação municipal provoca mudanças no centro da territorialidade de uma região, uma vez que cria uma identidade política nova para a vila ou distrito, instituindo um território original que se adapta a transformação, priorizando o local e dando à população uma noção de independência que pode gerar um sentimento mais forte de ligação com o espaço, aumentando a conexão emotiva entre morador e área.

2.2. CONCEITOS ADMINISTRATIVOS

Baseando-se no ideal jurídico-administrativo do conceito de território analisado na seção anterior, percebe-se que o Brasil, assim como a maioria dos países existentes, opta por dividir sua área em diferentes tipos de unidades administrativas, com o intuito de facilitar a administração e a organização dessas respectivas áreas. Por possuir um território extremamente extenso, a divisão do Brasil, em diferentes escalas, é essencial para que haja uma compreensão de todos os fenômenos que ocorrem em seu perímetro, um entendimento das diferenças entre áreas e para que possa ser realizado um planejamento coerente com cada região.

O IBGE (2010b) reforça que a divisão político-administrativa do Brasil se refere à União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, sendo que todos são autônomos perante a Constituição Federal do Brasil. Cada unidade possui suas características próprias, possuindo representantes políticos, funções e direitos diferentes, mas complementares, como pode ser visto no Quadro 1. Destaca-se, ainda, a existência de subdivisões administrativas como, por exemplo, distrito, cidade e vila. O entendimento do conceito de município e as características envolvendo sua história, características e regulamentações será de vital importância para a realização da presente pesquisa, assim como os conceitos de distrito, vila e povoado.

Por fim, é importante ressaltar que Lacerda (2017) aponta que “as sedes dos municípios têm a categoria de cidade” e que o Estado de Roraima não possui distritos, logo “todas as vilas são classificadas como sendo povoados” (LACERDA, 2017, p. 114). Entretanto, é importante destacar que, embora essas localidades não recebam a nomenclatura, elas desempenham funções características de distritos e vilas, necessitando de uma mobilização do poder público para que sejam devidamente institucionalizadas. Assim, percebe-se que existe um “vazio” legal referente aos povoados roraimenses, ocasionado pela inexistência de uma conceptualização clara e de leis que definam os distritos e vilas existentes no estado de Roraima.

Escolheu-se, então, permanecer empregando a nomenclatura utilizada pelos moradores durante a pesquisa em respeito às populações locais que se referem a essas localidades como vilas e tendo em vista a forma e função desses espaços.

Quadro 1 - Unidades administrativas brasileiras segundo o IBGE

UNIDADES ADMINISTRATIVAS BRASILEIRAS	
REGIÃO	Divisão regional oficial do Brasil, estabelecida pelo IBGE em 1969, constituída por cinco macrorregiões: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.
ESTADO	Unidade de maior hierarquia na organização político-administrativa brasileira. Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
MUNICÍPIO	Unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento depende de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. A localidade onde está sediada a prefeitura municipal tem a categoria de cidade.
DISTRITO	Unidade administrativa de um município. Sua criação, desmembramento ou fusão depende de lei municipal, que deve observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Os distritos podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de vila.
VILA	Localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais. Observa-se que nem todas as vilas criadas pelas legislações municipais possuem ocupação urbana.
POVOADO	Tipo de aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou secundárias, no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros a partir de dados do IBGE (2010b)

2.2.1. Município

A origem do município brasileiro remete à sua colonização, uma vez que a forma de administração criada no Brasil colônia refletia a realidade administrativa de sua capital. A instituição existente em Portugal – e em toda a Península Ibérica – por sua vez, tem uma ligação direta com a forma de administração territorial utilizada pelos romanos em seu vasto império e as modificações que esse conceito sofreu a partir do contato com outras culturas.

Em seu resgate histórico, Cigolini (1999) discursa que o conceito de município atual nasce da associação do *municípium* romano – uma cidade que possuía certa autonomia política e econômica frente a seus dominadores – e do *conventus publicus vicinorum* (encontro público de vizinhos) dos bárbaros que se estabeleceram no local posteriormente. A tradição bárbara de manter a legislação das terras conquistadas, assim como seu respeito pela organização do império romano, contribuiu para a dispersão do termo e, posteriormente, para a formação do município utilizado pelos países ibéricos.

Assim, durante a Monarquia Portuguesa, os municípios representavam uma estratégia de administração territorial muito utilizada, mas que perdeu parte de seu poder com a consolidação da Coroa Portuguesa que estipulou pessoas para agirem como corregedores, no papel de autoridade superior ao governo municipal. Cigolini (2009) aponta que essa redução de poder ficou ainda mais visível com a criação das Ordenações – conjunto de leis existentes em Portugal, com as primeiras sendo publicadas em 1446 – regulando e supervisionando o governo municipal.

Cigolini (1999) continua seu discurso relatando que os portugueses iniciaram a colonização do Brasil implantando o sistema de sesmarias, já utilizado em outras colônias portuguesas do período. Logo, aparecem as Capitânicas Hereditárias – que representam um poder local centralizado, se dirigindo diretamente a capital e sem contato entre si – que seguiam os parâmetros estipulados pelas cartas de doação (régias) e pelos estatutos jurídicos (forais) que discriminavam os direitos e deveres dos donatários. Dentro das normas referentes às Capitânicas Hereditárias estava o direito de fundar vilas que estavam sob as normas das Ordenações, assim como os municípios portugueses.

Dessa maneira, a forma de administração portuguesa foi, de certa forma, replicada nas terras brasileiras. Mas, somente durante a República, o termo município foi reformado junto do aparecimento de conceitos como vila e cidade, também abordados nesse trabalho. Assim, a

partir desse momento o termo município passa a implicar a existência de uma noção territorial, como uma instituição política e jurídica, de forma que Cigolini (1999, p.18) esclarece que a “criação do município resulta na criação do governo local, ou na instituição de um novo poder local”.

Cigolini (1999, p.15) também comenta que, com a declaração da República, os municípios perderam parte da sua importância, uma vez que “a ausência de conceituação, na Constituição, sobre o que era a autonomia e o peculiar interesse do município, deu margem aos estados para elaborarem a política que melhor lhes conviesse”, de forma que as grandes decisões eram todas tomadas pelo governador e os municípios passam a ser somente uma forma de manter o controle político.

Magalhães (2008) afirma que foi somente com a Constituição Federal de 1988 que os municípios recebem atributos mais relevantes, passando a ter um papel de importância dentro da administração pública do país. A Constituição de 1988 deixa clara a autonomia dos municípios ao declarar no Art. 1º que “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]” e no Art. 18º que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”, mostrando que os municípios agora possuíam certa igualdade política perante os Estados.

A Constituição Federal de 1988 também enumerou as diferentes obrigações dos municípios em relação à prestação de serviços, concedeu competências tributárias e um percentual dos impostos recolhidos pela União e pelos estados. Atualmente, a definição de município se relaciona diretamente à delimitação territorial realizada pelo Estado em um contexto político-administrativo, caracterizando o município como uma área de influência, ou uma unidade administrativa, como afirma Godoy (2016). Diferente do distrito, o município possui autonomia para eleger seus governantes, decretar e arrecadar tributos, aplicar suas rendas e organizar seus serviços, conquistando certa independência administrativa (SANTOS; NASCIMENTO; SANTOS, 2014).

A criação de municípios também implica diretamente na implantação de uma estrutura de serviços que consiga atender a sua população, o que Fleury (2003) aponta como o motivo natural da atração de novos moradores para áreas recém-criadas, impactando no processo de urbanização local.

A partir de tudo que foi relatado, podemos descrever o município, de forma simplificada, como uma unidade dentro da divisão administrativa de um território – assim como estado e região – contando com um poder local centralizado e certo nível de autonomia, com sua sede na área urbana principal de sua extensão. O município sempre tem como sede uma cidade, mas também pode ser dividido em outras parcelas, como distritos e vilas.

2.2.2. Emancipação Municipal

Cigolini (1999) aponta que embora o processo de emancipação municipal brasileira tenha seu início na década de 1930, ele ganha uma maior intensidade entre as décadas de 1950 e 1960, sendo, então, fortemente limitado durante o regime militar. Com o fim da ditadura, o crescimento do processo de emancipação municipal tem um aumento exponencial, como pode ser observado entre os anos de 1984 e 2000. Durante o período foram registrados 1.405 novos municípios, representando um aumento de 34,3% quando comparados com os 4.102 que existiam em 1984.

Além disso, a distribuição e as características gerais dos municípios foram altamente influenciadas por esse crescimento, sendo um exemplo disso o número de habitantes por município. Em 1940, somente 2% dos municípios possuíam menos de 5 mil habitantes e 54,5% contavam com menos de 20 mil habitantes, enquanto em 2000 essas porcentagens sobem para 24,10% e 72,94% respectivamente (MAGALHÃES, 2008).

Além das mudanças já citadas, a Constituição de 1988 também deu permissão para que cada estado definisse seus critérios legais quanto à questão da emancipação municipal, o que contribuiu para o aumento da taxa de criação municipal, como aponta Tomio (2002). Cigolini (1999) defende o repasse dessa responsabilidade aos estados, uma vez que o território brasileiro possui uma grandiosa extensão, de forma que cada estado possui características diferentes entre si e teriam como definir os critérios mais apropriados para o local.

Por causa do grande aumento no número de municípios e alegando que os mesmos causavam gastos desnecessários do recurso público, em 1996 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 15, que mantém a autonomia estadual para a criação de novos municípios, porém com novas exigências de âmbito federal, condicionando esse processo à regulamentação em lei complementar.

Art. 8. § 4º. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às

populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996).

Cigolini (1999) concorda com outros autores ao afirmar que tais critérios se apresentam como “uma forma autoritária de frear o processo de emancipação” (CIGOLINI, 1999, p. 23), e ratifica que a possibilidade de emancipação era uma forma de poder para que distritos menos beneficiados buscassem uma parte mais justa dos recursos públicos.

Dessa forma, é possível ver que a criação de novos municípios permanece como um assunto controverso, ainda sem regulamentações muito bem definidas e com pontos de vista diferentes influenciando as decisões que envolvem a questão legal da situação. Desde a criação da Emenda Constitucional de nº 15, diferentes projetos de lei complementar já tramitaram pela Câmara dos Deputados, objetivando uma regulamentação mais específica, entretanto muitos foram vetados, mantendo suspensa a possibilidade de emancipação (SANTOS; NASCIMENTO; SANTOS, 2014).

Quanto aos diferentes projetos de lei referentes à Ementa Constitucional de nº 15 que foram desenvolvidos no período discutido, Cigolini e Matiolo (2014, p. 509) sintetizam que:

As regras aprovadas pela Emenda Constitucional 15/96 restringiram enormemente as possibilidades de emancipação. A tentativa de regulamentação dessa emenda ocorreu em 2002, com o Projeto de Lei 98/2002, que previa regras mais duras para as emancipações. Esse projeto foi sucedido pelo de número 104/2014, que aprovado no Congresso Nacional não foi sancionado pela presidência da República, com o argumento que os critérios possibilitariam a emancipação de centenas de novos municípios.

Assim, o primeiro projeto de lei destacado pelos autores foi o PLS 98/2002, que foi aprovada pelo Senado no dia 15 de outubro de 2008 e encaminhada para análise na Câmara dos Deputados, onde passou a ser chamada de PLP 416/2008. Esse projeto permaneceu arquivado por alguns anos e somente em 12 de novembro de 2013 a Câmara comunicou que o PLP 416/08 foi totalmente vetado.

A proposta apresentada pelo PLS 98/02 contava com uma série de pré-requisitos enumerados que deveriam ser comprovados preliminarmente para que houvesse a permissão para o desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Municipal e as demais fases do processo de emancipação. Assim, os pré-requisitos exigidos eram:

- População igual ou superior a: 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7.000 (sete mil) habitantes nas Região Nordeste; e 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste;
- Eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

- Existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infraestrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município;
- Número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;
- Arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;
- Área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações; e
- Continuidade territorial.

Uma vez cumpridos os pré-requisitos, seria elaborado o Estudo de Viabilidade Municipal, abordando viabilidade econômico-financeira, viabilidade político-administrativa e viabilidade sócio-ambiental e urbana. Por fim, depois de todos os estudos serem realizados e publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, deveria ter um plebiscito envolvendo toda a população do município e da área a ser emancipada.

Com o PLP 416/08 vetado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei que o substituiu foi o PLS 104/2014, aprovado pelo Senado em 15 de maio de 2014 e remetido a Câmara dos Deputados sob a nomenclatura PLP 397/2014. Entretanto, em 26 de agosto de 2014 o projeto foi novamente vetado.

Ainda em seu artigo, os autores também comentam as características gerais do PLS 104/2014, especificando o número mínimo de habitantes exigido para uma possível emancipação, assim como a existência de incentivos à fusão municipal:

Para resolver o conflito político criado entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, houve um acordo entre eles, que se traduziu num novo projeto, substitutivo àquele vetado pela Presidente, o PL 104/2014. Esse estipulou, em comparação ao PL 98/2002, que a população mínima para os municípios nas regiões Sul e Sudeste passou de 12 para 20 mil habitantes, na região Nordeste o mínimo subiu de 8 para 12 mil e no Centro-Oeste e Norte manteve-se em 6 mil habitantes. A proposta dispôs ainda sobre um mecanismo para estimular a fusão e incorporação de municípios, através da manutenção por 12 anos dos valores de repasse do FPM aos municípios que se fundissem. (CIGOLINI; MATIOLO, 2014, p. 513-514)

Finalmente, foi proposto o projeto de lei PLS 199/2015, apresentando um texto muito mais enxugado do que o PLP 416/08, mas mantendo muitas de suas características principais. O PLS 199/15 foi aprovado no Senado e direcionado a Câmara dos Deputados como PLP

137/2015, sendo aprovado por unanimidade em 18 de maio de 2018, contudo, o texto ainda aguarda sanção presidencial.

O PLS 199/15 estabelece como condições necessárias para a emancipação e/ou criação de um município:

- Que tanto os novos como os que perderem população possuirão, após a criação, população igual ou superior a seis mil, doze mil ou vinte mil habitantes, para as Regiões Norte e Centro-Oeste, Nordeste e Sul e Sudeste;
- Que existam imóveis em número superior à média observada nos Municípios que constituam dez por cento de menor população no Estado;
- Que a área urbana não esteja situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou em área pertencente à União, suas autarquia e fundações.

Assim como o primeiro projeto citado, a permissão de emancipação fica atrelada a realização de um Estudo de Viabilidade Municipal, abordando os mesmos atributos propostos pelo PLS 98/02 e um plebiscito com a população total do município e área a ser emancipada. Além disso, o novo projeto foca bastante na importância da continuidade territorial, cultural e histórica, afirmando que qualquer prejuízo a essas características eliminariam a possibilidade de emancipação.

Sintetizando, observa-se que mesmo sem uma legislação devidamente aprovada, os critérios para a emancipação municipal abordam economia, território e população (CIGOLINI; MATIOLO, 2014). O número mínimo de habitantes previsto por lei deve ser cumprido, o que significa que, no caso do Norte, um distrito só pode pretender se emancipar caso tenha mais de seis mil habitantes, além de um número de habitações coerente com a realidade local – número de imóveis superior a média dos municípios de menor população do Estado – e uma área urbana que não esteja inserida em uma APP (Área de Preservação Permanente) ou em reserva indígena.

Em seguida, deve ser realizado o Estudo de Viabilidade Municipal – avaliando a situação econômica, administrativa e sócio-ambiental. O distrito precisa ser diagnosticado de forma positiva, garantindo sua estabilidade econômica e sem tornar inviável a situação econômica do município de origem. Caso todos os pré-requisitos sejam cumpridos, será realizado um plebiscito – atingindo tanto a população da área que deseja se emancipar como da área remanescente – obtendo pelo menos 50% de aprovação do número total de votos, de forma que a proporção do distrito vai influenciar diretamente no resultado do plebiscito.

2.2.3. Causas das Emancipações Municipais

A emancipação municipal já foi tema de pesquisa de diversos autores, cada um focando em aspectos específicos do fenômeno e contribuindo para a construção do embasamento teórico existente atualmente. Alguns dos autores que abordaram as causas da emancipação municipal, através de estudos utilizando várias metodologias diferentes, foram Bremaeker (1993), Cigolini (1999), Caldas (2002), Tomio (2002), Magalhães (2008), Cigolini e Cachatori (2012) e, novamente, Cigolini (2017).

Em sua pesquisa, Bremaeker (1993) procurou entender mais o fenômeno da emancipação municipal, focando em pontos até então não discutidos, como os motivos que levavam os diferentes distritos a procurar a emancipação, os principais problemas enfrentados durante e após o processo de emancipação e quais as dificuldades apareciam depois de estabelecidos como municípios. Assim, sua pesquisa envolveu o envio de questionários abertos aos prefeitos dos 443 novos municípios existentes em 1992, sendo que somente 62 questionários (12,4%) foram respondidos.

Quanto aos motivos que levaram a criação de um novo município, a maioria das respostas (62,9%) apontou o descaso do município de origem como a principal razão da emancipação, enquanto a existência de uma economia local bem estabelecida aparece em segundo lugar (27,4%), um pouco a frente da grande extensão territorial do município de origem (24,2%). Bremaeker (1993) relaciona o primeiro e o terceiro motivos ao argumentar que quanto maior a extensão territorial de um município, maior será a dificuldade de atender de forma igualitária toda sua população, especialmente quando levamos em consideração que a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) se baseia diretamente no número de habitantes e não no tamanho do território, obrigando grandes municípios a distribuir mais seus recursos.

O autor ainda observou uma divisão regional nas respostas obtidas, sendo que o Norte e o Sul possuem as porcentagens mais altas quanto ao descaso do município de origem, enquanto o Centro-Oeste apresenta a atividade econômica local como razão mais significativa (64,3%).

Cigolini (1999) observa, em sua pesquisa, os aspectos jurídicos, políticos e econômicos que possibilitaram a criação de 76 novos municípios no estado do Paraná, durante a década de 1990. A existência de uma legislação não restritiva, a possibilidade de conexão

entre o novo município e o deputado que encaminhou o processo de emancipação e o aumento do fluxo de recursos para a área desmembrada são apontados pelo autor como incentivos à emancipação.

Cigolini (1999) analisa também os projetos de lei referentes à emancipação de cada município – tendo acesso somente há 22 deles – e percebe que o motivo mais relevante a favor da emancipação era a simples existência de uma economia local forte, embora a pesquisa também tenha revelado que, ao comparar as características econômicas locais, pode-se entender que essa argumentação nem sempre se mostrava verdadeira. Além disso, quatro dos municípios estudados apontaram como motivo principal para a emancipação o simples fato de que a área já possuía os pré-requisitos necessários para a emancipação, sem apresentar outras possíveis razões. Nenhum dos 22 municípios paranaenses, analisados por Cigolini (1999), apontou o descaso do município de origem como um motivo para a emancipação, indo assim de encontro aos resultados de Bremaeker (1993).

Já Caldas (2002) busca ir de encontro a hipótese de que o repasse de recursos, muitas vezes representado pelo FPM, são a razão por trás do grande número de emancipações nacionais, conjectura que é defendida por diversos autores. Em seu trabalho, Caldas identificou 216 municípios que possuíam distritos em 1991, dentro do estado de São Paulo, percebendo que embora houvesse 345 distritos com potencialidade de desmembração somente 71 realmente se emanciparam.

O autor continua abordando o fato que a emancipação produz reduções no valor repassado, uma vez que é um valor total fixo, por estado, sendo dividido por um número cada vez maior de municípios. Assim, Caldas conclui que esse auxílio financeiro incentiva o desmembramento, mas não possui características fortes o bastante para ser apontado como razão exclusiva das emancipações.

Tomio (2002) se utiliza de uma vasta revisão bibliográfica, verificando diferentes estudos referentes à criação de municípios no Brasil, focando nos diferentes atores do processo decisório de emancipação municipal e em suas estratégias. Assim, o autor pode constatar que os atores políticos presentes no processo de emancipação se deparavam com condições favoráveis para a criação de municípios, contando com estímulos fiscais, descentralização política e o caráter popular da legislação de criação de municípios.

Já Magalhães (2008) considera importante ressaltar que as diferentes características culturais de cada lugar contribuem para o desejo de emancipação, especialmente quando

levado em conta a grande extensão territorial do Brasil e suas diferentes realidades. Logo, o sentimento de individualidade e de identidade pode servir como motivador para um possível desmembramento. Além disso, o autor ainda aponta que as questões econômicas envolvidas devem ser lembradas, uma vez que existem os benefícios dos incentivos financeiros ligadas ao tema como, por exemplo, os mecanismos de repartição do Fundo de Participação dos Municípios.

Mais tarde, Cigolini e Cachatori (2012) levantam, através de uma extensa revisão bibliográfica, alguns autores que abordam a questão de emancipação de municípios, buscando encontrar diferentes motivos apontados pelos mesmos como possíveis causas para o desmembramento desses novos municípios. Dentre os diversos motivos identificados, os autores ressaltam características territoriais locais (atividades econômicas, pobreza, urbanização), estratégias políticas (busca de representatividade política, vantagens econômicas, desenvolvimento e investimentos pontuais para o local), fatores de gestão administrativa (descaso da administração do município de origem e ausência de serviços), aumento populacional, manipulação do território por agentes hegemônicos e políticas de descentralização.

Cigolini (2017, p. 97) torna a abordar a temática das emancipações alguns anos mais tarde, quando realiza uma pesquisa bibliográfica que aponta os principais autores a discutir o desmembramento municipal e suas principais causas:

Os autores que pesquisaram as causas das emancipações são Bremaeker (1992), Mello (1992), Noronha (1997), Shikida (1998), Cigolini (1999), Lima (2000), Ayres (2001), Cataia (2000), Caldas (2002), Motta Junior (2002), Tomio (2002), Siqueira (2001), Banfanti, Guimarães (2004) Rivera e Motta Pinto (2004), Alves (2006).

Além dos autores já citados durante essa pesquisa, Cigolini (2017) apresenta outros casos, distinguindo ainda como possíveis motivos para a emancipação municipal a falta de serviços públicos, a possibilidade de participação do FPM, o tamanho físico do município e o número de habitantes, as diversas alianças políticas existentes na região, a atual descentralização desordenada e a própria expansão da ocupação e uso do território nacional.

2.2.4. Consequências das Emancipações Municipais

As consequências das emancipações também são estudadas por diferentes autores, em alguns momentos focando suas características positivas e, em outros, dando ênfase as possíveis problemáticas trazidas pelas mesmas. Por ser um processo complexo, que influencia tanto a vida dos moradores quanto as questões econômicas que afetam o restante do país, é

importante ter em mente que sempre existirão sequelas positivas e negativas. Sendo assim, é essencial que ambos os lados sejam coerentemente avaliados para que se possa ter uma ideia real da melhor situação para cada potencialidade de emancipação.

Em sua revisão bibliográfica, Cigolini e Cachatori (2012) enumeram como possíveis consequências da emancipação municipal o fortalecimento de políticas descentralizadoras, o estímulo a cidadania, o desenvolvimento da renda local com melhorias na qualidade de vida da população e o desperdício de recursos públicos com os gastos de criação de novas estruturas administrativas. É possível se notar que as consequências positivas da emancipação afetam diretamente a qualidade de vida da população local, enquanto as consequências negativas, por sua vez, estão mais focadas nas questões econômicas.

Segundo Wanderley (2007), a emancipação municipal é diretamente responsável por diferentes avanços na qualidade de vida da população local, especialmente no que se diz respeito à educação. A sua pesquisa aponta, por exemplo, que em relação aos anos médios de estudo, os novos municípios tiveram um crescimento 9% maior que os municípios já consolidados. A proporção de crianças frequentando escolas também cresceu significativamente, com aumento de 26% em comparação aos outros municípios analisados.

Frente a isso, o autor (2007, p. 7) afirma que “constata-se sistematicamente resultado bastante robusto de melhoria das condições sociais locais nos municípios emancipados”, provando que, embora o tema seja ainda controverso, é necessário perceber os benefícios diretos trazidos a população local.

Wanderley (2007) ainda demonstra preocupação com a possibilidade de que os municípios de origem sejam impactados negativamente durante o processo de emancipação, prejudicando assim a população local. Entretanto, após o término da pesquisa não foi possível observar nenhum efeito negativo estatisticamente relevante na qualidade de vida dos moradores dos municípios de origem. Por fim, o autor reafirma que a questão econômica não foi avaliada, assim como o impacto das emancipações nos demais municípios próximos.

Já Magalhães (2008) defende que a realocação de recursos para áreas pouco desenvolvidas pode trazer “a tona” potencialidades de crescimento locais, o que colabora indiretamente para a redução do processo de êxodo rural. Assim, embora a criação de novos municípios signifique uma diminuição quanto aos recursos recebidos pelas grandes cidades por meio do FPM, essa também garante benefícios ao reduzir o processo de migração para os

centros urbanos, evitando o aumento da violência urbana, desemprego, trânsito, favelização e outros problemas sociais.

Por sua vez, Gomes e Mac Dowell (2000) escolhem focar seu estudo somente na questão econômica, avaliando e comparando a situação financeira de vários municípios. Os autores demonstram, através de análises da economia local e da distribuição do FPM, que existem diversos problemas financeiros associados à criação de novos municípios, destacando, dentre eles, os gastos com as novas estruturas e a diminuição dos recursos recebidos pelos municípios de maior porte.

Os autores (2000) concluem que os municípios mais populosos e mais produtores são prejudicados pela emancipação, pois perdem parte de sua renda para os novos municípios, beneficiando assim somente uma pequena parcela da população. Embora sua pesquisa seja rica quanto ao material econômico, os autores desconsideram outros pontos de vista, ignorando as consequências positivas ou negativas que tal processo poderia ter nos índices de desenvolvimento humano e urbano local.

Já Fleury (2003) analisa o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – de municípios criados a partir de 1995, buscando relações entre o desenvolvimento socioeconômico e os desmembramentos. O autor aponta que o crescimento rápido dos índices de IDHM dos municípios emancipados está ligado a sua precária posição inicial, o que resulta em um crescimento acelerado. O autor ainda completa mostrando que a emancipação, por si só, não é capaz de garantir um processo de desenvolvimento local, uma vez que o comportamento do novo município refletirá muito suas questões históricas e locais, sendo diretamente influenciado pelas suas condições pré-emancipação.

Além das consequências positivas e negativas já citadas, é necessário lembrar que a transição de distrito ou vila para município geralmente não ocorre de maneira simples, sendo que diferentes dificuldades devem ser superadas durante os primeiros anos do processo. Bremaeker (1993) aponta que as duas dificuldades mais citadas durante esse período são a falta de recursos financeiros – para arcar com os gastos iniciais de infraestrutura – e a falta de uma estrutura física consolidada – instalações para servir como sede da prefeitura, mobiliário, entre outros. O autor (1993) demonstra que existiram as dificuldades com contratação e treinamento de pessoas e a criação de um planejamento administrativo, tanto reformando a administração interna como a execução de obras de infraestrutura. Entretanto, todos os

participantes da pesquisa afirmaram que as diferentes problemáticas foram superadas através de ajuda governamental e de apoio da própria comunidade.

Entretanto, Bremaeker (1993) também aponta que depois de vencida a fase de transição e se encontrarem de fato estabelecidos como municípios, a maioria dos problemas que apareceram foram iguais aos de outros municípios que já existiam há mais tempo como, por exemplo, deficiência de infraestrutura, problemas com o setor da saúde e conservação de estradas vicinais. Os destaques mais específicos aos novos municípios ficam por conta da falta de recursos humanos qualificados e da falta de maquinário, assim como falta de apoio de outras esferas governamentais – governo estadual, federal e Câmara dos Vereadores.

Por fim, Bremaeker (1993) aborda algo difícil de ser ignorado: embora existam diversos problemas durante os trâmites legais para a transição de distrito para município e mesmo com as possíveis consequências negativas que tal processo possa acarretar não se tem conhecimento de nenhuma comunidade que deseja retornar à classe de distrito, perdendo sua nova autonomia político-administrativa, mas somente manifestações de melhorias para a população local.

3. UM RESGATE GEOHISTÓRICO DO ESPAÇO ESTUDADO

Todo lugar é moldado de acordo com os acontecimentos que escrevem sua evolução, dessa forma, é impossível compreender completamente a realidade de um local sem mergulhar na sua história, analisando a formação e o desenvolvimento da sociedade ali estabelecida e os reflexos dessa transformação no espaço. Baseando-se nisso, esse capítulo aborda o contexto geohistórico no qual a área de estudo está inserida atualmente, buscando entender os processos históricos que atuaram em sua ocupação e desenvolvimento.

Foi realizado um levantamento bibliográfico com o intuito de desenvolver um breve resgate dos principais acontecimentos históricos que marcaram a evolução dessa região, reconstruindo o caminho percorrido desde sua ocupação, passando por diferentes etapas de sua formação urbana e finalizando com uma imagem geral da realidade atual.

Como nenhum local pode ser lido sem o seu entorno, essa dissertação escolhe abordar essa temática por etapas, trabalhando inicialmente um contexto histórico mais abrangente e lentamente afunilando as informações, reduzindo a escala da área até chegar ao objeto de estudo propriamente dito. Assim, esse capítulo se divide, iniciando sua jornada na ocupação geral da Amazônia brasileira, depois partindo para uma contextualização focada na região do Estado de Roraima como um todo, seguida por uma análise pontual do município de Mucajaí para, finalmente, abordar a região do Apiaú e os diversos eventos que a influenciam.

3.1. A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

O processo de ocupação da Amazônia, desde sua fase de colonização europeia, esteve sempre atrelado a expansão do capitalismo mundial e da necessidade de matérias primas para manter a produção mundial.

De fato, Silva (2007) aponta que é possível perceber que diversos picos de interesse na região amazônica estão ligados a expansão econômica, citando: a busca constante pelas drogas do sertão, tão procuradas pela farmácia e gastronomia europeia; o ciclo da borracha, que buscava expandir a economia brasileira atendendo as necessidades das indústrias estrangeiras, e do desenvolvimento agropecuário que acontece entre os séculos XIX e XX; o boom do garimpo, iniciados na década de 20 e intensificando nas décadas de 50 e 60,

trazendo à região migrantes de todo o Brasil; e até o hoje a atuação do governo brasileiro na exploração da floresta amazônica.

Obviamente, é impraticável dizer que a ocupação de um espaço tão vasto como a Amazônia brasileira ocorreu de modo homogêneo, uma vez que algumas áreas tiveram um desenvolvimento mais privilegiado do que outras, dependendo diretamente dos interesses dos agentes produtores do espaço e das necessidades locais de cada momento. Assim, a ocupação se dá de maneiras diferentes, em locais diferentes.

Antes de qualquer atuação portuguesa nas terras amazônicas, o local contava com um grande número de diferentes comunidades indígenas, fato que pode ser observado, em escala extremamente reduzida, através da forte presença indígena atual na região. Entretanto, conforme a população branca foi adentrando as matas brasileiras e garantindo sua “posse” sobre as terras, as comunidades locais foram sofrendo perdas e uma diminuição devastadora no seu número de representantes.

Galdino (2017) aborda esse tema ao apontar que a chegada dos portugueses não foi bem vista pela população indígena, sendo que existem registros que descrevem as diversas revoltas e conflitos que se deram entre os nativos e os colonizadores. As grandes diferenças culturais entre os dois povos colaborou para esses desentendimentos e a superioridade bélica dos portugueses culminou na descaracterização e no massacre de comunidades indígenas não somente na região da Amazônia, mas por todo o território brasileiro.

Com o tempo, a importância econômica da Amazônia brasileira fica clara através das diferentes estratégias adotadas para garantir o domínio do espaço em questão. As primeiras fortificações foram fundadas no início do século XVII, exatamente com o intuito de demarcar a região como território português após a expulsão dos franceses que estavam na capitania de São Luiz do Maranhão. Logo, em 1616 é fundado o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém que, somado às diversas missões religiosas focadas em aldear a população indígena, origina a cidade de Belém e inicia uma arcaica estrutura urbana na Amazônia (SILVA, 2007).

As diversas missões religiosas e instalações militares que surgiram durante esse período foram responsáveis pelo nascimento de não somente Belém, mas de um grande número de cidades amazônicas, influenciando os aglomerados locais indígenas e ribeirinhos e promovendo a criação dos vilarejos locais.

Em 1655 se inicia o processo de exploração das famosas drogas do sertão, efetivando o domínio português na região através das expedições de busca e coleta das especiarias. Esse comércio local levou a instalação de fortins e aldeias missionárias, fundadas as margens do rio Amazonas e de seus afluentes, que se transformaram em pequenos núcleos urbanos. No início do século XIX, com a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a perda do interesse europeu nos produtos tropicais, o ciclo das drogas do sertão perde sua força e a economia da região fica estagnada (SILVA, 2007).

A economia da Amazônia volta a receber a devida atenção entre os anos de 1850 e 1920, período que fica conhecido na história brasileira como o ciclo da borracha. A busca por esse material levou a formação de povoados ligados à extração e comércio de matéria prima para a produção da borracha, com agrupamentos de seringueiros servindo de origem para a formação urbana local. Infelizmente, nos primeiros anos do século XX, há o declínio da atividade gomífera e a decadência da economia da região, o que levou ao desaparecimento ou estagnação de centros urbanos que tinham a economia local baseada somente na borracha.

Silva (2007) afirma que só é possível falar de urbanização na Amazônia após o período do ciclo da borracha, pois as aglomerações criadas durante a colonização portuguesa não tinham estrutura para serem consideradas cidades, nem a complexidade de agrupamentos urbanos.

A Amazônia entra então no processo de expansão capitalista brasileiro a partir de 1960, recebendo diferentes agentes produtores do espaço, públicos e privados, com intenções, ações e conflitos distintos que aumentam o número de novas cidades locais. Quanto ao Estado, a importância da integração da região – no âmbito econômico, territorial e social – se dá a partir da necessidade de ocupar a fronteira, reproduzindo a estrutura urbana brasileira no local.

Mesmo assim, a relação da Amazônia com o restante do país somente se estreita durante o governo militar (1964 – 1985), graças à mudança na forma de pensamento da administração nacional, que passou a se preocupar com a integração como forma de garantir o domínio e controle de áreas mais distantes. Silva (2007) afirma que o Estado nacional só passou a considerar a Amazônia como prioridade máxima na década de 60, quando a Ditadura Militar se baseou em doutrinas de segurança nacional, incentivando a criação de condições de produção para aumentar a quantidade de centros urbanos e garantir a ocupação e integração da região.

Assim, a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada na década de 60 com a intenção de atrair investimentos e impulsionar o fluxo de capital e mercadorias na região Norte. O desenvolvimento da Zona Franca de Manaus leva a construção de rodovias de integração, na década de 70, que liguem a Amazônia brasileira aos outros estados do país, garantindo a circulação de matéria prima e mercadorias (PINTO, MOLINARI, 2010).

Por conta de conflitos, algumas vezes violentos, com a população indígena que residia no local, a rodovia BR-174, que conecta as cidades de Manaus (Amazonas) e Boa Vista (Roraima), foi a última a ser finalizada, com sua inauguração em 06 de abril de 1977, possuindo 970 quilômetros de extensão, sendo que 125 destes quilômetros estão situados dentro das terras da população indígena Waimiri-Atroari. Entretanto, Pinto e Molinari (2010) afirmam que mesmo com os atrasos e problemas, a BR-174 foi um marco a ser comemorado, possuindo uma grande importância: a rodovia representava a criação de um novo eixo de exportação internacional (Brasil-Venezuela), que poderia facilitar o escoamento dos produtos da Zona Franca de Manaus, além de estabelecer uma ligação forte entre dois estados brasileiros vizinhos (Amazonas e Roraima).

Os impactos trazidos pela grande construção dessa nova infraestrutura não podem ser ignorados, afetando tanto o meio social quanto o ambiental. No âmbito social, o conflito com os indígenas se tornou extremamente violento, o que resultou em um grande número de mortes, enquanto ambientalmente a construção significou um desmatamento intenso da floresta Amazônica.

A construção da BR-174 também incentivou o crescimento de aglomerados urbanos já estabelecidos nas suas proximidades e o surgimento de novos núcleos urbanos as suas margens, a partir de projetos espontâneos e/ou de iniciativas governamentais – dentro da política militar de defesa da Amazônia – que, como apontam Pinto e Molinari (2010), levaram a uma transformação na forma padrão das cidades amazônicas, que deixaram suas características regionais de ligação com o rio, indo de ribeirinhas para rodoviárias.

Recentemente, pode-se destacar na região a urbanização concentrada, a transformação de Manaus em metrópole regional, o renascimento de centros urbanos tradicionais e a criação de novos polos como aspectos que agregam complexidade e individualidade ao processo de urbanização da região.

A urbanização atual da Amazônia se caracteriza pela existência simultânea de grandes cidades, geralmente capitais que agem como grandes centros urbanos, e pequenos núcleos que

formam uma relação de dependência com suas vizinhas de maior porte. Ou seja, há grandes centros urbanos privilegiados que possuem a maior parte da população, equipamentos e serviços do Estado, enquanto os outros aglomerados, voltados para o setor primário, possuem um tamanho menor devido as difíceis condições e a falta de atenção e incentivo governamental, como pode ser visto no caso da macrocefalia urbana presenciada no estado de Roraima (STAEVIE, 2011).

A Amazônia conta com o crescimento acelerado de diversas capitais – por exemplo, Boa Vista, Macapá, Palmas, Porto Velho e Rio Branco – e a consolidação de metrópoles regionais – Belém, Manaus e São Luiz. A realidade amazônica brasileira se transformou profundamente durante os anos, evoluindo e se desenvolvendo até se tornar uma região de extrema importância, ambiental e econômica, para o Brasil.

Conclui-se então que a expansão urbana amazônica se inicia em Belém, com a instalação do Forte do Presépio no ano de 1616, que dá partida a criação de fortes e aldeias missionárias nos séculos XVII e XVIII; seguida pelo período da borracha que se inicia em 1850 e termina com o fim da primeira guerra mundial; a atividade garimpeira cobre as décadas de 20 a 60, iniciando com a estagnação da borracha e do desenvolvimento agropecuário; e na atualidade, a região é incorporada na economia brasileira e a fortalece (SILVA, 2007).

Atualmente, a Amazônia brasileira ainda sofre com as consequências de uma colonização que não possuía uma preocupação ambiental e social, desmatando as florestas e destruindo traços importantes da cultura indígena. Embora ainda existam diversos interesses econômicos, indo desde governos até corporações privadas, que incentivem uma exploração desordenada das matas em busca de matérias primas, a atuação de ONGs e programas de preservação ambiental tem tido relativo sucesso e as taxas de desmatamento têm sido reduzidas e a extração tem ocorrido de maneira mais sustentável. Além disso, a conscientização da importância da diversidade cultural tem contribuído para a preservação da cultura de comunidades tradicionais, especificamente de comunidades indígenas e ribeirinhas.

Assim, fica claro que a Amazônia tem um papel essencial na realidade brasileira, tanto pela sua importância econômica quanto pelo seu significado histórico, cultural e ambiental, e deve ser tratada com respeito para que as gerações futuras tenham a oportunidade de usufruir dos mesmos benefícios que existem nos dias de hoje.

3.2. RORAIMA: O EXTREMO NORTE BRASILEIRO

O Estado de Roraima se localiza no extremo Norte do Brasil, dentro da Amazônia brasileira, fazendo fronteira com a Guiana Inglesa ao Leste e Nordeste, com a Venezuela ao Norte e Noroeste, com o estado do Pará ao Sudeste e com o estado do Amazonas ao Sul e Sudoeste. Silva (2007) argumenta que Roraima se enquadra na classificação de estado de fronteira, pois possui 1922 quilômetros de limites internacionais – sendo 958 quilômetros com a Venezuela e 964 quilômetros com a Guiana – o que lhe garante uma posição estratégica quanto a relações diretas com países vizinhos.

Inicialmente a região possuía o nome de Território Federal do Rio Branco, em referência ao rio que corta o estado, entretanto havia uma constante confusão por este possuir o mesmo nome da capital do Território Federal do Acre, assim, optou-se por fazer uma substituição. O nome Roraima aparece como um reconhecimento perante a importância e grandiosidade do Monte Roraima, que se localiza na trijunção entre Brasil, Venezuela e Guiana – sendo um nome comum utilizado em português, espanhol e inglês, o que pareceu apropriado para a única fronteira trilíngue do Brasil e da América do Sul.

O isolamento geográfico da região de Roraima foi um fator marcante no contexto histórico do Estado, uma vez que as grandes distâncias, as dificuldades de acesso e a própria vegetação e clima local se colocavam como obstáculos à comunicação e circulação. O acesso principal à região era via as águas do Rio Branco, que só permitia uma navegação eficiente durante a estação chuvosa.

Ainda hoje, Roraima é marcado pela sua forte presença indígena, com grande porcentagem de suas terras demarcadas e homologadas como reserva indígena – aproximadamente 46% de seu território – como pode ser observado na Tabela 2. Além disso, o Estado conta com diversas áreas de preservação ambiental, áreas de produção agropecuária e áreas voltadas para ações militares.

Silva (2007) afirma que logo nos quatro primeiros séculos de ocupação, Roraima foi marcado por diferentes expedições, impulsionadas por interesses naturalistas, busca por riquezas minerais e empenho na preservação da fronteira. Entretanto, fica claro o desinteresse inicial do governo perante a região, o que não condiz com sua situação espacial privilegiada, uma vez que o papel da cidade e da urbanização em áreas de fronteira é essencial, pois serve

de apoio para a estruturação geral a fronteira, auxiliando na circulação e na garantia de controle territorial.

Tabela 2 - Distribuição das TIs (terras indígenas) por município em Roraima

Município	Área total do município (km)	Áreas de TIs no município (km)	Ocupação territorial pelas TIs (%)
Alto Alegre	25.567,015	19.303,096	75,5
Amajari	28.472,328	17.140,341	60,2
Boa Vista	5.687,036	1.410,384	24,8
Bonfim	8.095,420	1.716,229	21,2
Cantá	7.664,813	551,866	7,2
Caracarái	47.411,034	7.680,587	16,2
Caroebe	12.066,188	6.322,682	52,4
Iracema	14.409,577	10.908,049	75,7
Mucajái	12.461,210	7.003,200	56,2
Normandia	6.966,813	6.716,007	96,4
Pacaraima	8.028,483	7.859,884	97,9
Rorainópolis	33.594,046	6.483,650	19,3
São João da Baliza	4.285,507	2.052,757	47,9
São Luiz	1.526,9	23,81	1,6
Uiramutã	8.065,564	8.041,367	99,7
TOTAL	224.301,934	103.213,909	46,0

Fonte: Galdino (2017)

A colonização de Roraima aconteceu de maneiras diferentes, de acordo com suas características geográficas. O baixo rio Branco teve sua colonização focada na exploração de recursos florestais, desmatando a flora local, enquanto no alto rio Branco houve o desenvolvimento da pecuária, com uma característica mais sedentária que auxiliou no surgimento de núcleos urbanos, como Boa Vista.

Durante os séculos XVII e XVIII, as tropas portuguesas se limitavam as margens do rio Branco, exceto por algumas expedições específicas que adentravam o interior da região.

Tirando a coleta esporádica de matérias primas, não havia uma real fonte de economia até a implementação da pecuária, no final do século XVIII. A atividade garimpeira e o ciclo da borracha marcaram o início do século XX, embora o segundo não tenha tido grande expressão em terras roraimenses por causa da baixa qualidade de suas seringueiras.

Silva (2007) afirma que a dificuldade de transporte foi um dos motivos que atrasou a ocupação na região. Os rios representavam a única maneira viável de contato, entretanto, durante o período de estiagem somente pequenas embarcações conseguiam realizar o percurso. Alguns trechos, como a distância entre Caracará e Boa Vista, eram inviáveis de se navegar mesmo durante o inverno chuvoso, graças à presença de cachoeiras e bancos de areia. Desse modo, a dependência do rio fez com que muitas expedições desistissem de se aventurar e explorar mais a região ao Norte.

Todavia, a eventual necessidade de garantir a posse das terras do norte brasileiro aumentou o interesse de ocupar definitivamente a região da Amazônia, fortalecendo e demarcando as fronteiras brasileiras e utilizando o contato com a população indígena como controle de fronteiras.

As explorações em Roraima tem início no século XVII, com expedições que seguiam o rio Branco com o intuito de estabelecer posse nas redondezas e capturar a população indígena, que mais tarde seria usada como mão de obra na coleta das drogas do sertão.

Segundo Silva (2007), as primeiras referências e ocupação ordenada na região aparecem com os jesuítas, da Ordem de Santo Inácio de Loyola, buscando levar as crenças cristãs às comunidades nativas. É a partir desse momento e do contato com a população indígena que se estabelecem os aldeamentos, simultaneamente as construções dos fortes. Em Roraima se destaca a construção do forte São Joaquim, como garantia de propriedade da terra.

A ocupação portuguesa na região focou no controle do rio Branco, pois todo o deslocamento de invasores vindos da Venezuela e a Guiana viria pelos rios Uraricoera ou Tacutu, eventualmente desaguando no rio Branco, por onde teriam acesso ao resto do país. Iniciaram expedições de mapeamento e estudo, para oficializar a posse portuguesa e investigar os relatos de invasões estrangeiras, especialmente inglesas, espanhóis e holandesas.

A presença de estrangeiros na região levou os portugueses, em 1775, a propor missões militares para expulsar os europeus não lusitanos e, eventualmente, decidir-se construir uma fortaleza para aumentar a proteção da área. Assim, a construção do Forte de São Joaquim,

entre 1775 e 1778, representou o domínio da fronteira, com o intuito de proteger a capital da Capitania e São José do Rio Negro, região que atualmente é o estado do Amazonas (SILVA, 2007).

Feitosa (2015) aponta que, embora o forte tenha sido um marco do poder português, territorial e militar, na região, ainda era necessário que se estabelecesse uma atividade lucrativa na região, para que se garantisse a permanência de pessoas no local e auxiliasse no abastecimento do forte. Assim, Lobo D'Almada, um dos governadores da capitania, introduziu a pecuária no vale do Rio Branco, incentivando a ocupação portuguesa no local e seguindo as diretrizes do projeto amazônico de Marquês de Pombal, ministro português entre 1750 e 1777, que via a ocupação como forma de domínio.

Embora o gado tenha auxiliado na garantia de posse das terras da região, é importante frisar que houve diversos conflitos com a população indígena, envolvendo a exploração dos mesmos e a invasão de suas tribos. Diversos grupos religiosos foram expulsos do local, como aponta Silva (2007), para que os aldeamentos indígenas passassem a ser administrados somente pelos militares, com o intuito de tomar medidas mais eficientes para a proteção de fronteiras e para o desenvolvimento mercantilista.

Com uma base militar forte e a instalação de aldeamentos indígenas planejados, firmados na pecuária como fonte de economia, começou-se a ver a consolidação de núcleos populacionais na região, formados tanto pela população local quanto pelos controladores militares portugueses. Galdino (2017) aponta que, para os portugueses, a migração de pessoas para a região implicaria na “civilização” dos indígenas através do constante contato com os brancos.

Cabe aqui afirmar que a população indígena não aceitou a colonização com braços abertos e, de acordo com Galdino (2017), os conflitos entre indígenas e militares se mantiveram constantes. Os maus tratos e as diferenças culturais – especificamente os contrastes entre as duas bases alimentares – levaram muitos indígenas a abandonar os locais, o que contribuiu para o eventual fracasso dos aldeamentos portugueses.

A plantação de arroz foi introduzida na região junto com a pecuária, porém, não recebeu a mesma atenção e incentivo, o que desacelerou sua produção. A necessidade de carne e de couro fazia com que o gado fosse um bem muito valorizado na região, o que levou a criação de diversas fazendas nacionais voltadas para essa produção específica.

As fazendas nacionais tiveram seu auge, mas logo entraram em decadência, sendo trocadas por propriedades particulares, pertencentes aos militares e aos imigrantes de outras regiões brasileiras, dentre elas tendo destaque a Fazenda Boa Vista, fundada em 1830.

É interessante destacar que o almejo de desenvolvimento econômico aparece como elemento fundamental na ocupação da região amazônica, com Feitosa (2015) citando as raízes históricas da cultura da criação do gado que aparece no início da colonização e se mantém presentes até a atualidade. A possibilidade de mineração e de utilização da mão de obra indígena incentivou ainda mais o desejo de fortalecimento, transformando a ocupação e expansão do Norte em uma prioridade.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 há uma transformação no sistema administrativo-político do território brasileiro e passa a existir o estado do Amazonas. Em 1890, o governador do estado do Amazonas, Augusto Ximênes de Ville Roy, cria o município de Boa Vista do Rio Branco. Mesmo com as mudanças, o processo de povoamento na região permanece lento e ainda existiam diversos vazios demográficos (VERAS, 2009).

O boom da exploração da borracha, causado pela grande demanda de produto pelas fábricas e automóveis, aumentou ainda mais o desejo de ocupação da região Norte, o que trouxe mais visibilidade para região. Galdino (2017) aponta que embora o ciclo da borracha não tenha afetado a economia da região de Roraima da mesma forma como influenciou o resto da Amazônia, por causa da baixa qualidade das seringueiras em Roraima que impedia o desenvolvimento dessa atividade, o território foi indiretamente beneficiado e a pecuária da região passou a abastecer parte do Estado do Amazonas.

Em 1920 se inicia o fim do ciclo da borracha na Amazônia, com a transferência do centro de exploração da borracha para a Malásia. O declínio da economia gomífera é seguido pela decadência da atividade pecuária do rio Branco, gerando um fluxo migratório que se segue os relatos de existência de ouro e diamante na região do Rio Branco (GALDINO, 2017).

A possibilidade da mineração se erguer como uma forte atividade econômica leva os grupos envolvidos na coleta da borracha a se dedicar a atividade garimpeira, especialmente na região de montanhas entre o Brasil e a Guiana, criando diversos núcleos populacionais.

Logo se inicia um intenso fluxo migratório que não abrange somente os antigos seringueiros, mas pessoas de todo o país que se direcionam ao norte de Boa Vista em busca de riquezas minerais, formando centros urbanos e fazendo do garimpo a terceira forma de economia do Estado – surgindo após a pecuária já citada e a coleta que ocorria no baixo rio Branco. Silva (2007) aponta que a mineração era realizada tanto por esses imigrantes quanto por indígenas locais, que se assentavam espontaneamente e começaram a habitar a região.

A ocupação na região ainda era considerada muito escassa, com densidade demográfica pouco significativa, atividade comercial fraca e infraestrutura arcaica, como aponta Veras (2009).

De acordo com dados do IBGE (1940), Roraima possuía aproximadamente 10.509 habitantes, sendo que a população indígena não era contada no recenseamento. Com a intenção de defender o território nacional, o governo de Getúlio Vargas desenvolve estratégias para integrar as áreas de fronteiras, criando os territórios federais.

Assim, em 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco, que contava com Boa Vista como capital e único distrito. No mesmo ano foi realizada uma divisão, separando o território em dois municípios: Boa Vista, a capital, e Catrimani, que nunca foi oficialmente instalado. Em 1955, a configuração foi transformada com a emancipação de Caracaraí, o centro populacional de maior importância no baixo rio Branco.

Foram realizadas diversas obras de infraestrutura, garantindo o mínimo de saúde, água e estradas – com o início do que se tornaria no futuro a BR 174. A oficialização do território e as consequentes melhorias que a seguiram impulsionaram o aumento demográfico, com o Censo de 1950 registrando 18.116 habitantes, divididos entre as duas cidades (SILVA, 2007).

A partir da criação do Território Federal do Rio Branco, a região passa a receber pessoas para exercer os novos cargos administrativos, o que aumenta o número populacional e, conseqüentemente, a demanda de alimentos. Assim, passa-se a ter uma necessidade de produtos alimentícios, o que leva a fundação de colônias agrícolas para abastecer o Estado. Magalhães (2009, p. 125) aborda o propósito das colônias ao afirmar que as mesmas “foram implantadas colônias agrícolas a fim de abastecer Boa Vista de produtos hortifrutigranjeiros e de aumentar o contingente populacional”.

Assim como esperado, essas colônias originaram os atuais municípios de Roraima, citando a Colônia Fernando Costa, fundada em 1944, que recebeu mais tarde o nome de Mucajaí e a Colônia de Brás de Aguiar, fundada em 1954, que ficou conhecida como Cantá.

O estabelecimento de colônias agrícolas inicia um fluxo migratório formado de, na sua maioria, camponeses nordestinos que saíam de áreas que sofriam com conflitos sociais em busca de uma nova oportunidade de vida. Com a abertura das rodovias, o desenvolvimento dos projetos de assentamentos no sul do Estado e das diversas colônias agrícolas que formaram os primeiros núcleos urbanos de Roraima se acelera.

Assim, as fronteiras da região Norte brasileira só recebem novamente a devida atenção a partir da década de 60, especialmente graças a doutrina de segurança militar que baseava os governantes do período do Regime Militar. Nesse momento houve a mudança de local da capital do país, para um lugar mais central no território, e a construção de diversas rodovias para interligar e integrar o país e seus vizinhos.

O desenvolvimento da região foi notável durante o Regime Militar (1964-1985), tanto pela implementação do Projeto de Integração Nacional (PIN), que garantiu a construção das rodovias que ligaram Roraima aos estados vizinhos visando a promoção do crescimento econômico local, como pela criação do INCRA. A abertura de rodovias federais BR 210 e BR 174 – nos sentidos Leste/Oeste e Norte/Sul respectivamente – facilitam a integração da região com o restante do país e inicia realmente o processo de ocupação que mais tarde eleva Roraima a categoria de Estado (FEITOSA, 2015).

Entretanto, muitos migrantes que vieram para Roraima em busca de melhorias, procurando uma melhor qualidade de vida e conquistar uma propriedade, encontraram condições precárias, especialmente nos assentamentos. Veras (2010, p. 47) aborda esse problema afirmando que:

Muitas das famílias assentadas não permaneciam por muito tempo nos assentamentos, em virtude da descontinuidade administrativa do Território. O fato é que alguns assentados retornavam para Boa Vista na esperança de conseguir um emprego para sustentar a família, evidenciando o êxodo rural e as invasões de terrenos baldios na periferia da cidade.

Assim, percebe-se que existia uma discrepância entre as ações que promoviam a migração para a área rural da região e o incentivo governamental para manter essa população fixada nos lotes, o que levou a evasão dos moradores para a capital.

Atualmente Roraima conta com uma população estimada de 522.600 habitantes, sendo que dentro dos 15 municípios que compõem o estado, a capital Boa Vista se destaca com uma estimativa de 332.020 habitantes, ou seja, aproximadamente 65% da população total do estado (SEPLAN, 2014). As diferentes oportunidades de emprego, assistência médica, lazer, opções de educação e infraestrutura da capital tem atraído migrantes constantemente – nacionais e internacionais – o que levou a um crescimento populacional de 16% no período de 2010/2017.

Staevie (2011) aponta que esse desequilíbrio hierárquico apresentado entre as demais cidades roraimenses e sua capital caracteriza um caso de macrocefalia urbana. A macrocefalia urbana pode ser definida como a existência de uma cidade, normalmente uma capital, que possui uma concentração elevada de moradores em comparação ao restante do estado e/ou país. O sistema urbano macrocefálico de Roraima ainda é marcado por uma falta de serviços básicos nos municípios menores, uma vez que grande parte da população necessita se deslocar até a capital para ter acesso a atendimentos especializados.

A intensa imigração venezuelana devida a problemas políticos do país vizinho e a própria posição de Roraima como uma fronteira de povoamento em expansão aumentaram a velocidade do crescimento estadual nos últimos anos. Entretanto, a falta de infraestrutura de Boa Vista para acomodar o crescimento demográfico faz com que nem todos os migrantes consigam se estabelecer no mercado local de trabalho, o que induz o processo de marginalização nessas regiões, com o crescimento do desemprego, aparecimento de assentamentos irregulares e aumento da violência urbana.

Dessa forma, é essencial destacar a importância do desenvolvimento dos demais municípios de Roraima, para que essa população e os futuros fluxos migratórios possam ser distribuídos de forma mais homogênea e que o estado possa crescer como um todo, aproveitando as diferentes potencialidades econômicas de cada território.

3.3. MUCAJAÍ: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A MUNICÍPIO

A sede do município de Mucajaí fica localizada na região centro-oeste do estado de Roraima, a uma distância aproximada de 52 km da capital do Estado. O município, que se liga a capital através da rodovia BR-174, divide limites com os municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Cantá e Iracema (SEPLAN, 2014).

Embora seja claro que a cidade de Mucajaí tenha um relacionamento direto com a BR-174, sendo a única das sedes de município em Roraima que tem a rodovia exercendo o papel de avenida central da cidade, é possível afirmar que o nascimento de Mucajaí não está atrelado à edificação da rodovia, pois a origem da ocupação da região precedeu a existência da BR 174 (SILVA, 2007).

Durante a década de 40 se inicia um novo processo de ocupação e expansão da Amazônia, buscando levar o desenvolvimento econômico e garantir a posse do Norte do país. Esse período foi marcado por uma implementação constante de assentamentos em todo o Estado de Roraima, estabelecendo diversas pequenas vilas agrícolas. Assim, a ocupação de Mucajaí seguiu o mesmo processo de criação da maioria dos demais municípios roraimenses, sendo implantada como colônia agrícola, em 1944, e possuindo inicialmente quinze famílias, que receberam os hectares e incentivos governamentais para se estabelecer na região (SILVA, 2007).

Feitosa (2015) aponta que esse cenário de ocupação da Amazônia, buscando povoar a região e trazer uma expansão econômica para o Norte do país, favoreceu a criação da colônia, visando não somente a produção agrícola e o abastecimento da capital, mas também o estabelecimento de uma comunidade de moradores no local.

O mesmo pode ser observado por Magalhães (2009) que afirma que o nascimento do município está diretamente relacionado a política de Integração Nacional da Amazônia, com a intenção de colonizar e integrar o país, preservando suas fronteiras, através de projetos militares como abertura de rodovias, criação de colônias agrícolas e, em geral, uma intencionalidade de refletir a essência da nova ideologia brasileira em toda a região amazônica.

Assim a Colônia Agrícola Fernando Costa é criada pelo primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, o capitão Ene Garcez dos Reis, em 1944, em um plano quadriculado às margens o rio Mucajaí. O desenvolvimento agrícola da região era a prioridade da colônia, incentivando a criação de núcleos de povoamento com famílias vindas de diversos estados a região nordestina brasileira (FEITOSA, 2015).

A maioria dos produtos alimentícios consumidos pela população da capital era importada de Manaus e Belém, uma vez que a região focava no extrativismo mineral e na pecuária como atividades econômicas principais, deixando a agricultura de lado. Logo, a colônia foi criada com a intenção de gerar produtos agrícolas para suprir as necessidades da

capital do estado, contando com um número inicial pequeno de famílias trabalhadoras, todas de origem nordestina. Dentre os primeiros a se estabelecerem no local pode-se destacar as famílias de Raimundo Germiniano de Almeidas, Joaquim Estevão de Araújo, Genésio Rufino, Lindolfo Braga Pires, Chargas “Pintor”, o enfermeiro “Firmir” e o cabloco “Rancho”, de acordo com dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Mucajaí¹.

As famílias que chegaram durante esse período, que se viram forçadas a sobreviver da caça e da pesca, se apoiando na rica fauna local, não receberam nenhum tipo de ajuda para se estabelecer, contando somente com um posto de enfermagem voltado para o tratamento de malária como representante da assistência governamental, além de lidar com a falta de transporte e comunicação, uma vez que a única forma de ligação entre a colônia e a capital era através de viagens fluviais de 5 a 6 dias. Não levou muito tempo para que a falta de recursos, as dificuldades e a falta de perspectiva levassem os moradores a abandonar a região, migrando para a capital Boa Vista, deixando somente a família de Raimundo Germiniano de Almeida.

Depois disso, houve um incentivo maior quando novos colonos foram assentados entre 1951 e 1953 no local, com o governo dando um apoio mais significativo. As novas famílias optaram por se deslocar das margens do Rio para a região do interior, em direção ao espaço que mais tarde se tornaria a sede e Mucajaí. Dados censitários mostram que, em 1954, a população da colônia era de aproximadamente 640 habitantes (SILVA, 2007).

Além do aumento populacional, a década de 50 foi marcada pela origem do traçado urbano atual de Mucajaí, com a construção de edifícios destinados a administração local e serviços – como, por exemplo, posto de saúde, escola e estação radiotelegráfica – em 1951. Silva (2007) considera que somente com a abertura da BR 174 e as obras que a seguem, anos mais tarde, que um centro urbano realmente se consolida no local.

As informações cedidas pela Prefeitura ainda apontam que durante essa época o Sr. Francisco Câncio da Rocha foi nomeado Administrador da Colônia Agrícola pelo Secretário da Agricultura e se iniciaram as obras de construção da rodovia federal BR 174, com o intuito de conectar a capital do estado com o porto de Caracaraí.

Mesmo com uma origem diferente, Mucajaí teve seu crescimento diretamente ligado a construção da BR-174, assim como outros municípios do estado. A grande quantidade de

¹ Informações cedidas em formato textual por funcionário da Prefeitura de Mucajaí, durante visita em campo em Julho de 2018.

pessoas, operários e suas famílias, que vieram trabalhar na construção se fixaram próximo a rodovia, criando um núcleo comercial (SEPLAN, 2014).

O período após o término da construção da BR 174, de 1951 a 1953, foi marcado por uma regulamentação do espaço, com a adição de 150 novas famílias. O desejo do governo de colonizar a região fez com que se investisse mais na área, sendo assim, cada família recebia a passagem para o deslocamento, um lote e 25 há e ajuda de custo durante 10 meses, para aumentar a chance de ficarem e desenvolverem o local. Ainda assim, muitos dos 640 moradores de Mucajaí, em 1954, acabaram imigrando para a capital em busca de melhorias e vida (SILVA, 2007).

Durante as obras da rodovia e da ponte, muitos trabalhadores trouxeram suas famílias para o local, criando diversas moradias próximas ao acampamento militar, estabelecendo um núcleo urbano e comercial. O local acabou se transformando em uma parada obrigatória para os viajantes que usavam o rio para trafegar, o que alimentou o comércio de produtos agrícolas, caracterizando o local como área de abastecimento e repouso.

Com a rodovia finalizada, a construção da ponte sobre o rio Mucajaí e a instalação do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército um centro urbano real se consolidou no local, proporcionando uma infraestrutura que facilitava uma aglomeração, que posteriormente se organizou em um traçado urbano regular, com casas de arquitetura simples construídas em materiais rústicos ou temporários e ruas não asfaltadas, seguindo unicamente as necessidades dos seus moradores (SILVA, 2007).

Os investimentos em infraestrutura local da década de 70, construção da ponte e asfaltamento da BR 174, auxiliou no desenvolvimento da região, mas somente em julho de 1982, pela Lei Federal Nº 7.009, que Mucajaí foi devidamente emancipada, sendo elevada à categoria de município. O primeiro prefeito local foi o Sr. Hildebrando Solano Neves Falcão, nomeado pelo Governo do Estado, e as primeiras eleições ocorreram em 1985, tornando o Sr. Roldão Almeida o primeiro prefeito eleito do município de Mucajaí (SEPLAN, 2014).

Durante a década de 80, o fluxo migratório para Roraima aumenta graças a corrida do ouro e da distribuição de lotes pelo governo. As estratégias governamentais do período propunham implantar e estimular projetos de assentamentos que suprissem a demanda de espaço exigida pelos migrantes que continuavam chegando. Feitosa (2015) aponta que o plano previa o assentamento de aproximadamente 11.350 pessoas entre 1988 e 1990, sendo que a maior parte dessa população foi fixada em assentamentos próximos da capital do Estado,

como, por exemplo, a colônia agrícola do Apiaú. Assim, somado a construção da rodovia, o projeto de assentamento do Apiaú serviu para impulsionar o desenvolvimento urbano e econômico da região, ampliando a área do município.

Com a eleição de 1990, Ottomar de Souza Pinto se tornou o primeiro governador eleito do Estado de Roraima, desenvolvendo políticas de assistência aos agricultores, propondo distribuição de terras e “oportunidade para o desenvolvimento da criação de gado e produção agrícola na região”, como aponta Feitosa (2015, p.86). Dessa forma, o governo do Estado passou a investir no povoamento as colônias através de promessas de auxílios e de incentivo a migração para Roraima.

As campanhas políticas e os incentivos governamentais se provaram fortes combustíveis para a migração, trazendo diversos novos agricultores para as colônias agrícolas, entretanto, as dificuldades e condições sociais levaram ao êxodo rural na região, gerando um grande abandono dos lotes nos anos seguintes. Assim, percebe-se que o crescimento populacional de Mucajaí se desenvolveu lentamente, uma vez que a falta de apoio fez com que os assentamentos não prosperassem da maneira prevista.

Ainda hoje os pequenos agricultores locais enfrentam problemas relacionados a falta de apoio governamental e a falta de infraestrutura que incentive a permanência deles nos lotes, de forma que parte significativa da economia do município é formada a partir de empregos públicos. Mucajaí possui um enorme potencial agrícola, contando com produções de arroz, mandioca, banana, milho e tomate, além de uma pecuária forte e outros produtos de origem animal - criação de bovinos, aves, suíno, mel, leite e ovos – e o próprio extrativismo de madeira e carvão vegetal (FEITOSA, 2015).

3.4. A REGIÃO DO APIAÚ E SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA

No início da década de 80, ficou claro que havia a necessidade de atender a demanda do grande fluxo migratório, assim como suprir produtos agrícolas a sede de Mucajaí e a própria capital do Estado. Assim, o projeto Apiaú foi criado em 1980, locado em uma região estratégica – somente a 53 km de distância da sede municipal e de 105 km de Boa Vista – e estruturado segundo os modelos de assentamento estabelecidos previamente na Amazônia (FEITOSA, 2015).

Assim como no restante de Roraima, o processo de ocupação se deu a partir da distribuição de lotes, realizada pelo INCRA, nas vicinais que nascem da rodovia local principal, que no caso do Apiaú é a rodovia estadual RR 325, conhecida como “Vicinal Tronco Apiaú”. A rodovia estadual RR 325 representa o desenvolvimento das vilas da região, uma vez que se inicia na sede de Mucajaí, passando pela Vila do Apiaú, Vila da Penha, Vila Nova e Vila Samaúma, terminando somente na sede do município de Alto Alegre.

É importante destacar que o projeto da Vila do Apiaú teve diferentes fases, ocupando primeiramente a margem direita do rio Apiaú e em seguida a margem esquerda, com a segunda locação recebendo o nome de projeto Vila Nova. De acordo com a Documentação sobre a América Latina – CREDAL, o projeto do Apiaú contava com 250 casas e aproximadamente 1.200 habitantes, reunidos nas proximidades das escolas construídas na região (FEITOSA, 2015).

De acordo com o IBGE (2001), a colônia do Apiaú foi criada com aproximadamente 3000 famílias, distribuídas em pequenas propriedades agrícolas pelas várias vicinais presentes na região, com o objetivo de suprir as necessidades do município de Boa Vista, com diferentes culturas agrícolas. Entretanto, as condições precárias da estrada e a falta de uma infraestrutura de qualidade para a população fez com ocorresse um processo de evasão no local, com o abandono de diversos lotes. Feitosa (2015, p. 98) culpa as falhas do projeto, citando especialmente as vias que não promoveram “a interligação entre vicinais dificultando o acesso aos lotes e impossibilitando a assistência ao agricultor familiar”.

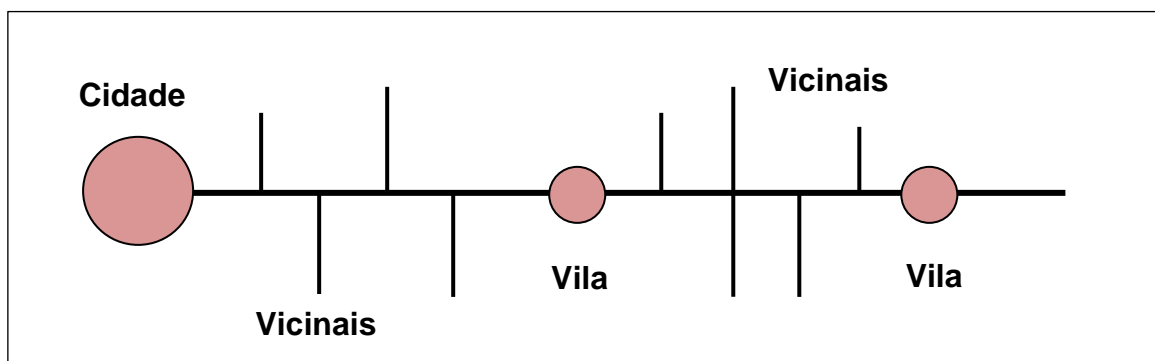
Inicialmente havia um número bem maior de agricultores na região, durante o governo de Ottomar Pinto, com uma grande produção agrícola, demanda de comércio local e escoamento da produção através de caminhões, enquanto hoje houve grande abandono dos lotes pelas dificuldades e a falta de incentivo governamental, o que levou os agricultores a deixarem suas propriedades e partirem para a cidade, em busca de uma qualidade de vida melhor e de mais infraestrutura.

Segundo Tourneau (2001), o INCRA iniciou a repartição os lotes distribuindo áreas de 100 hectares, o que logo em seguida foi reduzido a lotes de 60 hectares, entretanto, atualmente muitos desses lotes se aglutinaram, criando lotes maiores, graças a evasão e a expansão do número de grandes produtores. Em 1992 houve uma nova corrente migratória para a região, causada pela proibição do extrativismo do ouro em reservas indígenas, no governo de Fernando Collor, que fechou vários garimpos nas reservas Yanomamis, gerando

um número significativo de garimpeiros que perderam seus empregos e buscavam uma forma de se sustentar.

Feitosa (2015) aponta que, assim como os projetos de assentamentos no resto do Estado de Roraima, o loteamento da região do Apiaú seguia duas características básicas – a abertura de vilas principais para apoiar os produtores que se locavam nas vicinais abertas e um modelo de abertura de vicinais chamado “espinha de peixe”, onde diversas vicinais saem de uma via principal que leva a vila, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Esquemática de vias seguindo o modelo espinha de peixe



Fonte: Feitosa (2007), modificado pela autora com base na região estudada

Foi somente uma questão de tempo para que o governo investisse mais na região, assim, em 29 de fevereiro de 1996 são criados dois projetos de assentamento, também conhecidos como PAs: o Projeto Vila Nova e o Projeto Samaúma. De acordo com o INCRA (2017), um assentamento rural é um conjunto de unidades – denominadas lotes, parcelas ou glebas – independentes entre si, doadas a famílias carentes que não possuem condições financeiras de adquirir os lotes. Diversos aspectos são levados em conta durante o planejamento de um projeto de assentamento, desde as condições geográficas até a localização e posição dos lotes, com intuito de garantir as condições produtivas necessárias para o sustento das famílias alocadas (LACERDA, 2017). Segundo o INCRA (2017), as principais fases de um projeto de assentamento são:

- Criação do assentamento - Obtenção da terra, criação do Projeto, publicação de uma portaria, estimativa de capacidade, seleção dos beneficiários e aporte de recursos de crédito;

- Implantação – Divisão de lotes, instalação das famílias, titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) e a distribuição dos primeiros créditos para instalação;
- Estruturação – Construção de casas, abertura de estradas, infraestrutura básica (água e energia elétrica), créditos produtivos e assistência técnica.

Ambos os projetos foram locados depois do rio Apiaú, com a intenção de promover uma unidade na região. O PA Vila Nova foi implementado com capacidade para suportar até 250 famílias, enquanto o PA Samaúma, bem maior que o anterior, foi planejado para acolher até 1020 famílias. A pavimentação da RR 325 e a construção da ponte sobre o rio Apiaú trouxeram um certo desenvolvimento para a região, incentivado pela interligação das zonas agrícolas e das possibilidades de escoamento para os municípios de Mucajaí e Alto Alegre.

Embora a RR 325 tenha ligado as vilas e os dois municípios, fica claro que esse modelo de assentamento também possui efeitos negativos, que influenciam diretamente no desenvolvimento da produção agrícola. Primeiramente, é importante notar que existe um isolamento muito grande das vicinais, que não se conectam em nenhum momento, permanecendo sempre independentes, o que prejudica a comunicação entre agricultores, especialmente nos períodos de chuva quando o acesso as vicinais se torna quase impossível. Há também a questão da distância entre as vilas e a distância entre as vicinais e as vilas, o que dificulta a compra de produtos, alimentos, remédios e o acesso geral a serviços públicos, como postos de saúde e escolas.

A pavimentação eficiente da RR 325 facilita a locomoção entre as vilas e os municípios, diminuindo muito o tempo e deslocamento, entretanto a realidade das vicinais continua complicada, com estradas de terra sem nenhum tipo de manutenção que se tornam verdadeiros obstáculos no período do inverno, como pode ser visto na Figura 2.

Atualmente a região conta com diversos povoados, com aglomerados humanos nas vilas e nas vicinais. A área possui um grande potencial agropecuário, mas a falta de incentivo e auxílio faz com que cada vez mais os pequenos agricultores abandonem o local, abrindo espaço para os grandes produtores.

Figura 2 - Tráfego impossibilitado na vicinal 06, município de Mucajaí.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Assim, a região do Apiaú possui diversas características positivas, uma história de ocupação que se constrói sobre a cultura agropecuária que se desenvolveu durante toda a colonização do estado e uma população ligada a terra e a oportunidades que ela lhes provém, entretanto, toda a região carece de uma infraestrutura moderna que saiba otimizar o potencial regional, aperfeiçoando seus aspectos positivos e atuando em seus problemas.

4. ESTUDO DE CASO: A REGIÃO DO APIAÚ E SEU ENTORNO

Baseando-se no referencial teórico e no contexto histórico já apresentados, o terceiro capítulo tem como objetivo apresentar o objeto de estudo, a região do Apiaú, e seu entorno de uma forma mais detalhada, analisando suas características gerais e identificando suas peculiaridades, para que as informações coletadas possam ser usadas posteriormente para justificar os resultados obtidos quanto a possibilidade de emancipação municipal da região.

O capítulo se inicia com a identificação do objeto de estudo e de seu entorno, mostrando sua localização física através de mapas e coordenadas geográficas. As informações gerais apresentadas sobre o município de Mucajaí têm como objetivo principal ilustrar a realidade local na qual a região do Apiaú está inserida, identificando as características particulares do objeto de estudo em comparação com seu entorno.

A seguir, são apresentadas as principais características locais – geográficas, populacionais e econômicas – sempre alternando entre apontar os atributos gerais, afim de que se crie um breve revisão da realidade do município, e expor as diferentes particularidades que destacam a região do Apiaú. Os aspectos geográficos, populacionais e econômicos serão essenciais para a realização do Estudo de Viabilidade Municipal, de forma que sua compreensão é uma etapa importante do processo de criação municipal.

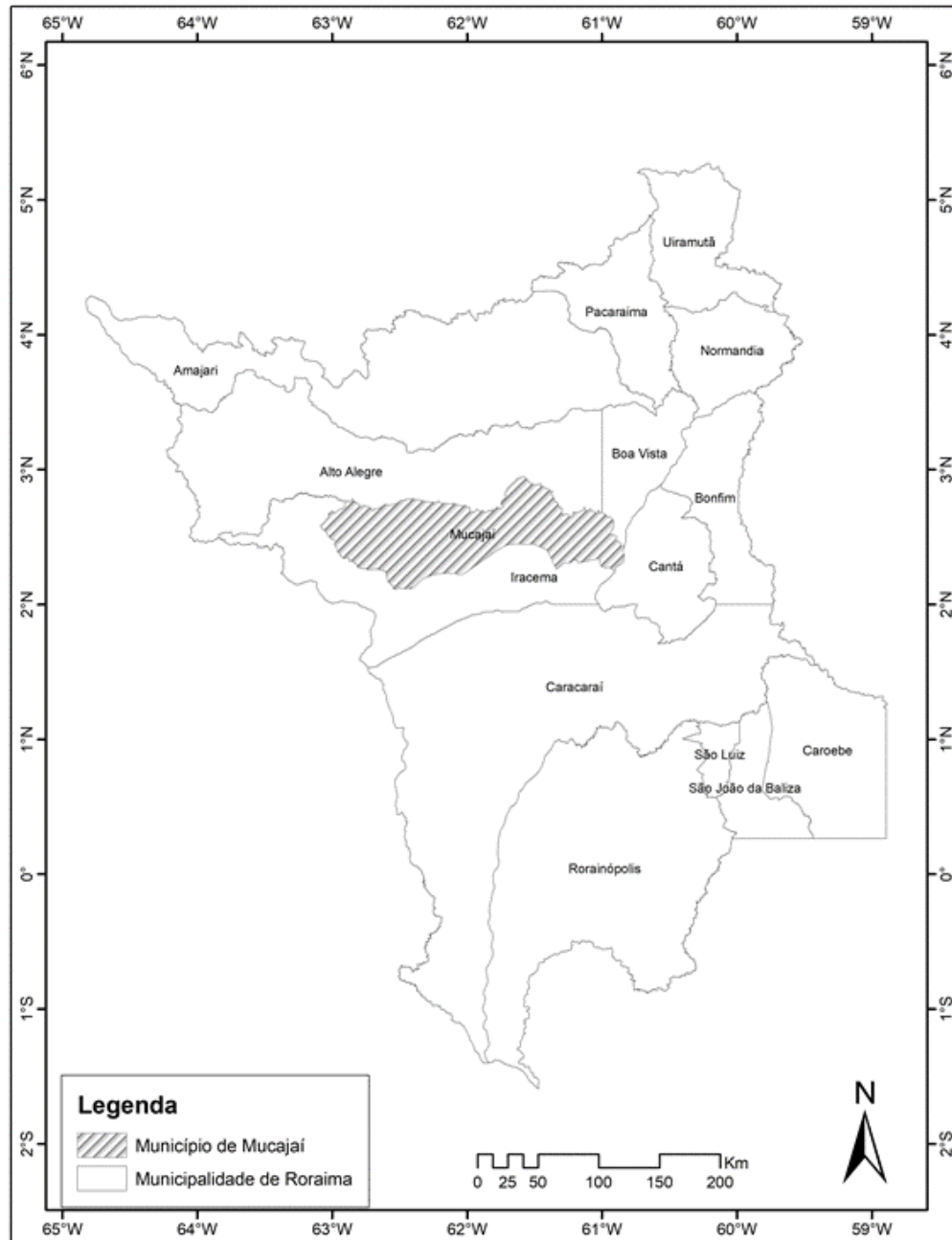
Assim, esse capítulo se apresenta como um estudo de caso, criando a base de dados que será utilizada na confirmação ou refutação da hipótese apresentada. As informações foram coletadas através de levantamentos bibliográficos, pesquisa documental e visitas a órgãos públicos – com destaque a Prefeitura de Mucajaí, SEPLAN, Secretaria da Agricultura, IBGE e a ELETROBRAS – além dos dados obtidos nos questionários e entrevistas realizados durante as visitas a campo.

4.1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

4.1.1. Localização

De acordo com os dados cedidos pelo SEPLAN (2014), o município de Mucajaí está situado nas coordenadas geográficas 60° 54' 00" de longitude Oeste e 2° 25' 48" de latitude Norte, tendo uma altitude de 70 metros em relação ao nível do mar.

Mapa 2 - Mapa de localização do município de Mucajaí/RR



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2018)

O município se encontra no centro-oeste do Estado de Roraima, na mesorregião Sul e na microrregião Caracaraí. Como pode ser visto no Mapa 2, Mucajaí se limita ao Norte com o município de Alto Alegre; ao Sul e a Oeste com o município de Iracema; e a Leste com o município de Boa Vista e Cantá.

O município possui uma área territorial de 12.461,210 km², o correspondente a 5,68% do território do estado, e sua sede é dividida em nove bairros distintos: BNH, Centro, Conjunto Sumaúma, Dos Estados, Jerusalém, Mangueiral, Nova Jerusalém, Penha e Sagrada Família. Além da sede, Mucajaí possui diferentes aglomerados urbanos que possuem características de povoados, entretanto, como os mesmos são identificados pela população local como vilas, escolhe-se manter essa denominação em respeito aos moradores locais.

Dentro do município de Mucajaí encontramos a região do Apiaú, que é formada por um polígono contendo quatro vilas principais e os demais aglomerados das vicinais próximas. Embora a presente pesquisa aborde a região do Apiaú como um todo, as análises foram realizadas a partir de dados obtidos a respeito das quatro vilas principais, utilizando a realidade local das mesmas para ilustrar toda a área, como já foi explicado anteriormente.

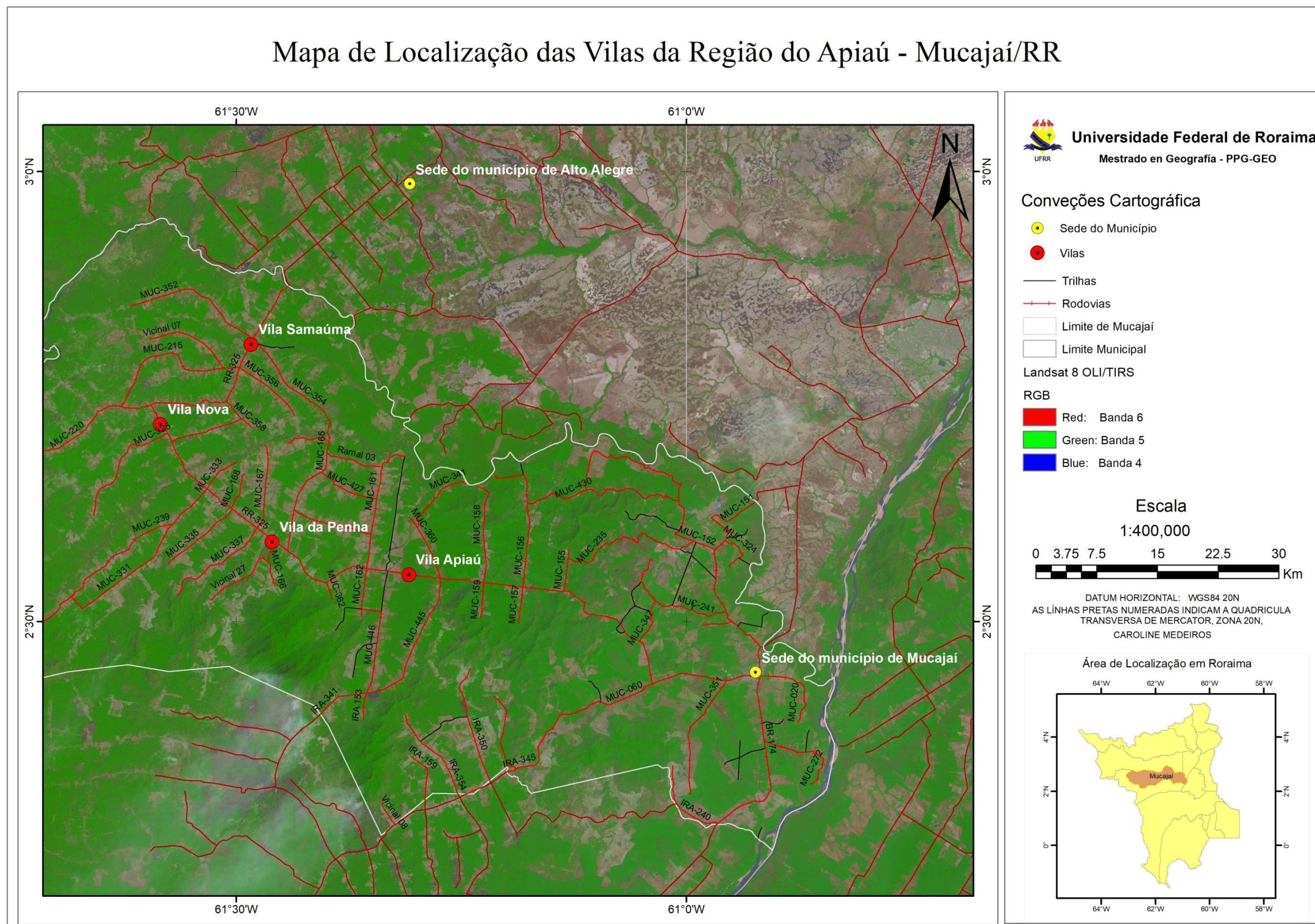
As quatro vilas abordadas na pesquisa se localizam na RR-325, também conhecida como Vicinal Tronco, que liga a sede do município de Mucajaí ao município de Alto Alegre, como pode ser observado no Mapa 3. Embora as quatro vilas possuam uma situação geral bem similar, cada uma possui características próprias, que refletem seu desenvolvimento e população.

Assim, a região do Apiaú é formada essencialmente pela Vila do Apiaú – que se destaca por ser a vila mais antiga da região e possuir a maior área urbana – a Vila da Penha, a Vila Nova (que de acordo com a prefeitura de Mucajaí também é conhecida como Vila Nova Esperança e Vila Novo Horizonte) e a Vila Samaúma – que conta com uma infraestrutura eficiente e tem uma ligação mais direta com o município de Alto Alegre.

Percebe-se, através da Tabela 3, que enquanto a Vila do Apiaú se destaca pelo tamanho de sua área urbana, a Vila Nova apresenta o menor tamanho, com menos de dez hectares. Essa diferença retrata um pouco a disparidade de estrutura entre as duas vilas, que pôde ser observada nas visitas ao local, e ratifica a posição da Vila Nova como a menor e menos desenvolvida vila da região.

Em contra partida, embora a Vila Samaúma não possua uma área urbana muito significativa, seu rápido crescimento e sua infraestrutura competente fazem com que a mesma seja considerada por muitos moradores locais como a vila mais bem estruturada do município, e sua proximidade com a sede de Alto Alegre ainda permite que seus moradores se desloquem em busca de serviços ou equipamentos que a vila não possua.

Mapa 3 - Mapa de localização das quatro vilas identificadas na rodovia intermunicipal RR-325



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros e Ricardo Buitrón

Percebe-se que, por causa da grande distância entre elas e a sede, tanto a Vila Nova quanto a Vila Samaúma desenvolveram uma relação de proximidade com o município de Alto Alegre, criando uma dependência que muitas vezes supera o relacionamento com a sede de Mucajaí.

Tabela 3 - Informações de localização das vilas de Mucajaí

Vila	Localização	Área Urbana	Distância a sede de Mucajaí	Distância para Boa Vista
Vila do Apiaú	RR-325	60,41 hectares	56 km	107 km
Vila da Penha	RR-325	17,57 hectares	62 km	113 km
Vila Nova	RR-325	9,85 hectares	90 km	141 km
Vila Samaúma	RR-325	14,07 hectares	123 km	174 km

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros com base nos dados da Prefeitura de Mucajaí (2018)

Além disso, é interessante observar que a proximidade entre vilas também influencia muito o crescimento das mesmas, seja através do compartilhamento de serviços ou da facilidade de criar laços econômicos. O relacionamento entre a Vila Apiaú e a Vila da Penha fica claro durante as entrevistas com os moradores locais, enquanto o isolamento da Vila Nova – que fica a quase 30 quilômetros de distância de qualquer outra vila – colabora para seu fraco desenvolvimento, que pode ser visto tanto pela falta de infraestrutura local, quanto pelo desânimo de seus moradores.

Assim, percebe-se que a localização da região do Apiaú não somente influencia o desenvolvimento da área graças ao tipo de solo ou suas características naturais, mas por todas as ligações e potenciais relacionamentos que ela proporciona e/ou evita.

4.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS

As características geográficas, populacionais e econômicas são responsáveis por moldar o crescimento de um local, lapidando sua forma e malha urbana de acordo com as necessidades que lhe são apresentadas. Essas qualidades influenciam de forma direta a direção do crescimento, a escolha de produtos a serem cultivados, os animais criados e a própria identidade da população local, formando o mosaico que mais tarde dá vida ao espaço vivido.

É a partir dessas propriedades que pode ser criada a base de dados que serve de fundamento para a análise urbana local, ponderando a construção do espaço. Assim, essas informações são vitais para que haja uma leitura competente da realidade local, entendendo sua gênese e indicando possíveis caminhos para seu futuro.

Nessa seção se propõe uma breve análise das principais características do entorno do objeto de estudo, ou seja, um levantamento geral da realidade do município de Mucajaí, para que posteriormente seja possível entender como o entorno influencia as vilas e as prováveis consequências que uma emancipação teria no município. Em seguida, são apresentados dados referentes a realidade local atual das vilas, focando tanto nas semelhanças que lhes atribuem o título de região, quanto nas particularidades que diferenciam umas das outras.

As características geográficas focam brevemente nas questões de geografia física, apontando os aspectos mais marcantes do solo, relevo, clima, vegetação e hidrografia local, destacando a situação das vilas quando relevante.

Os aspectos populacionais constroem uma imagem da realidade da população do município, apresentando: o número geral de moradores; sua distribuição por idade, gênero e religião; e os principais índices de desenvolvimento. Ainda é apresentado um perfil do morador da região do Apiaú, ilustrando sua realidade através de informações referentes ao seu tempo de moradia na região, motivos de mudança, sua situação residencial e número de habitantes por residência, com intuito de compreender melhor a população local e como ela se relaciona com o meio.

Já os aspectos econômicos abordados focam no PIB, na situação econômica do município em comparação ao resto do estado e na identificação de potencialidades econômicas, ao mesmo tempo que promove informações sobre a renda familiar mensal e as principais fontes de renda dos moradores e das próprias vilas.

Portanto, destaca-se que as características populacionais e econômicas específicas da região do Apiaú serão analisadas mais a fundo, posteriormente, durante o Estudo de Viabilidade Municipal.

4.2.1. Características geográficas

De acordo com o levantamento realizado pelo SEPLAN (2014), o clima de todo o município de Mucajaí se encontra na Zona Climática Tropical, ou seja, ele se caracteriza por temperaturas amenas, sem estações de seca extrema ou temperaturas médias abaixo dos 18° C. Esse clima se encontra na classificação Köppen-Geiger como clima tropical do tipo “A”, subtipo “AW”, com chuvas mais intensas na estação do verão e uma precipitação média anual de 1.750 mm, enquanto o mês mais seco pode chegar a apresentar precipitações inferiores a 60 mm.

Quanto à cobertura vegetal, o município se caracteriza pela presença predominante de florestas tropicais úmidas densas – de baixa altura nas regiões de maior altitude e de baixa e média altura nas áreas mais planas. Também pode ser observada a presença de cerrado no nordeste do município – com gramíneas e arbustos dispersos – além das consequentes áreas de transição entre os dois diferentes biomas.

O SEPLAN (2014) ainda classifica as diferentes regiões do município de Mucajaí em: Região Fitoecológica das Florestas – apresentando áreas de Floresta Estacional (Fe); Floresta Ombrófila Aluvial (Fal); e Floresta Ombrófila Densa (Fd) – Região de Áreas Alteradas – dividida em Áreas Alteradas com Pastagem (Aap); Áreas Alteradas com Pastagem, Lavoura e Vegetação Secundária (Apls); e Áreas Alteradas com Pastagem e Vegetação Secundária (Aaps) – Região Fitoecológica das Savanas – contando com Savana Arbórea (Sa); e Savana Graminosa (Sg) – e pela Região de Tensão Ecológica (transição) - Contato Savana/Floresta Ombrófila Densa (Csf).

Tabela 4 - Distribuição dos diferentes tipos de vegetação em Mucajaí/RR

Vegetação	Área Absoluta (km ²)	Área Relativa (%)
Floresta	11.917,354	94,04
Savana (cerrado)	195,652	1,57
Área cultivada	3,88	0,03
Terreno exposto	1,685	0,01
Ocupação antrópica	542,739	4,35

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros com base nos dados da SEPLAN (2015)

A predominância de florestas fica clara na Tabela 4, cobrindo aproximadamente 94% do território municipal atual, enquanto as savanas aparecem somente em 1,57% do município. Assim como o restante do município, a região do Apiaú se encontra em uma área onde se predomina as florestas, entretanto há também forte presença de ocupação antrópica e área cultivada – representada pelas vilas e pelos produtores agrícolas dispersos pelas vicinias, respectivamente – além de pequenos pontos de cerrado (SEPLAN, 2015b).

A bacia do rio Branco forma a hidrografia do município, destacando os rios Couto de Magalhães, Mucajaí, Catrimãni e Apiaú. Também se destacam diversas cachoeiras, entre elas a do Cachimbo, do Garimpo, do Apiaú, dos Índios, do Arromba, da Lata, do Prego, do Parafuso, da Missão, Alagação, Encanto, Poraquê e da Pedra da Trunfa. A rede de drenagem também conta com a existência de diversos igarapés, destacando o da Serrinha, do Miracelha, Azul, Branco, Rosa e o Repartimento do Ajarani (SEPLAN, 2014).

Na região do Apiaú destaca-se o Rio Apiaú, que corta o território passando entre a sede da Vila da Penha e a sede da Vila Nova. Além disso, a região possui diversos igarapés, destacando-se entre eles, por seu tamanho, o Igarapé Sucuriju, o Igarapé do Miracelha e o Igarapé da Serrinha. Muitos moradores locais apontaram os igarapés como uma fonte local de lazer, citando viagens de pesca e diversão aos banhos (SEPLAN, 2015c).

O tipo de solo predominante no município é o Latossolo Amarelo, embora também sejam encontrados solos do tipo Areia Quartzosa Hidromórfica, Litólicos, Concrecionário Laterítico, Latossolo Vermelho Escuro, Areia Quartzosa, Solos Hidromórficos Cinzentos, Solos Aluviais, Latossolo Vermelho-Amarelo, Solo Hidromórfico Cinzento, Solos Hidromórficos Gleyzados, Podzólicos Vermelho-Amarelo e Terra Roxa Estruturada.

De acordo com o mapeamento de solos do SEPLAN (2015d), os solos encontrados na região do Apiaú são predominantemente Latossolo Vermelho-Amarelo, embora também seja observada presença de solos Podzólico Vermelho-Amarelo e alguns pontos escassos de Solos Litólicos.

Mucajaí possui um relevo diversificado, com 40% de seu território classificado como ondulado, 50% como superfície plana e 10% como elevações isoladas. Mucajaí também apresenta características geomorfológicas distintas, como Superfície Tabular Erosiva, “Inselberg” e outros relevos residuais, Colinas e Pontões, Cristas, Colinas, Colinas com Vales encaixados, Cristas e Pontões, Pedimentos Ravinados, Cristas Ravinadas, Mesas e pontões, Pontões e ainda a Planície Fluvial Inundável (SEPLAN, 2014).

Focando na região do Apiaú, de acordo com o mapeamento do SEPLAN (2015e), a área é marcada pelos relevos do tipo R3a2, que predomina na maior parte da região, e os R3b e R4a2, presentes pontualmente. Esses tipos de relevo são classificados de acordo com suas características gerais, sendo elas:

- R3a2: Superfícies Aplainadas Retocadas ou Degradadas, com amplitude de 10 a 30 metros, inclinação das vertentes de 0° a 5° e instalação de processos erosivos incipientes a severos (sulcos, ravinas, deslizamentos, voçorocas e queda de blocos/lascas).
- R3b: Inselbergs e outros relevos residuais (cristas isoladas, morros residuais, pontões, monolitos), com amplitude de 50 a 500 metros, inclinação das vertentes de 25° a 45° – com ocorrência de paredões rochosos subverticais de 60° a 90° – e instalação de processos erosivos incipientes a severos (sulcos, ravinas, deslizamentos, voçorocas e queda de blocos/lascas).
- R4a2: Domínio de Colinas Dissecadas e de Morros Baixos, com amplitude de 30 a 80 metros, inclinação das vertentes de 5° a 20° e instalação de processos erosivos incipientes a severos (sulcos, ravinas, deslizamentos, voçorocas e queda de blocos/lascas).

4.2.2. Características populacionais

De acordo com as informações providas pelo IBGE (2010), o último censo demográfico apontou que o município de Mucajaí contava com uma população de 14.792 habitantes, ou seja, um aumento de aproximadamente 30% sobre os 11.247 habitantes contabilizados no ano de 2000. A população estimada para o ano de 2018 em Mucajaí é de 17.528 pessoas, propondo um crescimento de 18% durante os últimos oito anos.

Os dois últimos censos demográficos mostram que a população de Mucajaí se caracteriza como predominantemente urbana, com um percentual de 62,50% dos habitantes vivendo em áreas urbanas em 2000 e 60,40% em 2010, sendo assim 7.029 e 8.935 habitantes respectivamente (SEPLAN, 2014).

Como pode ser observado na Tabela 5, a população do município se distribui de maneira similar quanto ao sexo, sem grandes mudanças durante os anos, com o total de 5.995 homens (53,30%) e 5.252 mulheres (46,70%) em 2000 e 7.865 homens (53,17%) e 6.927

mulheres (46,83%) em 2010. Além disso, a tabela também demonstra o grande número de jovens no município, com uma predominância clara dos grupos de idade até 35 anos.

Tabela 5 - Distribuição da população do município de Mucajaí/RR por grupo de idade e gênero, de acordo com os censos de 2000 e 2010

Grupos de idade	Total por faixa de idade		Homens		Mulheres	
	Censo de 2000	Censo de 2010	Censo de 2000	Censo de 2010	Censo de 2000	Censo de 2010
0 a 4 anos	1.453	1.447	709	659	744	788
5 a 9 anos	1.424	1.656	716	833	708	822
10 a 14 anos	1.449	1.960	805	1.080	644	880
15 a 19 anos	1.353	1.434	716	811	637	622
20 a 24 anos	982	1.175	524	605	458	571
25 a 29 anos	823	1.342	460	638	363	704
30 a 34 anos	762	1.215	433	629	329	586
35 a 39 anos	703	865	330	490	373	375
40 a 44 anos	570	746	320	418	250	327
45 a 49 anos	479	731	273	419	206	313
50 a 54 anos	319	677	182	363	137	315
55 a 59 anos	347	486	189	270	158	216
60 a 64 anos	275	457	185	281	91	176
65 a 69 anos	110	246	53	133	57	113
70 a 74 anos	86	205	36	138	50	67
75 a 79 anos	72	103	51	67	21	36
80 anos ou mais	41	45	13	30	28	15
Total	11.247	14.792	5.995	7.865	5.252	6.927

Organização: Caroline Ferreira Medeiros, com dados do IBGE (2000); IBGE (2010); SEPLAN (2014)

Quanto à densidade demográfica, o censo de 2010 concluiu que o município de Mucajaí tinha uma densidade demográfica de 1,19 hab/km², enquanto a estimativa mais atual para 2018 aumenta um pouco esse valor, levando-o a 1,41 hab/km².

Já em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Mucajaí possui um índice de 0,665, segundo informações do IBGE (2010), ficando um pouco abaixo do índice médio de 0,707 do estado de Roraima. Assim, Mucajaí se destaca como o segundo maior IDH do estado de Roraima, perdendo apenas para a capital Boa Vista, que possui um IDH de 0,752. Em 2010, Boa Vista era o único município de Roraima a possuir um IDH considerado alto (acima de 0,700); com Mucajaí, São João da Baliza, Pacaraima, São Luiz, Caroebe, Bonfim, Caracaraí, Cantá e Rorainópolis possuindo índices médios (entre 0,600 e 0,700); Normandia, Iracema e Alto Alegre com índices baixos (entre 0,500 e 0,600); e Amajari e Uiramutã com IDHs muito baixos (abaixo de 0,500).

Outra medidor interessante a ser destacado é o IBEU (Índice de Bem Estar Urbano), que analisa cinco dimensões diferentes – mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana – criando uma média que varia de 0 a 1, sendo 1 o melhor valor possível. De acordo com o SEPLAN (2014), o IBEU do município de Mucajaí é de 0,704, sendo que sua melhor pontuação é de mobilidade urbana (0,955) e infraestrutura recebe a pior nota (0,383).

Quanto à religião, a distribuição observada no censo de 2010 identificou que o cristianismo aparece em destaque, com 72,8% da população do município se declarando católica, enquanto 27,1% se identificavam com as práticas evangélicas, sobrando somente 0,1% que se afirma como espírita ou de outra denominação.

Quanto as características gerais da população referente a região do Apiaú, a partir dos questionários e entrevistas realizados no local durante as visitas foi possível levantar informações para se criar um perfil do morador local, baseado nas porcentagens das respostas obtidas. Esse perfil foi essencial para compreender a realidade da população local, identificando as semelhanças e diferenças entre as diversas vilas.

Foram realizados 146 questionários – sendo distribuídos 50 na Vila Apiaú, 22 na Vila da Penha, 21 na Vila Nova e 53 na Vila Samaúma – abordando 74 mulheres e 72 homens, todos maiores de 18 anos que se encontravam nas vilas durante as visitas, escolhidos de forma aleatória. Os dados obtidos foram agrupados de acordo com a temática abordada, assim foram separadas as temáticas que se mostraram mais relevantes a serem registradas, sendo elas:

- Número de residentes por habitação:

Como pode ser compreendido pelo Gráfico 1, quando questionados a respeito do número de habitantes de suas residências, os moradores afirmaram que a maior

parte das casas são habitadas por famílias, sendo que 41% dos questionários indicaram a existência de 3 ou 4 moradores por residência. O segundo maior percentual foi o de 5 ou 6 moradores, seguido por 1 ou 2 moradores, respectivamente com 25% e 22%. Nenhuma das demais opções obteve mais de 10% das respostas, sendo que a alternativa ‘mais de 10 moradores’ não foi escolhida por nenhum dos entrevistados.

Entretanto, foi possível observar que esses resultados variam quando as respostas são analisadas por vila, o que demonstra um pouco como as diferenças entre os quatro núcleos urbanos influencia a população e sua qualidade de vida. Como pode ser visto no Gráfico 2, o resultado geral obtido reflete mais a realidade das vilas mais populosas – que por questões estatísticas responderam um número maior de questionários – do que uma realidade absoluta de toda a região.

Na Vila Apiaú, a maior diferença entre os resultados gerais e os específicos se encontra na opção ‘7 ou 8 moradores’ que sai da quarta posição e aparece com terceiro 18% dos questionários. A grande distância entre a vila e a sede influencia esse resultado, uma vez que grandes famílias procuram se deslocar juntas para manter o contato e a convivência.

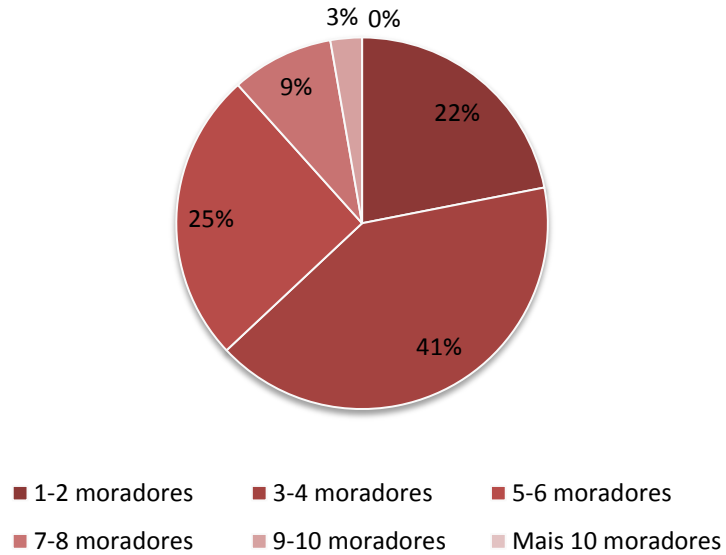
Na Vila da Penha, a ordem dos resultados específicos permaneceu idêntica a dos resultados gerais, sendo que a única observação pertinente a ser feita é que houve um crescimento significativo entre a variação dos resultados, com o primeiro lugar – ‘3 ou 4 moradores’ – possuindo quase 60% dos votos. Os resultados condizem com a realidade observada no local e a vila se mantém na média esperada a partir dos resultados gerais.

Já a Vila Nova foi a vila com os resultados mais diferentes do restante, com a maioria dos resultados apontando para ‘5 ou 6 moradores’ por residência (38%). A opção ‘7 ou 8 moradores’ aparece com 19%, enquanto ‘9 ou 10 moradores’ possui 9%, o maior resultado que a alternativa alcançou em todas as vilas. Por possuir a menor média de renda familiar, conclui-se que esses resultados refletem a difícil realidade da vila e a sua necessidade de desenvolvimento econômico.

A Vila Samaúma também manteve resultados bem próximos com os resultados gerais, embora a opção ‘1 ou 2 moradores’ tenha alcançado 34%, bem maior do que seus resultados em todas as outras vilas. Ficou claro que a Vila Samaúma possui uma média bem menor de moradores por habitação, uma vez que 98% dos questionários permaneceram até 6 moradores. Esse resultado pode ser associado a questões econômicas, com essa vila apresentando uma média de renda familiar maior do que as

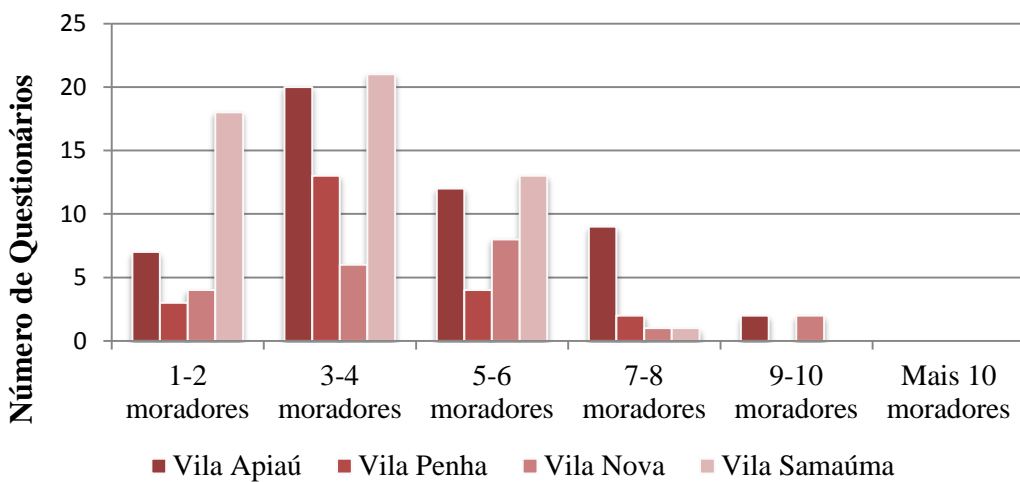
demais, como também pela proximidade com a sede de Alto Alegre, o que permite que pessoas se mudem para a vila em busca de emprego sem a necessidade de deslocar suas famílias junto com elas.

Gráfico 1 - Número de moradores por residência na região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Gráfico 2 - Comparação do número de moradores por residência nas vilas da região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

- Situação atual das residências:

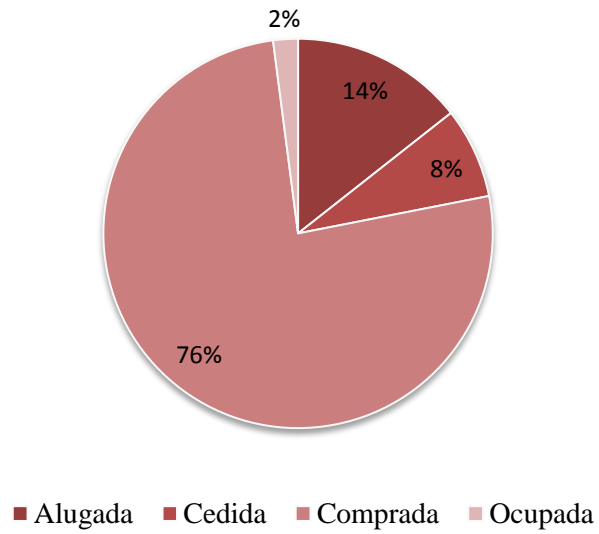
Outro dado obtido no questionário foi a situação das residências, ou seja, se os moradores habitam casas próprias, alugadas, cedidas ou ocupadas. Essa informação auxilia na compreensão da situação de regularização fundiária do local e na análise econômica da população local, além da influência que desse fator tem na questão da conexão emotiva entre usuário e habitação.

Observa-se no Gráfico 3 que 76% dos moradores afirmaram possuir uma casa própria, comprada segundo os parâmetros legais normais, enquanto 14% disseram morar em casas alugadas e 8% revelaram que tiveram suas residências ou lotes cedidos pelo governo a suas famílias. Somente três entrevistados (aproximadamente 2%) afirmaram estar em uma situação de ilegalidade, identificando suas casas como ‘ocupadas’.

Diferentemente de outras questões, os resultados obtidos nessa temática foram muito semelhantes em todas as vilas. A ordem de proporção das opções se manteve a mesma nas quatro vilas, com pouca variação de porcentagens, mas destaca-se a Vila Samaúma como a vila com a maior porcentagem de casas alugadas (aproximadamente 24%), enquanto as demais vilas permaneceram com números entre 10% e 15% nesse mesmo tópico.

Aponta-se como causa para essa diferença a proximidade entre a vila e a sede de Alto Alegre, uma vez que alguns entrevistados apontaram que se mudaram para Samaúma em busca de emprego, mas que mantem seus laços com a sede do município vizinho, seja por questões de apego ao lugar ou pela existência de família no local. Na Figura 3 é possível observar algumas residências em alvenaria encontradas na Vila Apiaú, que servem de exemplo geral para as residências de toda a região, visto que sua tipologia segue um mesmo padrão comum de construção.

Gráfico 3 - Situação das residências da Região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Figura 3 - Residências na Vila Apiaú



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

- Tempo de habitação na região:

Pode-se perceber que o não existe um resultado muito fixo quanto o tempo de habitação na região, uma vez que o Gráfico 4 mostra que todas as opções foram respondidas diversas vezes e que, em geral, houve uma distribuição bem heterogênea de respostas. Com 26% dos resultados totais, a alternativa mais apontada foi ‘1 a 5 anos’, seguida pelos 22% e 18% que responderam ‘6 a 10 anos’ e ‘mais de 20 anos’ respectivamente.

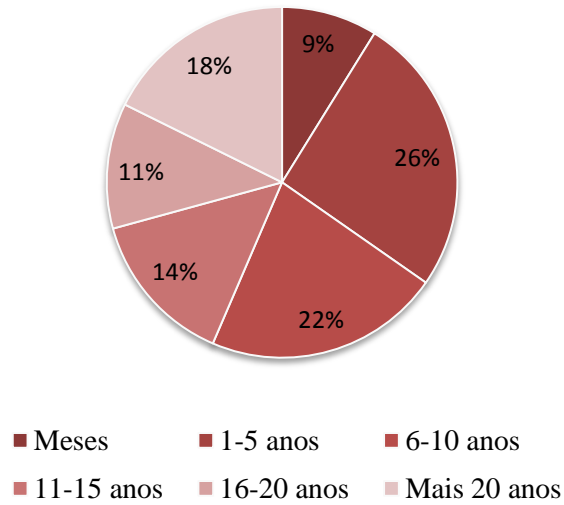
Já quando analisados individualmente por vila, os resultados se mostram ainda mais discrepantes e pode-se observar a tendência da variação do fluxo de migração para a região. O Gráfico 5 mostra uma comparação entre os diferentes resultados obtidos em cada vila.

Observa-se que na Vila Apiaú há um equilíbrio, com aproximadamente metade dos moradores habitando a vila a mais de 10 anos. Esses resultados são coerentes tanto com a realidade histórica da vila, que é a mais antiga da região e possui diversos moradores que foram trazidos na época do governo do Ottomar, quanto com a sua boa estrutura, que atrai novos moradores atualmente.

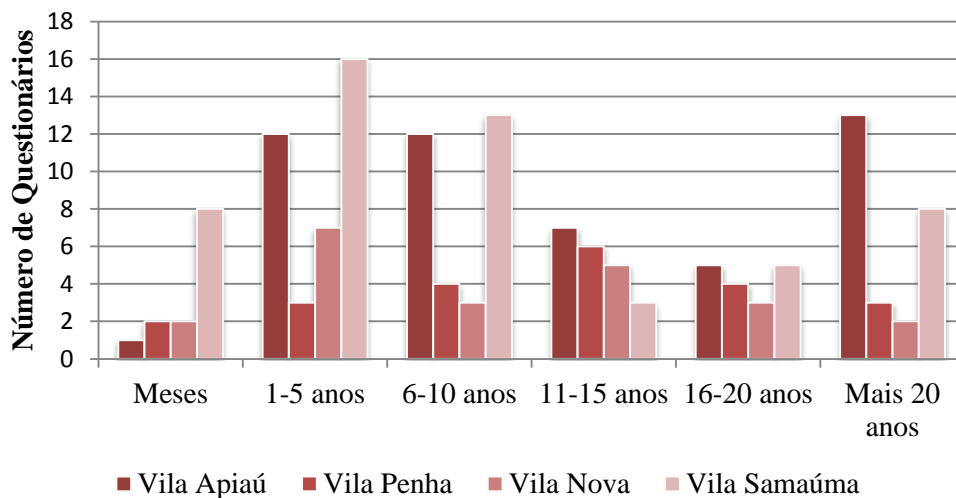
Tanto a Vila da Penha quanto a Vila Nova apresentam resultados bem semelhantes ao geral, com os moradores distribuídos principalmente nas faixas do meio, indicando um crescimento populacional que vem decaindo com o passar dos anos.

A Vila Samaúma é a que apresenta os resultados mais variados, com 15% de sua população morando na vila há apenas alguns meses, 30% morando entre ‘1 a 5 anos’ e 25% na faixa ‘5 a 10 anos’, com as outras alternativas aparecendo em menor destaque. Assim, percebe-se que embora ela não tenha sido a primeira a ser criada, o crescimento urbano da Vila Samaúma e seu potencial econômico têm atraído novos moradores nos últimos anos.

Conclui-se assim que entre as quatro vilas, a Vila Apiaú possui os moradores mais antigos, o que acontece graças a seu contexto histórico, enquanto a Vila Samaúma é aquela que possui atualmente um fluxo maior de migrantes, o que condiz com as entrevistas que apontaram o constante crescimento da vila.

Gráfico 4 - Tempo de habitação na região do Apiaú

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Gráfico 5 - Comparação entre o tempo de habitação das vilas na região do Apiaú

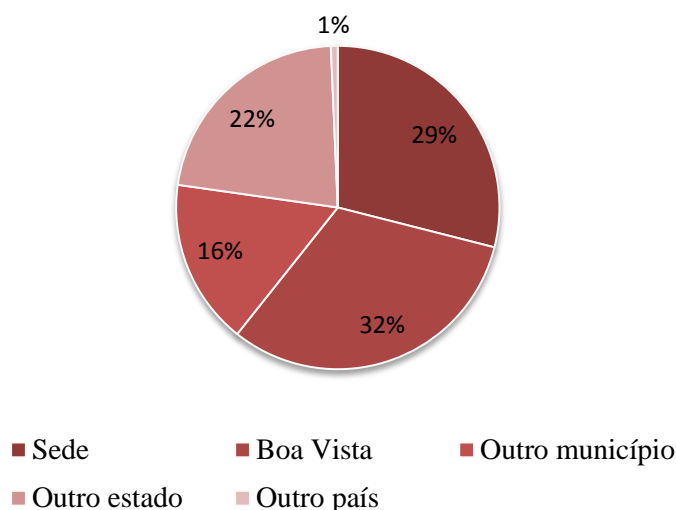
Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

- Local de origem:

Quanto ao local de origem dos moradores, o resultado geral apontou que a maioria dos moradores da região veio de Boa Vista (32%), seguido dos que vieram da própria sede de Mucajaí (29%), de outros estados (22%) e de outros municípios (16%), enquanto somente um entrevistado afirmou ser originalmente de outro país (Venezuela), como pode ser visto no Gráfico 6. Esses resultados vão ao encontro do

esperado, uma vez que se acreditava que a maioria da população viria da sede municipal e não da capital do Estado.

Gráfico 6 - Local de origem dos moradores da região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Entretanto, ao observar os resultados por vila verificam-se dados conflitantes, uma vez que a única vila que mantém essa ordem de grandeza é a Vila Samaúma. Assim, percebe-se que o grande número de pessoas vindas de Boa Vista que habitam a Vila Samaúma influenciou o resultado final da região, mas que essa característica não se repete nas demais vilas.

Vila Apiaú, Vila da Penha e Vila Nova apresentam porcentagens maiores de moradores vindos da sede municipal de Mucajaí, com 36%, 41% e 45%, respectivamente. No caso da Vila da Penha, os moradores vindos da capital aparecem em terceiro lugar, com somente 13% dos questionários. Assim, percebe-se que no geral, a região conta com moradores de origens variadas, e não pode ser observada nenhuma grande variação percentual digna de destaque ou de uma análise mais aprofundada.

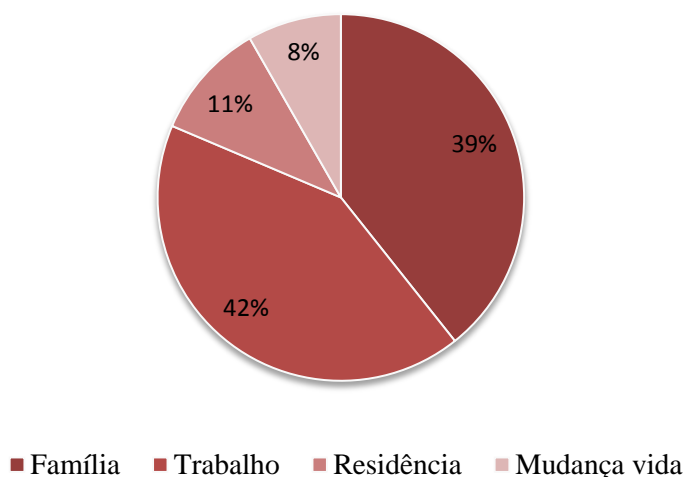
- **Motivo da escolha da vila:**

Quando questionados quanto ao motivo que os levou a mudar para a vila em questão, os moradores tinham três opções pré-definidas – proximidade com a família, oportunidade de trabalho e disponibilidade de residência – além da alternativa de dizer seu motivo próprio caso o mesmo não se encontrasse entre os motivos apontados,

sendo que o único motivo acrescentado pela população foi a possibilidade de mudança de vida, citado por doze diferentes moradores.

Assim como o tópico anterior, o resultado final dessa questão foi fortemente influenciado pela grande variação percentual obtida em uma das vilas, de forma que ele não representa a realidade da região no geral. Como pode ser visto no Gráfico 7, a alternativa ‘oportunidade de trabalho’ aparece como a mais identificada pelos moradores, com 42% dos questionários, enquanto ‘proximidade com a família’ aparece com 39% e ‘disponibilidade de residência’ com 11%.

Gráfico 7 - Principal motivo para mudança para a região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Os resultados obtidos na Vila da Penha, Vila Nova e Vila Samaúma apontam para a maioria dos moradores identificando ‘proximidade com a família’ como principal motivo da escolha da vila, chegando a 48% das respostas na Vila Nova. Contudo, com a grande diferença percentual da Vila Apiaú – onde ‘oportunidade de trabalho’ aparece com 55% - esses resultados não ficaram visíveis no quadro geral.

Por fim, os dados obtidos são bastante compreensíveis, uma vez que a boa estrutura e o tempo de desenvolvimento da Vila Apiaú a tornam economicamente estável, o que contribui para a migração de pessoas que buscam emprego, especialmente vindas de áreas próximas (sede municipal ou vicinais), enquanto as outras vilas se destacam pela agricultura familiar de subsistência.

Durante as entrevistas, percebe-se que a população local tem um apego pela região, descrevendo o local como “muito bonito, cheio de potencial e com muito a oferecer”. Ainda assim, muitos se sentem oprimidos e desencorajados pela falta de infraestrutura e pelos problemas sociais e urbanos que continuam a crescer nas vilas. Os moradores apontaram diferentes problemáticas – que serão abordadas posteriormente na análise socioambiental urbana do Estudo de Viabilidade Municipal – que necessitam ser trabalhadas para que a região possa se desenvolver de forma coerente e saudável.

A população da região do Apiaú tem fortes raízes na agropecuária, mas isso não tira as características urbanas da população, assim, os seus núcleos urbanos devem condizer com essa realidade, atendendo as necessidades dessa população e possibilitando seu crescimento econômico.

4.2.3. Características econômicas

O município de Mucajaí ocupa o 5º lugar no ranking do PIB dos municípios do Estado de Roraima, com um PIB de 247.452.000,00 reais e um PIB per capita de 15.107,00, de acordo com informações obtidas pelo SEPLAN referentes ao ano de 2015.

O último censo observou que 49,90% do PIB da época (2009/2010) condiziam a participação da Administração Pública, que na época correspondia a 73,1 milhões de reais. Além disso, também se percebe que o maior percentual de participação dos setores da economia no PIB do município é do setor terciário, que em 2010 representava 73,01% do PIB local, com o setor primário contribuindo com 16,86% e o primário com 10,13%. Esses números apontam uma constante crescente do setor terciário no município, que aumentou sua participação no PIB em quase 20% entre os anos de 2004 e 2010.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) aponta que os produtos da cadeia madeireira aparecem como o grande destaque da exportação do município, enquanto o ministério não possui nenhum dado a respeito de importações. O extrativismo vegetal também tem uma presença marcante no local, especialmente com o extrativismo de madeira em tora, lenha e carvão vegetal, que – como já citado – representa o maior produto de exportação do município.

O setor agropecuário é um importante componente da economia do município, tendo como destaque a produção de mandioca e banana, com uma produção menor de arroz, milho e tomate, além dos produtos de origem animal como a produção local de mel, leite e ovos. O município aparece na 11ª posição quanto a valores arrecadados pela produção agrícola, como pode ser observado na Tabela 6, resultado muito influenciado pela grande área indígena existente dentro do município e pelos pequenos produtores focados em agricultura de subsistência.

Tabela 6 - Produção agrícola e rebanhos bovinos dos municípios de Roraima

Município	Produção Agrícola 2016 (reais)	Rebanhos Bovinos 2016 (cabeças de gado)
Alto Alegre	13.377	87.057
Amajari	64.356	91.913
Boa Vista	43.801	24.288
Bonfim	97.045	64.084
Cantá	21.505	63.898
Caracaraí	18.203	38.192
Caroebe	64.587	63.453
Iracema	8.637	44.930
Mucajaí	15.813	128.969
Normandia	17.804	15.793
Pacaraima	13.458	21.380
Rorainópolis	24.673	59.956
São João da Baliza	19.855	23.430
São Luiz	10.510	38.665
Uiramutã	65.831	14.869

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros com base nos dados da SEPLAN (2018)

Entretanto, é na pecuária que o município realmente se destaca, possuindo o maior rebanho bovino do estado de Roraima, como pode ser observado na Tabela 7. Em 2016 Mucajaí possuía 128.969 cabeças de gado, o equivalente a aproximadamente 16,5% da

produção total de Roraima, o que condiz com o histórico do município, que tem grande parte de seus primeiros moradores ligados diretamente com a pecuária. Além disso, o município também possui criação de suínos, equinos e de aves.

Assim, segundo dados do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS), da Suframa/FGV (Fundação Getúlio Vargas) e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o SEPLAN apresenta a Tabela 7, mostrando as potencialidades econômicas do município de Mucajaí, levantadas no estudo “Panoramas e Vetores do Desenvolvimento do Estado de Roraima”, que foi elaborado com dados de 2001-2004. Além disso, dados da Suframa/FGV ainda aponta como potencialidades de crescimento econômico para o município de Mucajaí a fruticultura, a pesca artesanal e a piscicultura.

Tabela 7 - Potencialidades econômicas identificadas pelo PDLIS/FGV

POTENCIALIDADES PDLIS/FGV	
1. Agricultura de Curto Ciclo	4. Pecuária
Hortalças Δ	Avicultura Δ
Arroz Δ	Suinocultura Δ O
Feijão Δ	Bovinocultura de corte Δ O ►
Milho Δ	Bovinocultura leiteira Δ O
Tubérculos Δ O	Equinos e caprinos Δ
Frutas Δ O ►	5. Extrativismo animal
2. Agroindústria	Pesca comercial Δ O
Beneficiamento de frutas regionais Δ O ►	Piscicultura ● Δ O
Mandioca (farinhas, amido) Δ O	Apicultura Δ O ►
Carne (embutidos, frigorificados, couro) Δ O ►	6. Extrativismo vegetal (c/manejo)
Leite (queijo, iogurte, manteiga) Δ O	Madeira (serrado e pré-beneficiada) Δ O ►
Peixe (salga, defumação, couro) Δ O ►	Madeira beneficiada (móveis e utilidades) Δ O
Castanha de caju Δ O ►	Castanhas-da-Amazônia Δ O ►
Café -----	Produção de mudas agrícolas e florestais -----
Soja -----	7. Extrativismo mineral Δ ►

Dendê -----	8. Prestação de serviços Δ
Arroz irrigado -----	9. Turismo Ecológico ● Δ O ►
Coco Δ O ►	10. Comércio Δ
3.Bio-Agroindústria (matéria-prima)	11. Artesanato ● O ►
Plantas medicinais ● Δ O ►	12. Indústria Δ O
Óleos essenciais e corantes naturais ● Δ O ►	
Legenda: Δ - mercado local; O - mercado regional; ► - mercado extra-regional; ● - condições naturais favoráveis para implementação da produção ou atividade.	

Fonte: PDLIS (2001- 2004), SEPLAN/CGEES (2014)

Especificamente a respeito da região do Apiaú, foi extremamente difícil coletar informações econômicas, especialmente graças a falta de informação e interesse dos órgãos públicos. Tanto a Prefeitura Municipal de Mucajaí quanto o SEPLAN e outras entidades públicas possuíam somente informações referentes ao município em geral, sem especificações que analisasse as vilas e suas particularidades.

Pensando nessa deficiência, os questionários realizados durante as visitas a campo abordaram temáticas relacionadas à renda mensal e principais fonte de renda, com o intuito de criar um panorama geral da realidade econômica das famílias locais. Assim, a partir das questões de cunho econômico foi possível identificar:

- Média da renda familiar:

Quando questionados a respeito da sua média familiar os moradores foram bem abertos, sem demonstrar constrangimento ou irritação, respondendo a pergunta sem hesitações. Muitos afirmaram não possuir um salário fixo, mas foram direcionados a responder baseados em o valor médio que costumam obter a cada mês.

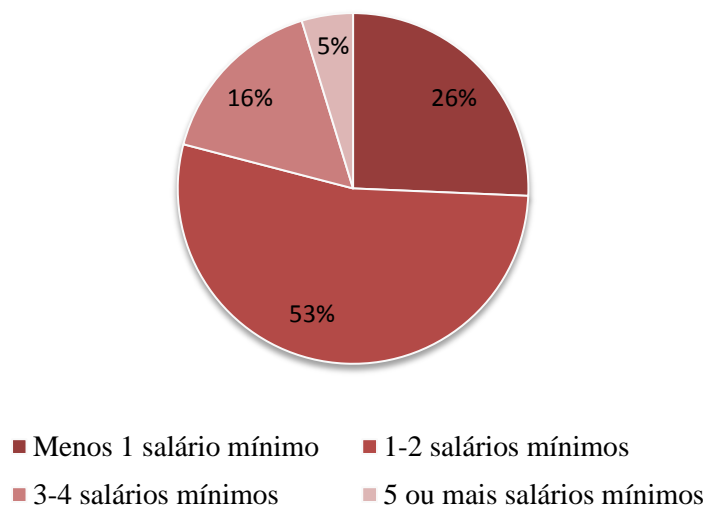
No geral, os resultados das quatro vilas se mostraram bem similares, demonstrando que a situação econômica das famílias tende a ser parecida em toda a região. Os resultados finais apontaram 53% dos moradores afirmando que sua renda mensal média varia entre um e dois salários mínimos, como mostra o Gráfico 8. A opção ‘menos de um salário mínimo’ aparece como a segunda mais marcada, com 26%, e uma média de três a quatro salários mínimos foi escolhida por 16% dos moradores. A opção menos apontada foi a ‘mais de cinco salários mínimos’ que obteve somente 5% da porcentagem total.

Figura 4 - Residência em madeira na Vila Nova



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Gráfico 8 - Renda mensal média dos moradores da Região do Apiaú



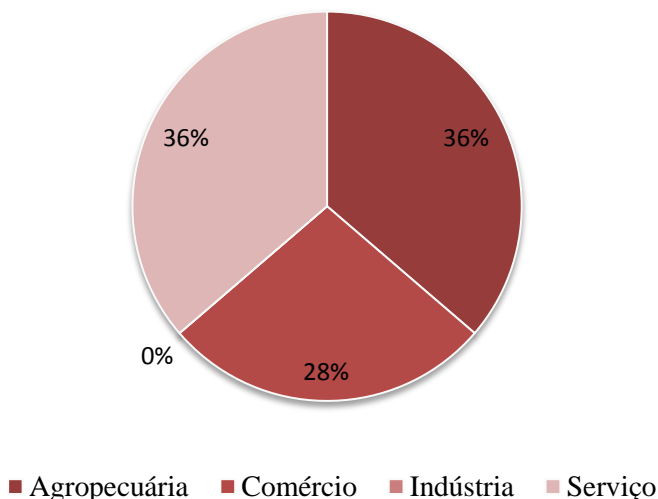
Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

A Vila Nova e a Vila da Penha apresentaram porcentagens maiores na opção ‘menos de um salário mínimo’ do que as demais – com respectivamente 36% e 32%, enquanto a Vila Apiaú e a Samaúma se mantiveram mais próximo dos 20% – demonstrando uma carência econômica um pouco maior do que o restante da região, o

que influencia a quantidade de residências em madeira ou não finalizadas, exemplificadas na Figura 4.

- Principal fonte de renda da família:

Gráfico 9 - Principal fonte de renda familiar na região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Outra questão feita aos moradores abordava a principal fonte de renda familiar, ou seja, que tipo de serviço prestado era responsável pela estabilidade financeira da casa. As possíveis opções de responder eram: agropecuária, comércio, indústria, serviços e outros (com opção de indicar possíveis alternativas), sendo que não houve respostas positivas para as opções 'indústria' e 'outros'.

Na Vila Apiaú foi possível observar uma divisão igualitária de respostas, com a agropecuária finalizando com 38%, serviços com 36% e comércio com 26%. Assim, fica claro que a população da vila se sustenta nas três fontes de renda, sem que nenhuma receba um destaque muito significativo.

Já na Vila da Penha e na Vila Nova, observa-se uma predominância muito maior da dependência da agropecuária, com essa alternativa alcançando a marca de 50% nas duas vilas. O comércio aparece em segundo lugar, com aproximadamente 30%, e o serviço por último, com quase 20%, em ambas as vilas. Esses resultados são coerentes com a proximidade das vilas com diversas vicinais que conduzem a áreas

agrícolas, assim como com o tamanho e estrutura reduzida de ambas, que prejudica o desenvolvimento de comércio e serviços.

Na Vila Samaúma essa realidade se modifica, com 51% dos questionários apontando a opção ‘serviços’ como principal fonte de renda, o comércio aparecendo em segundo lugar com 26% e a agropecuária tendo 23% das respostas.

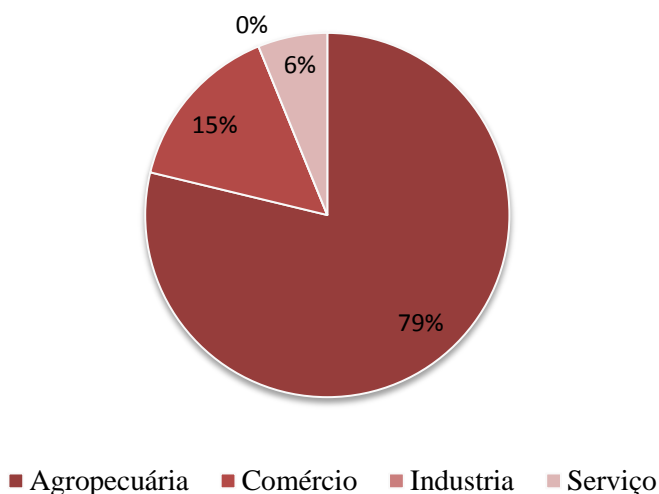
Assim, os resultados finais mostram uma distribuição bem equilibrada das três fontes de renda, com uma leve predominância da agropecuária e dos serviços, como aponta o Gráfico 9. Vale ressaltar que os serviços aqui apontados incluem cargos públicos e comissionados.

- Principal fonte de renda da vila:

Da mesma forma como com a pergunta acima, os moradores foram questionados quando a fonte principal de renda da vila. É interessante observar que os resultados aqui obtidos foram muito diferentes dos resultados acerca da fonte de renda familiar, o que pode ser explicado pelo fato dos questionários terem sido aplicados nas vilas, sem incluir a população rural das vicinais.

Os resultados finais, ilustrados no Gráfico 10, demonstram que a grande maioria da população da região (aproximadamente 80%) afirma que a agropecuária é a principal fonte de renda local, com o comércio aparecendo em segundo com 15% e serviços em terceiro com 6%.

Gráfico 10 - Principal fonte de renda das vilas da Região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

É interessante observar que os resultados foram muito parecidos nas quatro vilas – sendo que a Vila Nova foi a que teve a maior porcentagem na opção ‘agropecuária, com 90% - e juntando essa informação com as duas já apresentadas é possível perceber que existe um padrão econômico bem claro que é compartilhado pelas quatro vilas.

- Frequência do deslocamento vila-sede:

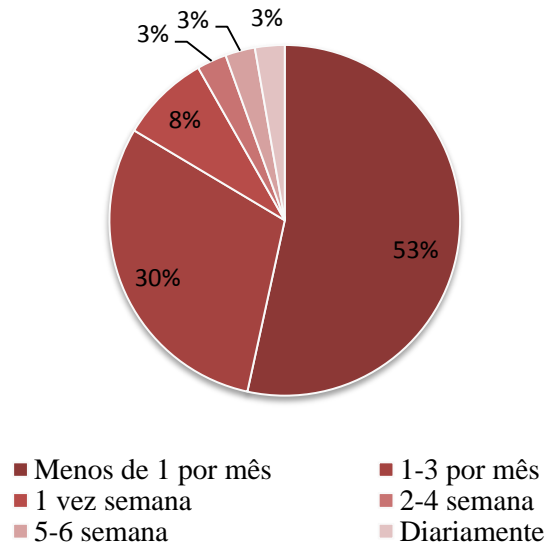
Pode se observar no Gráfico 11 que a grande parte da população local afirmou não visitar a sede municipal com frequência, sendo que 53% dos moradores assegurou fazer esse deslocamento menos de uma vez por mês. Já 30% dos questionados respondeu que vai a sede entre uma e três vezes por mês e 8% disseram que visita à sede pelo menos uma vez por semana. Já cada uma das outras possibilidades de resposta, que incluíam mais vezes na semana e diariamente, foram escolhidas 3% das vezes.

Uma análise mais detalhada dos resultados por vila mostrou que, assim como esperado, quanto mais longe da sede menos comum é o deslocamento, sendo que a Vila Apiaú foi a única onde a opção ‘menos de uma vez ao mês’ não aparece em primeiro lugar enquanto na Vila Samaúma, a mais distante da sede, ela aparece em 75% dos questionários, como pode ser observado na comparação do Gráfico 12. É importante lembrar que em alguns casos, como na Vila Samaúma, a distância faz com que a relação entre a vila e a sede de Alto Alegre se sobreponha a relação entre a vila e a sede de Mucajaí, o que pode contribuir para esses resultados.

Além da óbvia conclusão que a distância influencia a disposição dos moradores de viajarem entre as vilas e a sede, também é possível concluir que a baixa frequência de deslocamentos se dá graças à quantidade de serviços e equipamentos que já existe nas vilas, sendo que os moradores não vêm uma necessidade constante de buscar mercadorias ou serviços fora de sua região geográfica.

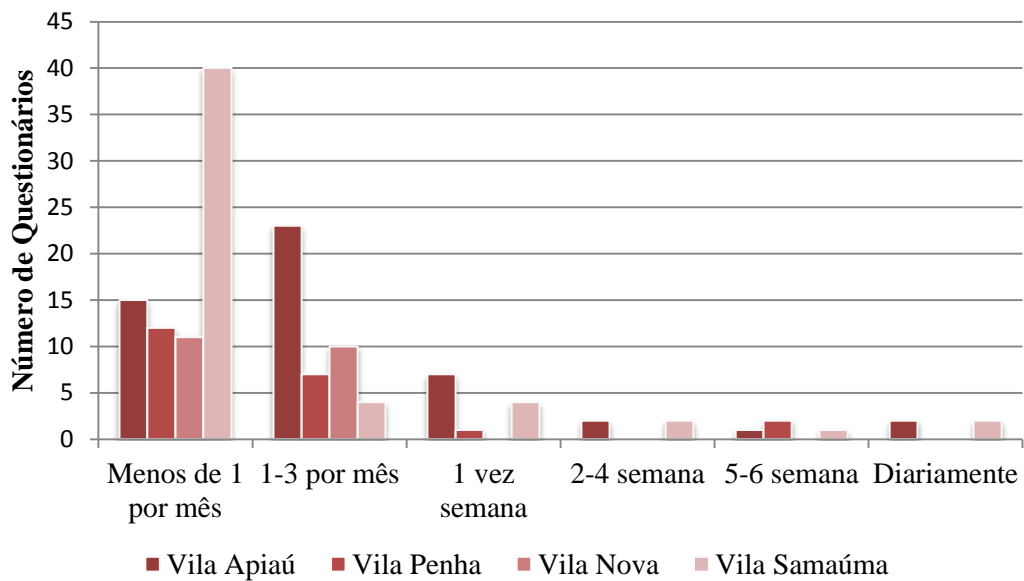
Assim, observa-se que a economia da região do Apiaú não se diferencia muito da realidade do restante do município, com um foco claro na agropecuária e nos serviços/comércio. É importante apontar que como os questionários e entrevistas focaram na população residindo as vilas, algumas informações referentes as vicinais não foram contabilizadas, assim, presume-se que a realidade econômica dessa população seja semelhante as identificadas no restante da região.

Gráfico 11 - Frequência de deslocamento vila-sede dos moradores da Região do Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Gráfico 12 - Comparação da frequência do deslocamento vila-sede dos moradores por vila



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

A partir das características gerais – geográficas, populacionais e econômicas – apresentadas durante essa seção, é possível perceber que o objeto de estudo se enquadra as especificações usadas para caracterizar o conceito de região anteriormente. As quatro vilas fazem parte de um conjunto maior, uma vez todas se comunicam e se relacionam, compartilhando serviços e produtos. Além disso, as semelhanças entre elas – especialmente

nos âmbitos populacional e econômico – criam laços entre seus habitantes, ou seja, existe um sentimento de pertencimento que se estende além dos limites das vilas, abrangendo toda uma população que estabelece um ideal de comunidade. Assim, entende-se que denominar o objeto de estudo de região do Apiaú é coerente com as características observadas in loco e com o sentimento compartilhado pela população local.

5. DIAGNÓSTICO DA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL

A partir das informações obtidas durante o referencial teórico, o contexto histórico e o estudo de caso, é possível se ter uma imagem geral da realidade do objeto de estudo sob diferentes aspectos. Dessa forma, esse capítulo foca em responder a pergunta que gerou a problemática abordada durante essa dissertação: A região do Apiaú tem as condições necessárias para passar por um processo de emancipação municipal?

Assim, esse capítulo se inicia com uma comparação das características específicas do local com os pré-requisitos propostos por lei quanto a emancipação, para que seja feita uma constatação positiva ou negativa quanto a situação da região. São analisados os números referentes à população, eleitorado, número de imóveis e arrecadação geral, além de uma avaliação dos núcleos urbanos, da continuidade do futuro município e da localização do mesmo.

Em seguida, o capítulo aborda as três diferentes áreas de atuação do Estudo de Viabilidade Municipal, baseando-se tanto nos pré-requisitos apresentados quanto nas informações do estudo de caso, propondo uma breve análise quanto à realidade político administrativa, sócio-ambiental urbana e econômica financeira local, identificando seus pontos fortes e fracos.

O capítulo ainda simula um possível plebiscito referente a emancipação municipal da região, se fundamentando nas informações obtidas nos questionários aplicados nas vilas e na sede do município, buscando demonstrar o que a população local pensa sobre uma possível emancipação e as consequências que a mesma traria para a região do Apiaú e para Mucajaí.

Por fim, o capítulo se finaliza com um diagnóstico geral da região, concluindo a pesquisa e respondendo a pergunta proposta pelo trabalho, através da confirmação ou negação da hipótese apresentada, ao mesmo tempo em que apresenta questões observadas durante o estudo e possíveis pontos a serem abordados em pesquisas futuras.

5.1. PRÉ-REQUISITOS PARA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL

Uma vez recebido o requerimento acerca de uma emancipação municipal, a Assembleia Legislativa Estadual fica responsável por providenciar a elaboração do Estudo de Viabilidade Municipal do município a ser criado e da área remanescente do município pré-existente. Entretanto, antes de se iniciar a análise para comprovação da existência de condições que permitam a consolidação e desenvolvimento de ambos os municípios, é necessário verificar o cumprimento dos pré-requisitos mínimos para a criação de um novo município.

Os pré-requisitos em questão propõem valores mínimos referentes a população (mínima e eleitoral), infraestrutura física (núcleos urbanos e números de imóveis) e economia (arrecadação local), como também situações específicas quando a questão ambiental e a continuidade dos dois municípios. É somente a partir do cumprimento de todos os pré-requisitos estabelecidos que se dá prosseguimento a realização do Estudo de Viabilidade Municipal, detalhando a situação local e fazendo um exame crítico das possibilidades reais de emancipação.

O presente trabalho escolheu simular uma proposta de emancipação municipal baseando-se tanto no projeto de lei PLS 98/02, aprovado pelo senado em 2008 e vetado pela câmara dos deputados em 2013, quanto no PLS 199/15, aprovado no senado em 2017 e ainda em deliberação no plenário. O projeto PLS 98/02 foi escolhido graças aos seus pré-requisitos bem definidos e sua detalhada proposta de análise municipal, que permite um diagnóstico claro e pertinente. Já as mudanças propostas pelo PLS 199/15 – o projeto de lei mais atual referente à questão – são essenciais para mostrar as atualizações que o projeto vem recebendo, desenvolvendo alguns aspectos específicos e aumentando a exigência de certos pré-requisitos.

Dessa forma, essa seção aborda os pré-requisitos referentes à emancipação municipal, buscando levantar as informações necessárias para a verificação do cumprimento dessas exigências, analisar os diferentes aspectos envolvidos e afirmar se as condições encontradas são positivas ou negativas. É importante lembrar que embora alguns métodos utilizados nessa seção sejam brevemente citados aqui, os mesmos já foram detalhados na seção referente à metodologia da pesquisa, no primeiro capítulo dessa dissertação.

5.1.1. População mínima

O primeiro pré-requisito proposto por qualquer projeto de lei referente à emancipação municipal é a existência de uma população mínima, que exige um número total de habitantes cada vez maior com o passar dos anos. Essa exigência existe com a finalidade de impedir a criação de novos municípios muito pequenos, com um contingente habitacional que não justifique a emancipação.

Dentro dos dois projetos de lei escolhidos para basear essa análise, as condições referentes à população mínima são conflitantes, o que demonstra a evolução desse pré-requisito durante os anos. De acordo com o PLS 98/02, uma região só poderia ser considerada apta para emancipação municipal se ela tivesse pelo menos: 5.000 habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste; 7.000 habitantes na região Nordeste; e 10.000 habitantes nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, esses valores finais foram alterados nos últimos projetos de lei, sendo que o projeto PLS 199/15, atualmente sendo deliberado pelo plenário, aumenta a população mínima para: 6.000 habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste; 12.000 habitantes na região Nordeste; e 20.000 habitantes nas regiões Sul e Sudeste.

Cabe apontar que caso haja uma emancipação tanto os novos municípios quanto os municípios de origem devem possuir pelo menos os valores de população mínima exigida, ou seja, o pedido de emancipação será negado caso a região que propõe se emancipar possua o número mínimo de habitantes, mas a retirada desses moradores diminua o contingente populacional do município de origem de forma que o mesmo não alcance a população mínima exigida.

Chegar a um valor aproximado quanto à população da região do Apiaú se tornou um desafio, uma vez que faltam informações confiáveis a respeito não só da região, como de todas as vilas do município de Mucajaí. Inicialmente, procurou-se a prefeitura do município, com a intenção de se obter as informações populacionais desejadas, entretanto os dados obtidos estavam claramente desatualizados e não condiziam com a realidade local observada nas visitas a campo realizadas durante o início da pesquisa.

De acordo com as informações cedidas pela prefeitura, a região do Apiaú possui 1.531 habitantes, sendo que 657 habitantes residem na Vila do Apiaú, 335 habitantes na Vila da Penha, 138 habitantes na Vila Nova e 401 na Vila Samaúma. Esses dados entram em conflito com as observações em campo e com as informações obtidas durante as entrevistas com

moradores locais, assim, optou-se por buscar outras fontes para que os números pudessem ser comparados.

As Secretarias de Saúde e Educação de Mucajaí foram abordadas diversas vezes e afirmaram não possuir nenhum tipo de pesquisa de demanda que estimasse o número populacional nas vilas em questão, entretanto, obteve-se o número de alunos matriculados em escolas da região. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, existem 1.639 alunos matriculados nas quatro vilas – incluindo educação infantil, educação fundamental I e II, ensino médio e EJA. Sendo assim, pode-se constatar que os números cedidos pela prefeitura não representam a realidade local.

Assim, para se chegar a um valor mais aproximado foram utilizadas as informações do IBGE (2010) acerca dos setores censitários, identificando os setores correspondentes a localização geográficas das vilas e somando a população registrada nesses setores, como foi detalhado anteriormente na metodologia da pesquisa. A partir desse levantamento pode-se verificar que a área das vilas da região do Apiaú contava com aproximadamente 4.559 habitantes durante a realização do censo de 2010.

Por falta de informações mais recentes, opta-se por utilizar o valor total encontrado a partir dos setores censitários, lembrando que esse valor não leva em consideração muitas das vicinais próximas as vilas e que houve um aumento populacional muito grande nos últimos anos, de forma que a real população atual provavelmente seria um número maior. Supondo um crescimento de 18% desde o último censo (crescimento estimado para o município de Mucajaí nos últimos 8 anos), a população encontrada aumentaria para aproximadamente 5.380 habitantes.

Além dessa informação, também foram obtidos dados referentes a população rural que habita os projetos de assentamento locais: o PA Vila Nova e o PA Samaúma. De acordo com os dados obtidos no INCRA, referentes a dezembro de 2017, os dois projetos de assentamento contam com 977 famílias – sendo 763 famílias no PA Samaúma e 214 famílias no PA Vila Nova – propondo uma média de quatro moradores por casa, como foi observado nos questionários aplicados nas vilas, estimasse uma população rural de 3.908 pessoas.

Assim, somando os dois valores encontrados – 3.908 pessoas nos projetos de assentamento e 4.559 pessoas nas áreas das vilas, uma vez que não existe uma estimativa oficial de crescimento local na região – obtém-se o total de 8.467 moradores no local. Levando em consideração a estimativa do IBGE de que existem 17.528 moradores atualmente

no município de Mucajaí, uma emancipação da região do Apiaú comprometeria 48,30% da população do município, deixando Mucajaí com somente 9.061 habitantes.

Percebe-se assim que o número de habitantes contabilizados na região atinge o número mínimo exigido pelos dois projetos de lei, tanto no que se refere ao novo município proposto quanto ao município de origem. Vale ainda ressaltar que é possível que a área tenha tido um crescimento maior do que o previsto, ou ainda que parte da população local não tenha sido contabilizada graças as dificuldades de acesso as vicinais, entretanto, essas informações só serão corrigidas ou ratificadas com a realização do próximo censo, ou de projetos específicos.

5.1.2. Número mínimo do eleitorado

O eleitorado é definido como um conjunto de pessoas que possuem aptidão jurídica para participar de uma eleição, ou seja, são todos aqueles que possuem os pré-requisitos para exercer o seu direito de cidadão e se engajar diretamente na política nacional através do voto. Assim, o número de eleitores de uma região é um dado importante, pois indica a influência que esse local possui sobre a política nacional, assim como o número de cidadãos adultos que estarão sob a autoridade de uma prefeitura ou governo.

De acordo com as especificações propostas pelo projeto de lei PLS 98/02, um dos pré-requisitos essenciais para aprovar a realização de um Estudo de Viabilidade Municipal de uma região é a existência de um eleitorado igual ou superior a 50% de sua população, o que significa que metade da população local deve ter mais de 18 anos e estar realizando suas obrigações como cidadãos brasileiros. Entretanto, o projeto de lei PLS 199/15 não aponta um valor ou porcentagem para o eleitorado mínimo, abordando o assunto somente para afirmar que o processo de emancipação se iniciará apenas depois do encaminhamento do requerimento de emancipação, dirigido a Assembleia Estadual por 20% dos eleitores da área que pretende buscar a emancipação.

Com a intenção de se obter o número total de eleitores da região do Apiaú, o TRE/RR foi acionado e o órgão disponibilizou o Cadastro Eleitoral, que apresenta o número de eleitores por zonas e seções. Os municípios de Mucajaí e Iracema se encontram na zona 6, que conta com um total de 18 locais de votação, 67 seções e 16.252 eleitores. O município de Mucajaí, especificamente, conta com 13 diferentes locais de votação, 47 seções e 11.227 eleitores.

O Cadastro Eleitoral também permitiu a identificação de locais de votação nas vilas, sendo: A Vila do Apiaú com 7 seções previstas e 1.059 eleitores; a Vila Samaúma com 4 seções previstas e 632 eleitores; a Vila Nova Esperança (Vila Nova) com 2 seções previstas e 469 eleitores; e a Vila da Penha com 2 seções previstas e 441 eleitores. Assim, somando os eleitores das quatro vilas, chegasse ao resultado de 2.601 eleitores na Região do Apiaú.

Assim, baseando no valor total de 8.467 habitantes identificados através dos setores censitários e dos dados do INCRA, percebe-se que os eleitores correspondem a aproximadamente 31% da população local, o que não está de acordo com as exigências previstas no projeto de lei PLS 98/02. Entretanto, é interessante lembrar que esse número não corresponde ao número total de adultos na região, o que significa que parte dessa população não está votando, ou está cadastrado em uma seção diferente. Assim, seria necessário reavaliar essa porcentagem depois da realização do novo censo e da atualização dos dados populacionais da região.

Também fica claro que, de acordo com as especificações do projeto de lei PLS 199/15, para dar início ao processo de emancipação seria necessário um requerimento envolvendo pelo menos 1.694 eleitores (que correspondem a 20% do eleitorado local), provando o interesse da população no processo em questão.

5.1.3. Núcleo urbano

Como já foi exemplificado anteriormente nessa dissertação, abordar conceitos é sempre uma questão delicada, uma vez que um termo pode ser compreendido de diferentes maneiras, usado e apropriado em contextos específicos e, ainda, possuir definições bastante diversas dependendo do referencial de quem o define. Sendo assim, conceituar se torna uma tarefa complexa, especialmente quando são trabalhados termos tão abrangentes quanto ‘urbano’.

Lecione (2008) aponta que diversos autores relacionam o urbano com a industrialização, interligando o fenômeno urbano à capital industrial, ou ainda, a sociedade capitalista industrial. Entretanto, atualmente o termo ‘urbano’ tem uma abrangência muito mais vasta, representando não só uma questão econômica mas todo um estilo de vida.

De acordo com o IBGE (Notas Metodológicas, 2008), os domicílios podem ser classificados como urbanos ou rurais, baseados em sua área de localização, considerando como áreas urbanas as cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas, enquanto o termo rural aborda toda a área situada fora desses limites. Já Beaujeu-Garnier (1995) distingue o urbano como uma característica humana, o viver em certo tipo de espaço transformado pelo homem, tendo uma profissão que ‘independe’ da exploração direta da natureza – caça, pesca ou agricultura – e dividindo o mesmo sentimento de pertencimento que leva um grupo a vivenciar as mesmas práticas sociais.

Assim, o urbano passa a representar a organização humana do espaço, a concentração de atividades secundárias e terciárias em uma área de aglomerado, refletindo as características da sociedade e suas escolhas de vida. Isso leva a perguntas como: Se os moradores das áreas rurais dos países desenvolvidos levam a vida do mesmo modo que os cidadãos das áreas urbanas, seria correto afirmar que os mesmos pertencem a sociedade urbana? Ou ainda, se uma população possui relacionamentos significantes tanto com a área rural através do trabalho quanto com a área urbana através do consumo, poderia ela ser considerada semi-urbana? A inexistência de uma resposta concreta e unânime para essas indagações deixa claro que ainda existe uma falta de consenso sobre o termo ‘população urbana’ e a quem ele realmente se refere.

Para fins didáticos, opta-se aqui por definir o urbano a partir das características levantadas por Beaujeu-Garnier (1995), levando em consideração a prática de atividades industriais, comerciais ou de serviços, a presença de edifícios próximos e uma estrutura geral urbana – ruas, calçadas, lotes previamente demarcados, áreas institucionais e etc. – e uma população que compartilha o estilo de vida urbano.

O projeto de lei PLS 98/02 especifica como um de seus pré-requisitos a existência previa de um núcleo urbano na área a ser emancipada, embora o mesmo não especifique sua definição de ‘núcleo urbano’ nem as características gerais exigidas para uma possível aprovação. Já o projeto PLS 199/15 não faz menção da necessidade de um núcleo urbano consolidado.

De acordo com o mapeamento das vilas – executado pela Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura de Mucajaí em março de 2012, como pode ser visto nos anexos A, B, C e D – a área conta com pelo menos quatro núcleos urbanos, sendo dois deles bem mais desenvolvidos do que os outros.

O mapeamento da Vila Nova (anexo C) conta com o detalhamento de 12 quarteirões, com um desenvolvimento mais acelerado no lado esquerdo da vicinal tronco (RR 325). No mapeamento pode ser observado que a vila conta com: seis ruas projetadas, além da rodovia que a conecta as demais vilas; uma escola; um posto de saúde; uma praça contendo uma quadra esportiva; e grandes terrenos demarcados, mas sem função especificada. De acordo com informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Mucajaí, a vila Nova conta também com dois edifícios municipais, um edifício estadual, um reservatório de água e ligação com rede de água e energia, providas pela CAER e pela ELETROBRAS, respectivamente.

Durante as visitas a campo, pode-se perceber que, embora a vila tenha crescido nos últimos seis anos, sua estrutura geral continua a mesma. Não foram identificados áreas institucionais diferentes das demarcadas no mapeamento e nas informações da prefeitura, e embora tenha havido crescimento urbano, ele seguiu as diretrizes do planejamento inicial, desenvolvendo mais a margem esquerda da rodovia. Também se observou que o crescimento urbano não foi seguido com adição de infraestrutura, uma vez que as áreas mais recentes não tem acesso a ruas asfaltadas ou iluminação pública.

A vila da Penha possui 15 quarteirões definidos em seu mapeamento oficial (anexo B), com demarcações específicas para a escola, o campo de futebol, uma igreja, um posto de gasolina, uma usina, um reservatório, uma padaria, três pontos comerciais, uma pista de corrida e uma pista para vaquejadas. A vila também conta com sete ruas planejadas e um desenvolvimento mais no lado esquerdo da rodovia estadual, assim como a Vila Nova. De acordo com a prefeitura, a vila possui ligação com rede de água e energia, um prédio municipal, um prédio estadual e um reservatório de água.

Assim como na Vila Nova, as visitas a Vila da Penha não demonstraram grandes diferenças entre a realidade e o mapeamento local. Embora tenha havido crescimento urbano, especialmente do lado esquerdo da rodovia, a vila continua com as mesmas características gerais apresentadas no mapa. Observa-se ainda a necessidade de manutenção das vias e de projetos de infraestrutura, além de projetos de pavimentação e de aumento da segurança no local.

O mapeamento da Vila Samaúma se encontra bem menos detalhado do que o das demais vilas (anexo D), contendo somente a delimitação de quarteirões mas sem especificação de numeração ou distribuição do lotes. Observa-se a existência de 21 quarteirões, com especificações de áreas para igreja, alguns pontos comerciais, escola, usina e

área de brejo. Diferentemente das duas vilas comentadas anteriormente, o crescimento da Vila Samaúma se focou no lado direito da RR 325 e o mapa conta com oito ruas projetadas. Além disso, a prefeitura afirma que a vila possui dois edifícios municipais, um edifício estadual, um reservatório de água e ligação com a rede de água e energia, assim como as demais vilas.

De todas as vilas visitadas, a Vila Samaúma foi a que mais demonstrou crescimento urbano desde o mapeamento em 2012. Nos últimos seis anos a vila cresceu muito, com seu lado direito se desenvolvendo grandemente. Além disso, os moradores locais e das outras vilas citaram o grande crescimento recente da Vila Samaúma, apontando como causas principais a sua proximidade a sede do Município de Alto Alegre, que permite que a população da vila utilize seus serviços e o desenvolvimento do comércio local.

A diferença de tamanho entre a Vila Apiaú e as demais vilas fica clara quando se observa os mapeamentos, uma vez que o mapa da Vila Apiaú (anexo A) se destaca não só pelo seu tamanho, mas também pela sua complexidade urbana. Com 46 quarteirões demarcados, o mapa delimita a posição da escola, do posto de gasolina e de algumas praças, além de localizar área de reserva, que não são especificadas, e áreas de cooperativa. Com mais de 15 ruas projetadas, três edifícios municipais, dois edifícios estaduais, dois reservatórios de água e ligação de água e energia, a Vila se destaca por sua estrutura urbana bem consolidada.

Embora a Vila Apiaú tenha crescido nos últimos anos, esse crescimento não fica tão claro quanto o da Vila Samaúma. As visitas a campo deixaram claro que a vila permanece com uma estrutura urbana forte, mas que não houve grandes mudanças na sua forma desde o mapeamento. Pode ser observada uma área destinada à habitação de interesse social que não está prevista no mapa, assim como um crescimento urbano na margem direita da rodovia. Mesmo que a vila tenha mantido sua estrutura geral, ela permanece como a maior e mais bem estruturada vila da região.

A partir dessas análises conclui-se que a região do Apiaú contém diversos núcleos urbanos, sendo que dois deles (Vila Apiaú e Vila Samaúma) são desenvolvidos o bastante para poder dar início a um novo município, necessitando somente de algumas melhorias na infraestrutura, atualizações no dimensionamento e locação dos equipamentos urbanos e investimento na construção de edifícios institucionais exigidos para a realização das funções municipais.

5.1.4. Número de imóveis

Outro pré-requisito exigido pelos dois projetos de lei é um número de imóveis superior à média de imóveis de 10% dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população, ou seja, que existam um número de imóveis superior a média dos municípios que constituem os 10% de menor população do estado. Contudo o PLS 98/02 especifica que esse número mínimo de imóveis se refere somente ao aglomerado urbano que será transformado na nova sede municipal, ou seja, que o núcleo urbano considerado principal deve conter sozinho o número mínimo de imóveis, sendo que essa mesma informação não se encontra especificada no PLS 199/15.

Assim como com número de habitantes, as informações da prefeitura municipal de Mucajaí estavam extremamente defasadas, indicando a existência de: 182 imóveis na Vila Apiaú; 101 imóveis na Vila da Penha; 50 imóveis na Vila Nova; e 103 imóveis na Vila Samaúma. Comparando esses números com as observações in loco e com os dados obtidos através dos setores censitários, percebe-se que os dados da prefeitura não condizem com a realidade local atual.

Diferentes órgãos foram contatados em busca de um número aproximado de imóveis na região, entretanto nenhuma informação foi cedida. A CAER e a ELETROBRAS também afirmaram não possuir um número certo de ligações de água ou energia no local. Assim, aplica-se o mesmo método utilizado no número de habitantes, mas dividindo o número total por quatro, representando quatro habitantes por residência – essa média foi obtida através dos questionários e tem a intenção de servir como um valor aproximado.

Assim, a vila do Apiaú – escolhida como possível nova sede municipal – e as vicinais mais próximas somaram um total de 1.836 moradores, ou seja, uma estimativa de 459 imóveis na vila e em seu entorno. Já aplicando o mesmo cálculo ao total de moradores da região do Apiaú, se obtém uma estimativa de 2.116 imóveis.

O estado de Roraima possui 15 municípios, assim, como 10% dos municípios seria 1,5, usa-se as informações dos dois municípios de menor população do estado: Uiramutã, com 1.705 imóveis; e São Luiz, com 1.968 imóveis. Assim, percebe-se que o número de imóveis do novo município deve ser superior a média de 1.836 imóveis, o que acontece quando toda a região do Apiaú é considerada, entretanto, caso seja seguido as especificações do PLS 98/02

de contar somente os imóveis da nova sede municipal o novo município fica bem aquém das normas, não atingindo o pré-requisito mínimo.

5.1.5. Porcentagem de arrecadações

Um município necessita de recursos financeiros para poder arcar com suas despesas e para que tenha a capacidade de executar seus serviços públicos, dessa forma, Zmitrowicz e Biscaro (1988) afirmam que as principais fontes de renda da prefeitura são:

- *Recursos de arrecadação própria:* estabelecidos pela Constituição, são os recursos gerados pela direito de arrecadar tributos, dividindo-os em impostos, taxas e contribuições. Os impostos municipais mais comuns são o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviço (ISS), o Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) e o Imposto sobre Tramitação de Bens Imóveis (ITBI), enquanto as taxas são cobradas para cobrir os gastos do funcionamento de atividades, como é o caso de taxas de coleta e remoção de lixo, taxas de iluminação, taxas de conservação e limpeza públicas, taxas de execução de muros e calçadas, entre outros.
- *Recursos de transferências feitas pela União e pelo Estado:* Também conhecidos como impostos partilhados, estão previstos constitucionalmente e são os impostos de competência Federal ou Estadual cujo produto é dividido com os municípios. As principais transferências são o Imposto de Renda (IR), o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- *Recursos de empréstimos financeiros:* São todos os recursos obtidos através de empréstimo envolvendo outras instituições, nacionais ou internacionais. Somente são considerados como opção no caso de municípios que não conseguem gerar renda por arrecadação própria e/ou por repasse Estadual e Federal.

Assim, é considerada a arrecadação total disponível do município a somatória dos recursos dessas três fontes. De acordo com o PLS 98/02, um dos pré-requisitos para a emancipação municipal é que a área possua uma arrecadação estimada superior à média de

10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, ou seja, o cálculo dessa média ocorre de forma semelhante ao cálculo do número de imóveis.

Entretanto, não se obteve nenhum tipo de dado acerca de uma arrecadação estimada para a região do Apiaú, uma vez que as informações da prefeitura a respeito da área são extremamente escassas e desatualizadas. Quando questionados, os funcionários da prefeitura afirmaram que esse tipo de informação somente pode ser repassado pela Secretaria da Fazenda do Estado, que por sua vez afirmou que não possui esses dados e que os mesmos são obrigação da prefeitura municipal. Assim, com diferentes órgãos empurrando a responsabilidade dos dados, não se conseguiu informações reais para que esse pré-requisito fosse verificado.

5.1.6. Situação da localização

A situação da localização da área a ser emancipada também aparece como um pré-requisito primordial para a aprovação do processo, uma vez que cabe a União garantir o bem estar coletivo, protegendo a população e o meio ambiente de interesses individuais que tenham potencial para prejudicar o geral.

Pensando nisso, ambos os projetos de lei PLS 98/02 e PLS 199/15 deixam claro a suas exigências quanto as condições de situação da localização das áreas a serem emancipadas, cobrando os mesmos aspectos. Os dois projetos de lei especificam que a área urbana em questão não pode estar situada, total ou parcialmente, em área de reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações.

De acordo com o mapa institucional elaborado e cedido pelo SEPLAN (2015a), o território do município de Mucajaí é composto 57,65% de terras indígenas, 1,92% de unidades de conservação federal, 7,12% de projetos de assentamento (PA) e 33,31% de áreas remanescentes, totalizando 66,69% de áreas institucionais em todo o território municipal. A terra indígena Yanomami ocupa toda a metade oeste do município, enquanto ao centro encontra-se a FLONA Roraima (unidade de conservação) e as PAs (Ajarani, Nova Floresta, Talismã, Vila Nova, Samaúma) encontram-se no centro-sul e centro-norte do município.

Observando o mapa institucional, percebe-se que a região do Apiaú não influencia a reserva indígena Yanomami nem a Unidade de Conservação existentes no município de

Mucajaí, logo, não há nenhuma restrição quanto a situação de sua localização geográfica. Entretanto, é necessário destacar que a região possui duas vilas inseridas em PAs – as vilas Vila Nova e Samaúma, inseridas nas PAs que recebem seus nomes.

Durante as visitas a campo foi possível observar que a população local vê a área rural como parte de sua localidade, prestando serviços aos moradores rurais e contando com os produtos fornecidos pelos produtores locais. Assim, as duas PAs possuem um relacionamento com o objeto de estudo, o que levou a adição dos territórios das PAs dentro dos possíveis limites de um novo município, como será demonstrado no Estudo de Viabilidade Municipal, se fundamentando no fato de que não existe nenhuma menção nos projetos de lei que proíba a emancipação desse tipo de área institucional.

5.1.7. Continuidade geográfica

Outro pré-requisito previsto pelo projeto de lei PLS 98/02 é a obrigatoriedade de continuidade geográfica, ou seja, que a retirada da área que pretende se emancipar não interrompa o formato geral do município, quebrando sua atual continuidade. Contudo, o projeto de lei cita a continuidade geográfica como pré-requisito, mas não aborda maiores detalhes.

Já o projeto de lei PLS 199/15 não lista a continuidade geográfica em sua enumeração de pré-requisitos, porém ele aborda o fato em seu texto, afirmando que não serão aprovados casos que causem perda da continuidade territorial e/ou da unidade histórico-cultural urbana de qualquer um dos Municípios envolvidos, a não ser que no caso de ilhas e arquipélagos.

No caso da região do Apiaú, a emancipação da área proposta não acarretará na perda direta da continuidade, uma vez que a área retirada se localiza no centro norte do município, permitindo que o município de Mucajaí permaneça com o centro sul ligando o restante de seu território (leste e oeste).

Apesar disso se faz necessário ratificar que por causa da grande porcentagem de terras indígenas protegidas dentro do território de Mucajaí, a retirada da área em questão poderia ser considerada como uma perda de continuidade histórico-cultural, uma vez que todo esse território ‘não-indígena’ do município compartilha essa mesma vivência semi-urbana, mantendo seus laços com os lotes rurais e os núcleos urbanos estabelecidos. Assim, esse

aspecto é mais fortemente avaliado durante o Estudo de Viabilidade Municipal e na análise das perguntas voltadas para a emancipação municipal, referentes ao plebiscito final, onde as questões de identidade, comunidade e pertencimento são melhor discutidas com a população.

Observando somente a questão física, Mucajaí continua com sua continuidade geográfica inalterada, diminuindo somente sua área total. A existência da unidade de conservação e da terra indígena, já abordadas no tópico anterior, colabora para a permanência dessa continuidade, evitando que seja proposta uma área de emancipação muito grande, uma vez que as duas regiões necessitam ser mantidas intactas e dentro do município onde já estão estabelecidas.

5.2. ESTUDO DE VIABILIDADE MUNICIPAL

Uma vez confirmada a existência de todas as condições necessárias para se dar início ao processo de emancipação, identificando que a área cumpre todos os pré-requisitos previamente citados, deve ser criado um requerimento subscrito por, pelo menos, 20% da população da região a ser emancipada – de acordo com o projeto de lei PLS 199/15 – e o mesmo deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa Estadual.

Depois de receber o requerimento acerca da criação de um novo município, a Assembleia Legislativa Estadual tem a responsabilidade de realizar o Estudo de Viabilidade Municipal, onde serão levantadas informações essenciais a respeito da região trabalhada e do município em que a mesma se localiza, visando avaliar a situação de ambos e diagnosticar o grau de viabilidade da emancipação desejada.

Esse estudo tem a intenção de estimar se as condições atuais da região a ser emancipada condizem com as necessidades de um município, buscando perceber as possíveis dificuldades e problemas que possam nascer de uma separação. Assim, o estudo é realizado se baseando em três aspectos primordiais: Viabilidade Sócio-Ambiental Urbana; Viabilidade Político-Administrativa; e Viabilidade Econômico-Financeira.

Os três pontos de vista abordados pelo Estudo de Viabilidade Municipal realizam uma leitura geral da região, se aprofundando nas questões ambientais, urbanas, administrativas e econômicas, utilizando-se de diversos especialistas de diferentes áreas para entender a realidade local, comparar a situação da área em questão com o restante do município e com os

outros municípios do estado, visando calcular as probabilidades de sucesso e/ou fracasso do novo município.

Baseando-se nisso, essa seção tem como objetivo principal apresentar um pouco do que é abordado nas três etapas do Estudo de Viabilidade Municipal, identificando as principais exigências e os métodos utilizados pelos responsáveis. Quando considerados relevantes e dentro da proposta geral do trabalho – assim como dentro da área de atuação dos autores – algumas dessas exigências serão demonstradas na região a partir de uma breve análise dos resultados encontrados durante a pesquisa, assim como a leitura urbana da região será realizada, fundamentada nas visitas a campo e na participação dos moradores locais, através de questionários ou entrevistas.

Entretanto, é importante afirmar que não cabe a essa pesquisa adentrar o viés político ou ainda promover leituras administrativas e/ou econômicas que deverão ser realizadas por especialistas das áreas de direito e economia, assim, alguns pontos serão citados e explicados, sem ser seguidos por uma aplicação direta na área estudada.

5.2.1. Viabilidade Socioambiental e Urbana

Dentro do planejamento do Estudo de Viabilidade Municipal está previsto que a viabilidade socioambiental e urbana de uma localidade deverá ser analisada a partir de uma lista de características, identificando os potenciais impactos ambientais e a estruturação urbana da área a ser emancipada. Inicialmente é necessário que haja o levantamento dos seguintes dados acerca da região:

- Novos limites do Município a ser criado, incorporado, fundido ou desmembrado e da área remanescente;
- Diagnóstico da situação de continuidade municipal e dependência funcional entre os núcleos urbanos dos Municípios envolvidos;
- Levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas;
- Levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária;
- Perspectiva de crescimento demográfico;
- Estimativa do crescimento da produção de resíduos sólidos e efluentes; e

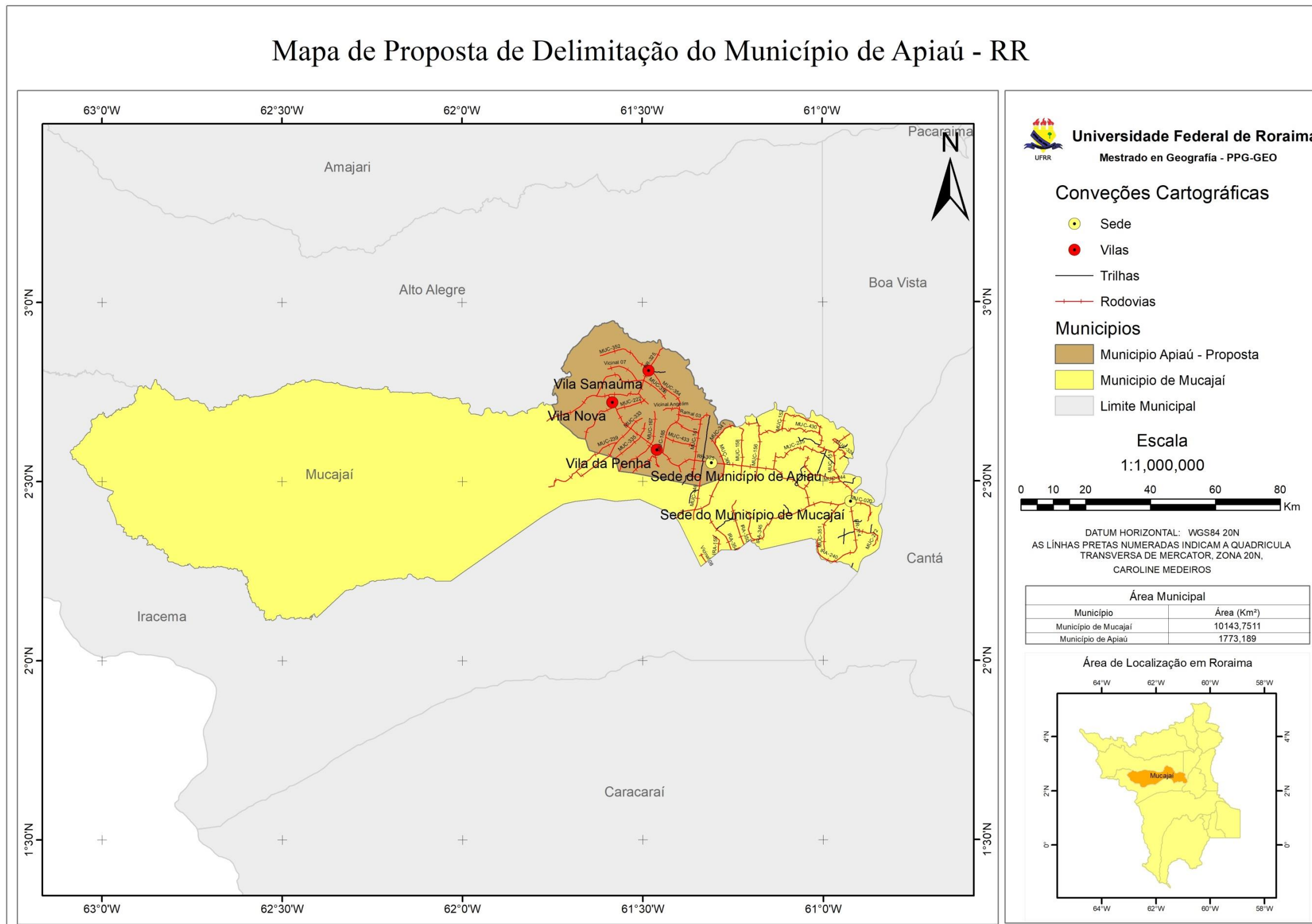
- Identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica.

Assim, essa etapa da análise urbana se inicia com a definição dos limites territoriais do novo município. Como mostra o Mapa 4, o ‘município de Apiaú’ foi planejado na parte Norte do município de Mucajaí, contendo não somente as quatro vilas previamente analisadas como também diversas vicinais e dois projetos de assentamento.

A região foi demarcada dessa forma principalmente por questões culturais, uma vez que se percebe claramente nas visitas a campo o sentimento de pertencimento e unidade entre os moradores das vilas e das vicinais, existindo inclusive uma rotatividade muito grande entre eles, com diversos moradores das vilas apontando que já moraram ou trabalharam nas vicinais, ou ainda que tem algum tipo de vínculo com as áreas rurais, seja através de parentes ou de trabalhos temporários durante a época de colheita.

Assim, embora as quatro vilas estudadas possuam particularidades que as diferenciam entre si, todas compartilham características similares, refletindo sua proximidade física, histórica e cultural. Essas semelhanças são responsáveis pelo sentimento de união que pode ser observado na área, fazendo com que a localidade possa ser agrupada no conceito de região, ou seja, a área apresenta pontos em comum que permitem que a mesma seja classificada como uma única unidade dentro de uma área maior. Dessa forma, agregar as principais vicinais próximas e os projetos de assentamento foi considerado uma decisão lógica com o intuito de respeitar a população local, suas origens rurais e a ligação dos moradores com a terra e sua produção.

Mapa 4 - Mapa de proposta de delimitação do município de Apiaú



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros e Ricardo Buitrón

Uma vez demarcados os novos limites municipais, se faz necessário decidir em qual vila a sede seria estabelecida. Os moradores locais se mostraram divididos quanto a escolha da vila que melhor se adaptaria as necessidades de uma sede municipal, com 43% apontando a Vila Apiaú como melhor opção para sede municipal, 42% citando a Vila Samaúma, 10% indicando a Vila da Penha e somente 5% respondendo Vila Nova. Quando questionados a respeito do motivo que justificava sua escolha, as respostas mais comuns foram tamanho físico, estrutura existente, importância histórica e centralidade.

Levando em consideração as respostas obtidas nos questionários e as observações em campo, optou-se por considerar a Vila Apiaú como a mais apropriada para ser transformada em sede municipal, baseando-se principalmente na sua significância histórica, no seu tamanho físico e na existência de uma infraestrutura básica que facilitaria a transição de vila para cidade.

O segundo aspecto analisado é referente a continuidade municipal e a dependência entre a área a ser emancipada e a sede atual de Mucajaí. Como já foi abordado anteriormente junto aos pré-requisitos para a emancipação municipal, a criação de um novo município não prejudica a continuidade física de Mucajaí, uma vez que o município permanece com suas áreas institucionais e sua estrutura física geral, entretanto pode interferir em outras dimensões.

Com a demarcação realizada foi possível calcular as novas áreas municipais, com o novo município finalizado com 1.773,189 m² e o município de Mucajaí com uma área diminuída para 10.143,751 m² - ou seja, aproximadamente 81% de seu território original. Destaca-se que a grande porcentagem de área demarcada como terra indígena (57,65%) dentro do município de Mucajaí acaba fazendo com que esse número se torne mais preocupante, uma vez que a emancipação retiraria aproximadamente 34% da área 'não-indígena' do município, o que poderia influenciar negativamente sua economia e sua continuidade cultural e histórica.

Quanto à dependência da região, fica claro que existe um relacionamento forte entre a área da região do Apiaú e a sede municipal, principalmente graças a necessidade de produtos, serviços e equipamentos urbanos que não são encontrados nas vilas, seja por inexistência ou por falta de manutenção e/ou qualidade. Assim, os questionários apontaram diversas áreas problemáticas que tem atingido a população local e que necessitariam serem resolvidas para que a localidade pudesse se estabelecer como um município independente e buscar o desenvolvimento local.

Durante a aplicação dos questionários foi perguntado aos moradores locais quais as maiores dificuldades enfrentadas nas vilas, sem que fosse sugerido qualquer modelo de resposta, para que se pudesse entender as necessidades locais a partir do ponto de vista no morador. Assim, na Tabela 8 se observa os diferentes problemas citados pelos moradores locais e a quantidade de moradores que o citou em cada vila, seguido pela somatória total de cada problemática. Aponta-se ainda que cada morador teve a liberdade de citar quantos problemas desejasse, independente do grau de urgência.

Tabela 8 - Problemáticas citadas pelos moradores da região do Apiaú

Problemática	Vila Apiaú	Vila da Penha	Vila Nova	Vila Samaúma	Total
Saúde	28	9	6	21	64
Segurança	19	7	9	25	60
Educação	7	5	6	19	37
Energia	15	1	1	9	26
Vias	10	4	1	9	24
Saneamento	11	1	2	6	20
Transporte	6	5	2	7	20
Água	9	2	1	4	16
Serviços	3	4	2	3	12
Iluminação	6	1	0	0	7
Imigração	0	0	1	0	1

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

A saúde aparece como o grande destaque negativo das entrevistas, com diversos moradores apontando a falta de médicos, instrumentos e medicamentos como algo rotineiro, reclamando das grandes distâncias que precisam ser percorridas para ser atendido na sede do município ou, em alguns casos mais específicos, na capital do Estado.

Já a segurança aparece em segundo lugar, tendo destaque especialmente na Vila Samaúma, onde os moradores apontaram sua preocupação com o crescimento constante do número de assaltos e da violência local em geral, culpando a falta de policiamento vindo da

sede municipal e indicando que ocasionalmente a sede de Alto Alegre manda rotas policiais passarem pela vila.

Figura 5 - Escola Municipal na Vila Apiaú



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Figura 6 - Escola Municipal na Vila Nova



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

A educação também foi apontada como problemática, tanto pela falta de professores quanto pela falta de transporte entre viciniais e vilas, o que leva muitos alunos a perderem aulas por não conseguirem se deslocar até as escolas, principalmente no período de chuvas. Já quanto a infraestrutura das escolas as reclamações não foram frequentes, com os moradores das vilas Apiaú e Samaúma afirmando que as edificações voltadas para o estudo estão em boas condições de uso, como é observado nas Figuras 5 e 6, embora o mesmo não possa ser dito das escolas das vilas da Penha e Nova, que necessitam de manutenção.

Figura 7 - Vias não asfaltadas na Vila da Penha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Figura 8 - Transporte público na Vila Samaúma



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Outro problema muito citado foi a péssima condição de manutenção das vias, tratando especificamente das ruas das vilas, como acontece na Figura 7, e das vicinais. Embora os trechos da RR 325 que passem pelas vilas estejam em ótimas condições de uso, as vicinais são praticamente inutilizáveis nos períodos de chuva, isolando a população rural e impedindo que os estudantes cheguem às escolas.

A falta de saneamento básico de qualidade e de opções de transporte público – entre vilas, entre as vicinais e até mesmo ligando os moradores aos demais municípios – também foram citados diversas vezes. A falta de locomoção influencia muito a vida dos moradores locais, que dependem de meios particulares de transporte para se deslocar ou precisam pagar valores muito altos com taxis e lotações. A busca por serviços em outras vilas ou na sede também contribui para esse problema, uma vez que há uma necessidade de deslocamento que não está sendo atendida. Entretanto, há algumas rotas de ônibus que atendem a região, como é possível observar na Figura 8.

A instabilidade do fornecimento de água e energia também foi citada, embora muitos tenham admitido que esse problema se encontra em uma escala bem reduzida atualmente, especialmente em comparação com as longas e constantes interrupções de serviço que ocorriam há alguns anos.

Os moradores também clamavam por investimentos no lazer e cultura – com construção de quadras de esporte, praças, parques e centros comunitários – pois eles acreditam que opções de entretenimento e acesso a cultura seriam essenciais para o desenvolvimento saudável dos jovens da região, auxiliando também no controle do uso de álcool e drogas na região.

Por fim foram citados também a falta de iluminação – apontada por moradores como muito prejudicial, pois colabora com o aumento de criminalidade – e a imigração. Os imigrantes venezuelanos foram citados como um problema por somente um morador, que afirmou se preocupar com o aumento populacional na vila e com o aumento da criminalidade gerada pela falta de oportunidade de empregos.

Assim, observa-se que ainda existe uma dependência muito grande entre as vias e a sede municipal, uma vez que os serviços essenciais são cedidos pela sede. Além disso, a questão econômica também tem uma participação importante nessa dependência, como será abordado posteriormente.

Já a respeito da tipologia das edificações locais percebe-se que a grande maioria dos imóveis tem uso residencial, com destaque para a existência de um ‘centro’ comercial e institucional nas vias principais das vilas Apiaú e Samaúma, enquanto os pontos comerciais se encontram bem mais dispersos e escassos nas vilas da Penha e Nova.

Figura 9 - Casa em madeira na Vila Apiaú



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Figura 10 - Vila da Penha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Nas vilas Apiaú e Samaúma pode-se observar construções extremamente bem acabadas, ainda que realizadas de forma simples, demonstrando um verdadeiro cuidado e carinho pelas habitações. Observam-se casas pequenas, mas com acabamentos finalizados – como fica evidenciado pela Figura 9 – e até mesmo as casas construídas totalmente em madeira, que geralmente possuem características mais temporárias, possuíam em sua maioria uma cor diferente, um tipo de acabamento e vedação para as aberturas, e estavam bem conservadas. Em uma comunidade onde existe certa carência econômica, esse capricho indica muito o forte apego emocional entre usuário e residência.

Esse apego fica ainda mais claro durante as entrevistas, onde os moradores falavam com orgulho de suas conquistas, e mesmo durante os momentos em que os pontos negativos da localidade eram comentados as pessoas insistiam em apontar as muitas qualidades de sua região, mostrando como a conexão emotiva entre o usuário e a habitação se reflete no relacionamento do usuário com o lugar.

As vilas da Penha e Nova, entretanto, possuem uma malha urbana muito menor do que as outras vilas observadas, com ruas sem asfalto e um tamanho físico bem reduzido – como demonstram as Figuras 10 e 11. As construções observadas já não possuíam o mesmo cuidado visto nas outras localidades, e a quantidade de imóveis construídos em madeira era maior, indicando investimentos menores nas residências.

Figura 11 - Vila Nova



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

No demais, todas as vilas possuem um gabarito de construção semelhante, ou seja, as construções têm características gerais comuns, citando: edificações com somente o pavimento térreo; coberturas de fibrocimento com inclinação baixa e estrutura em madeira; predominância de forros de PVC; aberturas facilitando a ventilação cruzada; e a prática de autoconstrução, observada em vários pontos e comentada pelos entrevistados.

Quanto aos serviços, em geral as vilas têm um abastecimento total de água e energia, entretanto todas sofrem com a instabilidade no fornecimento, passando alguns dias sem os serviços. Alguns problemas na comunicação também são gerados com a falta de energia, fazendo com que eles não consigam comunicar o problema por telefone, tendo então que se deslocar a sede municipal. Entretanto, diversos moradores entrevistados apontaram o baixo preço pago pela água e energia no local, afirmando que essas taxas menores ajudam no crescimento do comércio local e compensam, até certo ponto, as dificuldades de fornecimento.

Por fim, a área delimitada como potencialidade de emancipação não possui áreas institucionais a serem catalogadas – uma vez que o território indígena e a unidade de conservação ficaram fora dos limites do novo município. Sendo assim, toda a área proposta na delimitação poderia ser utilizada para crescimento, seja rural nas áreas dos PAs ou urbano nas áreas das vilas.

5.2.2. Viabilidade Político-Administrativa

A viabilidade político-administrativa de uma região deve ser demonstrada a partir do levantamento de informações quantitativas das necessidades municipais, ou seja, a enumeração da quantidade de funcionários, imóveis, equipamentos, veículos, instalações e qualquer instrumento essencial ao funcionamento e manutenção de um município da escala observada, levando em conta as necessidades dos Poderes Executivo e Legislativo. Entretanto, para que esse levantamento seja realizado de maneira adequada é necessário compreender todos os atributos e direitos do município como unidade administrativa, assim como sua forma de administração própria.

Os Poderes Executivo e Legislativo dentro do município serão representados pela Prefeitura e pela Câmara de Vereadores, respectivamente, ambos independentes entre si e em

relação aos demais poderes e órgãos do Estado e da União, exercendo suas atribuições próprias. A Constituição brasileira não prevê subordinação e/ou dependência entre os dois Poderes e suas áreas de competência, de forma que ambos são fundamentais para o funcionamento do município.

Assim, de acordo com o artigo 30 da Constituição de 1988, os municípios brasileiros tem jurisdição para atuar sobre os seguintes aspectos:

- Legislar sobre assuntos de interesse local;
- Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados por lei;
- Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- Prestar, com a cooperação técnica da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Dessa forma, Zmitrowicz e Biscaro (1988) apontam que faz parte da competência municipal todas as obras e serviços que se enquadram nas atividades reconhecidas do município, ou seja, ações como limpeza pública, fornecimento de redes de abastecimento (água, energia e esgoto), iluminação pública, prestação de serviços de saúde e de educação fundamental, assistência social, execução de obras viárias e de infraestrutura, entre outros.

Ainda faz parte dos direitos e atribuições do município o poder de formular e ditar sua própria Lei Orgânica, também conhecida como Carta Própria, que seria o equivalente a uma Constituição Municipal. A Lei Orgânica determina as normas gerais do município, ou como esclarecem Zmitrowicz e Biscaro (1988, p. 8):

“[...] constam na Lei Orgânica Municipal preceitos que determinam as regras para a realização das eleições municipais, a composição da Câmara de Vereadores, as remunerações do executivo municipal, as proibições e incompatibilidades a que estão sujeitos Prefeito e Vereadores, a organização municipal, as normas administrativas, a administração tributária e financeira do município, o planejamento municipal e seus instrumentos, a participação popular e a adoção de políticas para o desenvolvimento do município nos diversos setores.”

Assim, a independência administrativa é a característica fundamental que define um município, com direitos e atribuições concedidas pelo Estado e composto pela área urbana, contendo a sede municipal, e a área rural.

A administração municipal é dirigida, primeiramente, pelo Prefeito – posição de maior autoridade dentro do Poder Executivo – tendo a função de comandar, supervisionar e coordenar todas as ações e serviços referentes ao Município, sendo auxiliado pelo Vice-Prefeito e por diferentes Secretários Municipais, Coordenadores ou ainda Diretores de Departamento. A quantificação do número de secretarias e departamentos vai depender diretamente do grau de concentração das atividades administrativas, de acordo com a forma de governo e a estrutura da Prefeitura local.

Ainda dentro do Poder Executivo, a administração municipal é dividida em órgãos meio – responsáveis por oferecer condições para as operações, ou seja, definir, planejar e instrumentar as ações necessárias – e os órgãos fim – com a finalidade de executar o que foi proposto. No Quadro 2 pode-se ver os órgãos meio mais comumente encontrados nas administrações municipais brasileiras e suas definições, enquanto no Quadro 3 está identificado e conceituado os órgãos fim mais frequentes.

As denominações e atribuições das secretarias podem variar entre municípios, afinal a Lei Orgânica prevê a autonomia municipal para estabelecer sua própria estrutura administrativa, designando subdivisões para as secretarias já citadas ou ainda criando secretarias auxiliares e coordenadorias para áreas específicas, como turismo, comércio, esporte e outros.

Dessa forma, entendendo as funções e deficiências do município, o Estatuto de Viabilidade Municipal tem o objetivo – durante sua análise da viabilidade político-administrativa – de identificar quais seriam as maiores necessidades do novo município, propondo os diferentes órgãos meio e fim a serem estabelecidos, e estimando o número de servidores públicos exigidos para o funcionamento eficiente do Poder Executivo, propondo a abertura de concursos ou ainda a relocação de servidores permanentes já locados em unidades que podem estar situadas dentro ou fora da área emancipada, que serão transferidos para o novo município.

Quadro 2 - Órgãos meio mais frequentes e suas atribuições

Órgãos Meio	
Secretaria de Governo	Responsável pela coordenação das relações internas entre as diversas unidades da Administração e a coordenação e execução das relações com a comunidade;
Secretaria de Administração	Responsável pelo planejamento administrativo, envolvendo organização, sistemas e métodos, bem como o gerenciamento das informações municipais;
Secretaria de Planejamento	Responsável pelo planejamento municipal, nos seus aspectos urbanísticos, sociais e econômicos, bem como a coordenação e o controle do desenvolvimento municipal;
Secretaria Jurídica	Responsável pela orientação jurídica do município, a representação judicial e extra judicial da Fazenda pública ou da Administração direta municipal e a orientação normativa, no campo jurídico, da Administração indireta municipal;
Secretaria de Finanças	Responsável por toda a política e administração tributárias do município, bem como sua política econômico-financeira, a administração das finanças e das licitações e materiais públicos.

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros com base nos dados de ZMITROWICZ E BISCARO (1988)

Quadro 3 - Órgãos fim e suas atribuições

Órgãos Fim	
Secretaria de Obras	Responsável pela execução e fiscalização de todas as obras do município, em especial das viárias, de edificações públicas e de saneamento básico, bem como a fiscalização e o controle do uso e ocupação do solo;
Secretaria de Transportes	Responsável pela execução da programação da engenharia de tráfego e do transporte municipal, bem como o gerenciamento e a manutenção da frota de veículos pertencente ao município;
Secretaria de Educação e Cultura	Responsável pela execução dos programas de educação e assistência escolar da

	Administração Municipal e dos programas de preservação do acervo documentário e de difusão cultural;
Secretaria de Saúde	Responsável pela prestação de serviços de saúde à população em geral e a execução de programas de prevenção;
Secretaria de Habitação	Responsável por estabelecer, coordenar e controlar a política habitacional do município, bem como controlar e coordenar os programas e projetos de urbanização de núcleos favelados e de habitação popular;
Secretaria do Bem Estar Social	Responsável pela execução dos serviços de promoção social;
Secretaria de Meio Ambiente	Responsável pela coordenação e a implantação da política de meio ambiente do município, observando a manutenção e a promoção do equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental.

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros com base nos dados de ZMITROWICZ E BISCARO (1988)

Além do Poder Executivo, também é necessária quantidade de funcionários esperada para atuar no Poder Legislativo, quantificando o número de representantes que irão integrar a Câmara dos Vereadores. De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, juntamente com a emenda nº 58 de 2009, o número de vereadores está ligado ao número de habitantes do município, assim, municípios com até 15 mil habitantes – como seria o caso da região do Apiaú – tem um número máximo de nove vereadores.

Entretanto, o que realmente estabelece o número total de vereadores é a Lei Orgânica de cada município, com base na receita local, estipulando o número de vereadores que o município tem condições financeiras de arcar. Os municípios tem uma data limite para estabelecer ou retificar o seu número de vereadores – antes que se inicie o processo eleitoral e os partidos definam seus candidatos – e é essencial destacar a importância dessa decisão, uma vez que o número de vereadores indicara a influência do município no cenário legal federal.

Assim, a análise da viabilidade político-administrativa é essencial para a criação de um município, pois ela que definirá as necessidades administrativas mínimas que serão utilizadas na mensuração das quantidades de funcionários e equipamentos públicos. Esse

estudo é realizado pela Assembleia Legislativa – da mesma forma como o restante do Estudo de Viabilidade Municipal – através da criação de uma equipe interdisciplinar.

Cabe ainda apontar aqui que os questionários demonstraram que existe um apoio político por trás da intenção de emancipação municipal local, uma vez que dentro dos moradores que afirmaram possuir conhecimento prévio da possibilidade de emancipação, 33% afirmaram ter ficado ciente dessa possibilidade através de contato com políticos locais que estimulavam e prometiam a emancipação, enquanto 61% apontaram a população local como fonte de informação – ainda citando que a população é endossada por promessas políticas. Assim, fica claro que há interesse político na região por parte dos atuais representantes locais, com alguns vereadores sendo citados por nome.

5.2.3. Viabilidade Econômico-Financeira

A etapa de análise da viabilidade econômico-financeira do Estudo de Viabilidade Municipal é responsável por verificar a existências de condições econômicas positivas para a criação de um novo município, ou seja, averiguar a realidade econômica atuais do município existente e as possíveis consequências de uma emancipação. Assim, é essencial se obter dados econômicos a respeito do município de Mucajaí e da área que pretende se emancipar, a região do Apiaú.

Antes de prosseguir é necessário afirmar que existe uma grande lacuna de conhecimento no que diz respeito à situação econômica da região do Apiaú. Na verdade, observa-se que existe uma falta de dados referente à maior parte das vilas dos municípios do estado de Roraima, demonstrando a urgência de pesquisas que atuem em cima da área rural e dos pequenos municípios.

Diversos órgãos foram abordados – entre eles o ministério da fazenda; a Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (ADERR); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Secretária Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); a Prefeitura de Mucajaí; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e as Casas de Produção Rural (CPR) – mas pouca informação oficial foi coletada. A grande maioria dos funcionários afirmou que não existem estimativas oficiais atualizadas da produção rural (com exceção da produção de gado) na região, uma vez que os órgãos trabalham com números municipais, sem subdivisões. Dessa forma, ratifica-se a importância

de pesquisas científicas na área – principalmente acerca da parte econômica e produtiva – e se enfatiza a atual falta de interesse observada em muitos dos responsáveis locais.

A dificuldade em se obter informações econômicas também demonstra as barreiras enfrentadas pelas áreas em busca de emancipação, uma vez que todos os dados necessários deverão ser coletados em campo, processados e apresentados, para somente então serem analisados pela comissão do Estudo de Viabilidade Municipal.

No âmbito econômico-financeiro, o PLS 98/02 aponta que os responsáveis pelo estudo deverão apresentar e analisar os seguintes documentos:

- Receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;
- Receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente;
- Estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo dos Municípios envolvidos;
- Indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A intenção desses documentos é verificar se a área em questão possui uma realidade econômica que permitiria que a mesma arcasse com as necessidades financeiras de um município, sem prejudicar a economia do município do qual a área foi emancipada. Assim, para que o estudo de viabilidade econômico-financeiro seja positivo é essencial que se comprove, ao mesmo tempo, que a emancipação resultara em dois municípios que tenham a capacidade de se manter e de atender a sua população.

Embora essa pesquisa não pretenda adentrar a questão econômica, principalmente pela falta de experiência e bagagem educacional nessa área específica, existem alguns comentários que necessitam ser feitos, uma vez que eles foram identificados e tem grande influencia na decisão final do processo de emancipação.

Durante o levantamento bibliográfico apresentado no capítulo anterior, foi possível perceber que a economia do município de Mucajaí tem a agropecuária como sua fundação mais sólida, representando aproximadamente 20% do PIB total do município. Produtos como arroz, feijão, milho, soja e banana foram apontados pelos moradores como os destaques da agricultura local, além de uma intensa criação de gado e de áreas para piscicultura. Entretanto, quando se analisa os dados econômicos encontrados referentes a região do Apiaú é possível observar que ela não somente se baseia na agropecuária, mas que ela é fundamental para a economia de Mucajaí.

Como já foi apontado anteriormente, Mucajaí possui o maior rebanho do estado de Roraima, possuindo atualmente 127.221 cabeças de gado – de acordo com os dados cedidos pelo veterinário responsável da ADERR – sendo que aproximadamente 27.000 cabeças estão localizadas próximas à sede municipal (especialmente na Vila Rouxinho), enquanto 100.000 cabeças foram identificadas na região do Apiaú, ou seja, 78,6 % da produção de gado de Mucajaí se encontra atualmente dentro da região do Apiaú.

Com aproximadamente 65.000 cabeças, a região da Vila Samaúma tem sozinha 627 propriedade voltadas para a criação de gado, o que representa quase 60% das 1.047 propriedades totais espalhadas pelo município. Essas propriedade focam na engorda de animais para o abate, sendo que 95% do gado é vendido para ser abatido nos abatedouros de Boa Vista e 5% permanecem em Mucajaí, onde a carne é preparada nos próprios açougues – só existem quatro abatedouros oficiais em Roraima, estando três em Boa Vista e um em Cantá. Assim, a ADERR considera a região do Apiaú como uma região foco de engorda para o abate, sem esquecer da ‘bacia leiteira’ localizada nas vicinais 7 e 8 próximas a Vila Apiaú, que conta com 15 produtores de leite.

A ADERR ainda esclareceu que o preço dos animais vendidos é baseado no peso da carcaça após o abate – sendo o valor atual de 10,30 reais por quilo para bois e 9,70 reais por quilo para vacas – com a média de peso de meia carcaça de um animal saudável sendo aproximadamente 110 quilos, o que gera um valor próximo de 2.260 reais por boi.

Já na questão da agricultura, as casas do produtor rural (CPR) – representante da SEAPA nas áreas rurais do estado – locadas na Vila Apiaú e na Vila Samaúma foram contatadas a respeito da produção agrícola local, com o intuito de se obter algumas informações. Entretanto, a CPR de Samaúma se encontra atualmente sem um representante técnico, assim não foi possível ter acesso direto as informações catalogadas por ela na região.

Na fruticultura, a CPR da Vila Apiaú identificou a banana como o produto agrícola de maior significância local, com a existência de uma produção de 211 hectares, produzindo uma média de 212.000 cachos por ano, o que equivale a aproximadamente a uma renda de 1.688.000,00 reais anuais. A laranja também foi apontada como uma fruta muito produzida no local, com 7 hectares produzindo 8.400 sacos por ano e gerando uma renda média de 504.000,00 reais por ano. Outro produto citado foi o limão, com uma produção de 4 hectares gerando 2.400 sacos e aproximadamente 192.000,00 reais por ano.

Quanto à produção de culturas anuais, a mandioca – grande destaque da produção de Mucajaí – se destaca com 45 hectares, ou seja, aproximadamente 78% da área de produção de mandioca do município². Com uma produção forte nas vicinais 14 e 17, a região do Apiaú produz uma média anual de 2.000 sacas e gerando 380.000,00 reais anuais. Além disso, a SEAPA prevê um aumento de pelo menos 15 hectares de área local voltada para esse produto até o ano que vem, uma vez que diferentes agricultores entraram em contato com a secretária em busca de empréstimo de maquinário específico para iniciar sua produção de mandioca no ano de 2018/2019.

A piscicultura também se mostrou uma prática forte na região, com o município de Mucajaí possuindo 463 hectares de lâmina de água, distribuídos em 111 propriedades diferentes, sendo que aproximadamente 50% se localizam dentro da região do Apiaú. Contudo, atualmente somente 20 dessas propriedades estão ativadas e produzindo, o que tem prejudicado a economia local – foram apontadas como causas dessa situação a má escolha do local onde os tanques foram construídos e a má escolha do produtor, uma vez que a falta de interesse e investimento levou muitas propriedades a serem desativadas. Atualmente, há uma produção anual de 480 toneladas de tambaqui no município de Mucajaí – sendo vendido a aproximadamente 6.500 reais cada tonelada – com 50% desse valor produzido na região do Apiaú.

A SEAPA considera que atualmente o município de Mucajaí tem muitos tipos de artigos sendo produzidos no estado, mas que sua maioria se encontra em áreas voltadas para agricultura de subsistência, com pouca significância no mercado regional. Contudo, o

² É importante destacar que foram obtidas informações extremamente conflitantes referentes a quantidade de áreas destinadas a produção de alguns produtos, especialmente no caso da mandioca. De acordo com dados cedidos pelo SEPLAN, o total de área voltada para a produção de mandioca em Mucajaí se aproxima de 400 hectares, entretanto a SEAPA garantiu que esse número não condiz com a realidade, afirmando que a área de produção não ultrapassa 60 hectares. Como as informações do SEAPA estavam baseadas nos relatórios enviados pelas diversas CPRs do município e por se tratar de um órgão especializado em questões de abastecimento, escolheu-se considerar a sua informação como correta.

município se destaca por uma produção forte de quatro produtos: mandioca, banana, peixe e gado. Assim, fica clara a importância da região do Apiaú para a economia de Mucajaí, uma vez que ela representa a maior parcela de produção dos quatro produtos citados como essenciais para a economia municipal.

Dessa forma, percebe-se que a emancipação dessa área representaria uma perda significativa para a economia atual do município de Mucajaí, prejudicando muito a realidade financeira e refletindo na situação dos produtores e comerciantes locais. Ainda que não haja uma análise a fundo das despesas e arrecadações municipais atuais e previstas para o novo município, já é possível perceber que a emancipação geraria dois municípios extremamente fracos economicamente, que dependeriam muito de auxílios governamentais para arcar com as despesas municipais mínimas, com os gastos de um processo de emancipação e com os investimentos necessários para o estabelecimento de uma nova sede municipal.

5.3. PLEBISCITO

O plebiscito é um instrumento de consulta popular para determinar uma decisão que tenha relevância geral para a população, podendo abranger questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. O plebiscito é marcado por sua necessidade de convocação previa ao ato legislativo ou administrativo em questão e é previsto no art. 14 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

A Lei nº 9.709 ainda aponta que para questões de relevância nacional – como incorporação, subdivisão ou desmembramento dos estados – o plebiscito deve ser convocado mediante decreto legislativo, enquanto para questões de competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios o mesmo deve ser convocado em conformidade com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica, respectivamente.

Pode-se afirmar então que o plebiscito é uma forma prática de entender as opiniões e ideias da população referente a algum assunto de relevância social que está sendo discutido pelos seus representantes legais. Assim, o plebiscito se apresenta como um instrumento essencial para a participação do povo das decisões administrativas, colaborando para o fortalecimento da democracia.

O plebiscito representa a última etapa eliminatória do processo de emancipação municipal. A Assembleia Legislativa terá acesso às informações necessárias para realizar e analisar o Estudo de Viabilidade Municipal, tendo o poder de decidir pela sua impugnação ou homologação e, caso o estudo seja devidamente homologado, a Assembleia autorizará a realização do plebiscito, consultando toda a população do município pré-existente – tanto da área a ser emancipada como de todo o restante do território municipal. É necessário que haja um resultado positivo – com mais de 50% da população total votando a favor da separação – para que a emancipação municipal seja aprovada.

Com a intenção de estimar um possível resultado para o plebiscito, foram adicionadas quatro perguntas específicas nos questionários aplicados nas vilas da região do Apiaú, buscando saber se a população local tem ciência dessa possibilidade e o que eles pensam a respeito de uma futura emancipação.

Quando questionados a respeito do seu conhecimento prévio da possibilidade de emancipação 64% dos moradores locais afirmaram estar a par dessa possibilidade, assegurando já terem ouvido essa proposta através de promessas políticas, de comentários entre a população local e até mesmo de conversas com suas próprias famílias e amigos.

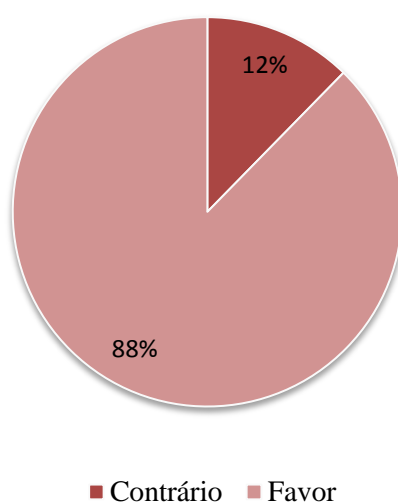
Em seguida, os moradores foram questionados quanto a seu posicionamento referente a emancipação municipal e, como pode ser visto no Gráfico 13, a grande maioria afirmou ser a favor de um processo de emancipação, enquanto somente 12% se mostraram contrários a separação territorial da área.

Quando questionados sobre os motivos que os levavam a se posicionar dessa forma, os moradores a favor da emancipação se dividiram, com 83% afirmando que uma emancipação traria mais desenvolvimento para a região, enquanto 17% apontaram que seu posicionamento se baseava na esperança de uma separação política trazer novos cargos a serem preenchidos, criando novos empregos locais. Já a população contrária se dividiu em três respostas: 44% dos moradores afirmaram que a falta de estrutura da região não permitiria um desenvolvimento apropriado de um município; 28% apontou a falta de desenvolvimento econômico e social como um impedimento para a emancipação; e 28% afirmaram que os gastos necessários para uma emancipação municipal não poderiam ser bancados pela economia da região.

As mesmas questões foram adicionadas também aos questionários aplicados na sede de Mucajáí, apresentando resultados diferentes. Na sede municipal somente 51% dos moradores afirmaram já ter conhecimento prévio da intenção de emancipação municipal da

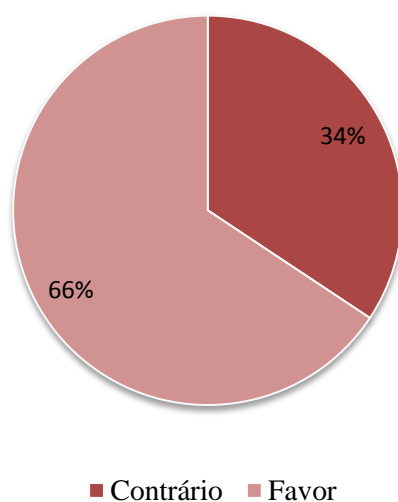
região do Apiaú, sendo que esses apontaram as mesmas fontes de informação da população da região – população local, políticos locais e familiares. Entretanto, como pode ser observado no Gráfico 14, somente 66% dos moradores questionados demonstraram um posicionamento positivo quanto à emancipação municipal da região do Apiaú, uma porcentagem bem menor do que a obtida nas vilas.

Gráfico 13 - Posicionamento dos moradores da região do Apiaú quanto à emancipação



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Gráfico 14 - Posicionamento dos moradores da sede de Mucajaí quanto à emancipação



Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Assim como nos questionários aplicados nas vilas, os moradores foram indagados quanto aos motivos que justificavam seus posicionamentos. Os moradores que responderam de forma positiva a possibilidade de emancipação municipal justificaram suas respostas a partir de quatro diferentes motivos: 68% afirmou que a emancipação seria uma chance de desenvolver a área em questão; 18% apontou que novos empregos seriam criados para a população das vilas e vicinais; 7% citaram que o transporte e circulação de bens e pessoas seria beneficiado; e 7% afirmaram que acreditam que as vilas já possuem os pré-requisitos necessários, logo não haveria motivo para não serem emancipadas. Contudo, os moradores que se posicionam contra a emancipação afirmaram que as vilas não tem o desenvolvimento necessário para a emancipação (39%), que os gastos necessários não seriam viáveis (31%) e que o tamanho reduzido dos núcleos urbanos das vilas não justifica uma emancipação (30%).

Para se ter uma noção geral de um resultado estimado de um plebiscito a respeito dessa questão, as porcentagens encontradas nos questionários quanto ao posicionamento dos moradores foram aplicadas nos números totais de moradores da região e do município, estipulando um número aproximado. Assim, com uma população total estimada de 8.467 pessoas na região do Apiaú, 7.450 pessoas representariam os 88% favoráveis encontrados nos resultados dos questionários, enquanto 5.980 moradores representariam os 66% favoráveis no restante do município, dentro do número total de 9.061 – moradores do município de Mucajaí que não se encontram na região do Apiaú.

Assim, somando os resultados individuais das duas áreas percebe-se que o total final é uma estimativa de 13.430 pessoas a favor da emancipação municipal em questão, o que representa aproximadamente 76,6% da população total de Mucajaí, ou seja, o processo de emancipação seria aprovado pelo plebiscito.

Cabe lembrar que o resultado do plebiscito seria irrelevante caso os pré-requisitos não sejam cumpridos e/ou o Estudo de Viabilidade Municipal seja impugnado, uma vez que a convocação do plebiscito esta diretamente atrelada a aprovação das duas etapas iniciais.

5.4. DIAGNÓSTICO FINAL

Essa pesquisa se iniciou com uma análise dos principais conceitos geográficos, das definições e das características gerais dos conceitos administrativos, que seriam utilizados recorrentemente durante o desenvolvimento do texto, e das diferentes etapas de criação da criação de municípios segundo a legislação brasileira, com o intuito de se ter uma fundamentação básica clara sobre a qual o estudo pudesse ser construído. Em seguida observou-se todo o contexto histórico do objeto de estudo e de seu entorno, visando compreender a realidade local e completar a base de conhecimento, identificando as marcas históricas que transformaram a região e sua imagem. Com a base de conhecimento fortalecida, a pesquisa se dedicou a levantar os principais dados – geográficos, populacionais e econômicos – do local, observando sua situação atual e agrupando essas informações para que as mesmas pudessem ser utilizadas futuramente. Finalmente, com todas as etapas iniciais vencidas, foi possível realizar uma simulação de análise, seguindo as fases propostas pelos projetos de lei mais recentes, que culminou no diagnóstico acerca da potencialidade de emancipação na região do Apiaú, como resultado final dessa dissertação.

Durante esse capítulo pode ser avaliado as características essenciais referentes a possibilidade de emancipação municipal, indo desde o levantamento de dados para verificar o cumprimento dos pré-requisitos propostos por lei até uma simulação estimada do resultado de um futuro plebiscito, buscando posicionar a região como um potencial de emancipação ou comprovar o aspecto utópico dessa proposta.

A partir das informações e análises realizadas criou-se a Tabela 9, resumindo os resultados gerais desse diagnóstico. Como demonstra a Tabela 9, dos sete pré-requisitos propostos por lei para classificar uma área como uma potencialidade de emancipação municipal a região do Apiaú foi reprovada em dois deles, não possuindo todas as características essenciais para ser considerada apta a iniciar um processo de emancipação municipal. O número de eleitores e a porcentagem de arrecadações estimadas não alcançam o valor mínimo sugerido, embora afirme-se que a falta de informações confiáveis interfira nessa análise, especialmente quanto a questão econômica e as arrecadações da região.

Tabela 9 - Diagnóstico final da simulação do processo de emancipação municipal da região do Apiaú, a partir de diferentes tópicos de análise

DIAGNÓSTICO FINAL			
Tópico de Análise		Situação	Observações adicionais
Pré-requisitos	População Mínima	APROVADO	
	Número de Eleitores	REPROVADO	
	Núcleo Urbano	APROVADO	
	Número de Imóveis	APROVADO	Somente segundo as especificações do PLS 199/15
	Arrecadações	REPROVADO	Indeferido por falta de informações econômicas
	Situação/Localização	APROVADO	
	Continuidade Geográfica	APROVADO	Sem considerar continuidade histórica ou cultural
Estudo de Viabilidade	Sócio-Ambiental e Urbana	APROVADO	Não se encontrou nada que impossibilitasse o processo
	Política-Administrativa	APROVADO	Não se encontrou nada que impossibilitasse o processo
	Econômico-Financeira	REPROVADO	Com necessidade de estudos mais aprofundados
Plebiscito	Plebiscito Geral	APROVADO	

Elaboração: Caroline Ferreira Medeiros

Independente dos pré-requisitos, a região também foi reprovada no Estudo de Viabilidade Municipal, uma vez que a mesma não obteve um resultado positivo na análise da viabilidade econômico-financeira. Destaca-se que o não cumprimento das condições necessárias nesse âmbito se dá graças a grande importância da região do Apiaú dentro do contexto econômico do município de Mucajaí, representando uma perda imensurável ao município. Quanto aos outros aspectos abordados no Estudo de Viabilidade Municipal, embora ainda necessite ser realizada uma análise mais aprofundada, realizada por um grupo de especialistas em diferentes áreas, não foi encontrada nenhuma característica que impedisse a aprovação.

Por fim, quanto ao plebiscito, percebe-se que o resultado seria positivo, uma vez que a população se demonstrou bastante favorável a possibilidade de emancipação municipal. Entretanto, cabe ressaltar que a parcela da população que se demonstrou contrária a

emancipação possui argumentos muito relevantes, apontando a falta de infraestrutura básica e a precariedade econômica da região e do município como barreiras que atualmente não são ultrapassáveis, demonstrando uma opinião forte baseada em características da realidade local. Já a população que se posicionou favorável a emancipação apresentou motivos mais emocionais, como o desejo por um fortalecimento – político, econômico e social – da região e a crença de que a região possuía os pré-requisitos necessários – independente de haver algum motivo que justificasse, de fato, uma emancipação.

Além disso, ao observar o problema mais de perto foi possível observar o descaso e até mesmo a falta de preparação das prefeituras dos pequenos municípios, de forma que dados essenciais para a organização e administração local simplesmente não existiam. Quando questionados, os funcionários apontaram diversos motivos para a ausência dessas informações, indo desde a falta de recursos para pagar especialistas nas áreas até a acusação de que tal serviço é obrigação dos estudantes universitários e de pós-graduação do estado, que deveriam levantar dados e, de acordo com a prefeitura, não o fazem. Assim, se questiona se esse problema não se agravaria com prefeituras ainda menores e com menos recursos, contribuindo para o aparecimento de municípios sem planejamento e sem perspectiva de crescimento ordenado.

Essa lacuna de conhecimento realmente existe e não é uma surpresa, uma vez que diversos autores já trabalharam a falta de pesquisas acadêmicas a respeito das pequenas cidades, destacando como causas para esse problema a grande escala e evidência dos problemas das metrópoles, o interesse pessoal dos pesquisadores, a negligência com eixo urbano-rural e o desejo de visualização de certas instituições. Assim, a falta de informações acadêmicas se une a falta de informações administrativas, o que prejudica o planejamento urbano e a gestão dessas áreas, uma vez que não há dados tanto no âmbito conceitual quanto nas características específicas dos pequenos municípios.

Por fim, existe ainda o constante problema da descentralização política, que permanece dividindo o território brasileiro em áreas cada vez menores, aumentando o número de funcionários públicos pagos pela União e os demais gastos dos Poderes. No caso de Roraima, já foi discutido a desproporção que existe entre a sede e os demais municípios, em um caso considerado por alguns como uma macrocefalia urbana, onde uma sede bem estabelecida se destaca entre municípios pouco desenvolvidos e enfrentando problemas sociais, econômicos e políticos para continuar a pagar as suas próprias despesas municipais. Dessa forma, observando tanto o município de Mucajáí como a região do Apiaú, percebe-se que existe uma

grande possibilidade de uma estagnação econômica e social seguindo a emancipação, o que levaria a criação de um município que não possuiria as condições necessárias para se desenvolver de forma saudável e, ao mesmo tempo, prejudicaria um município que já não possui uma realidade social e econômica extremamente estável.

Conclui-se então que, embora a região do Apiaú possua muitos aspectos que a caracterizam como uma área de interesse para a emancipação municipal, ela não tem todas as condições essenciais para o início desse processo, além dos indícios de que a longo prazo a região a emancipação prejudicaria a economia do município de Mucajaí, de forma que atualmente a região não pode ser considerada uma área de potencialidade de emancipação municipal. Ressalta-se que a região possui muito potencial de crescimento, e que caso esse estudo seja feito novamente em alguns anos, com os dados populacionais e econômicos já atualizados e um desenvolvimento econômico significativo tanto na região do Apiaú como em Mucajaí, ela pode alcançar todos os pré-requisitos necessários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação verificou a existência das condições essenciais para a criação de um novo município por processo de emancipação municipal na região do Apiaú, localizada no município de Mucajaí, no estado de Roraima. A região estudada inclui quatro centros urbanos em desenvolvimento que podem ser caracterizados como povoados, mas que por escolha da população local são denominados de vilas. Além da área urbana – representada especialmente pelas vilas Apiaú, Penha, Nova e Samaúma – a região também abrange uma área rural, incluindo diversas vicinais próximas e os projetos de assentamento Vila Nova e Samaúma.

O estudo se iniciou com uma discussão dos conceitos geográficos mais relevantes ao tema proposto – espaço, território e região – para que o restante da pesquisa pudesse ser escrito sobre essa base geográfica, entendendo as diferentes abordagens desses termos. Em seguida foram levantados dados acerca dos principais conceitos administrativos e legais envolvendo a emancipação municipal, ou seja, as definições mais significantes e as etapas e consequências de um processo de emancipação municipal.

Após essa fundamentação teórica estar terminada, percebeu-se a necessidade de entender o contexto geohistórico da região e de seu entorno, compreendendo as transformações que ocorreram no local, os agentes que influenciaram o espaço durante os anos e as marcas que sua história deixou na imagem atual da região. Observou-se principalmente a importância da agropecuária na construção histórica do espaço estudado, assim como as relações e disputas envolvidas em sua territorialização. A região do Apiaú é uma área relativamente recente e seu desenvolvimento está ligado a práticas políticas de controle populacional, domínio de fronteiras e expansão territorial, com sua gênese ligada a inserção de fazendeiros e pecuaristas no local e seu desenvolvimento atrelado a construção da BR-174, que atraiu trabalhadores e aumentou a circulação de pessoas e produtos.

Em seguida, se fez necessário a realização de um estudo de caso, levantando as principais características – geográficas, populacionais e econômicas – da região e de seu entorno, para que fosse criado um banco de dados que permitisse futuramente uma análise dos diferentes pré-requisitos relacionados ao processo de emancipação. Nesse momento monta-se um perfil do morador local da região do Apiaú, unindo as informações levantadas e os resultados obtidos durante a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas. Percebe-se claramente o relacionamento que existe entre a área rural e a área urbana da

região, assim como a dependência entre vilas e sede, causada principalmente pela falta de serviços básicos.

A dissertação chega então ao seu objetivo principal, fazendo um diagnóstico da potencialidade de emancipação municipal da região, analisando os diferentes pré-requisitos exigidos pelos projetos de lei abordados e simulando o Estudo de Viabilidade Municipal, com o intuito de perceber as condições atuais reais da região e prever as possíveis consequências de uma emancipação, tanto para a região quanto para Mucajaí.

Assim, os resultados obtidos demonstram que a falta de dados populacionais e econômicos a respeito da região atrapalha a análise da questão, uma vez que embora as estimativas alcançadas demonstrem que a região possui parte dos pré-requisitos necessários, outros aspectos não puderam ser devidamente verificados – como foi o caso da análise econômica das arrecadações locais – pois a prefeitura e os demais órgãos não possuíam qualquer tipo de informação relevante sobre o assunto. A falta de dados atualizados também se mostrou um desafio a ser vencido e, embora metodologias alternativas tenham sido aplicadas na tentativa de se contornar essa dificuldade, características específicas – como o número de imóveis – tiveram de ser estimados com base em informações obtidas nos questionários. Além disso, percebeu-se que a região do Apiaú também não possui a condição determinada quanto ao número mínimo de eleitores, o que pode ser atribuído à população jovem local ou ainda a fato de que muitos eleitores não atualizaram seus cadastros junto ao TSE, tendo seus votos contabilizados em outras zonas eleitorais.

Quanto ao Estudo de Viabilidade Municipal, a pesquisa apontou que nos âmbitos social e político-administrativo a região do Apiaú possui um potencial de desenvolvimento, o que classificaria a área como apta a iniciar um processo de emancipação sem grandes prejuízos ao município de origem, contudo, no aspecto econômico, a análise confirmou a grande importância da região do Apiaú na economia de Mucajaí, uma vez que a região é uma grande produtora dos quatro produtos de destaque do município – gado, peixes, mandioca e banana – e a sua retirada do territorial municipal prejudicaria muito a situação financeira de Mucajaí, o que impactaria a qualidade de vida da população local.

Já no que diz respeito ao plebiscito exigido, foi realizada uma simulação baseada nas respostas obtidas nos questionários, que apontou que a maioria da população tem uma opinião favorável a emancipação, o que levaria a um resultado positivo. Contudo, é importante notar

que os argumentos apontados pelos moradores contrários a emancipação eram muito bem desenvolvidos e levavam em conta a realidade econômica e estrutural das vilas.

Dessa forma, a dissertação concluiu que a região do Apiaú não pode, atualmente, ser considerada como uma potencialidade de emancipação municipal, uma vez que ela se possui diversos aspectos negativos que não podem ser desconsiderados – falta de dados oficiais atualizados, não cumprimento de todos os pré-requisitos e potencialidade de prejuízo a economia de Mucajaí caso a emancipação ocorra. Entretanto, fica claro que a região do Apiaú tem uma grande potencial de desenvolvimento, de maneira que se acredita que com um crescimento dos municípios roraimenses, e um investimento na economia municipal de Mucajaí, essa região poderá vencer esses obstáculos e alcançar a desejada posição de município em um futuro.

Destaca-se ainda a necessidade urgente de pesquisas de cunho econômico na região, sendo que diversas informações relevantes referentes à economia local simplesmente não existem, o que atrapalha qualquer projeto econômico ou de desenvolvimento na região. Os dados econômicos são fundamentais para se criar um panorama geral das vilas, assim como entender mais a fundo a relação de dependência que existe entre sede e vilas, dessa forma, garantir a existência desses dados deveria ser uma prioridade da administração local.

Percebe-se também a importância de estudos que abordem as pequenas cidades brasileiras, apontando suas características gerais e individuais, ao mesmo tempo em que se buscam formas de suprir as necessidades locais e entender a realidade da população. Especialmente em estados como Roraima, onde há uma grande desproporção de pesquisas entre a capital e os demais municípios, dar voz a essas localidades é de extrema importância, contribuindo para uma melhor visualização de suas dificuldades e identificando seus potenciais de crescimento.

Espera-se que esse trabalho possa servir de modelo para explicar a importância e as dificuldades encontradas na pesquisa em pequenos municípios, demonstrando de forma didática o processo de emancipação municipal brasileiro atual e todos os aspectos que devem ser avaliados antes de uma decisão tão impactante seja tomada. Além disso, espera-se que a discussão possa ser levada a outras regiões do estado, para que áreas que desejam a emancipação possam descobrir se existe realmente essa possibilidade e/ou onde eles precisam trabalhar e desenvolver para que esse processo possa ser iniciado.

Por fim, aponta-se a necessidade de continuar a se pesquisar a região do Apiaú, buscando solucionar seus problemas de falta de dados, atualizando as informações que já existem e construindo o conhecimento local, para que o meio acadêmico continue contribuindo para o crescimento e desenvolvimento populacional e econômico desse local. Os pequenos municípios de Roraima têm grande potencial, mas necessitam ser trazidos a tona para que o governo e os investidores locais possam enxergar esse valor e aplicar recursos, melhorando a qualidade de vida no estado e destacando as diferentes qualidades de Roraima.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, v. 13, n. 2, p. 01-15, jul./dez. 2011. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16893>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 15, de 12 de setembro de 1996. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 set 1996.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993. Disponível em: < http://www.oim.tmunipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/C2E2202D-B55A-5493-9695F0DF427A6F0618032015103318.pdf&i=2722>. Acesso em: 03 maio 2017.

CACHATORI, T. L.; CIGOLINI, A.A. Análise do processo de criação de municípios no Brasil. In: Colóquio Internacional De Geocrítica, 12, 2012, Bogotá. **Anais do XII Colóquio Internacional De Geocrítica (on-line)**. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/coloquio_2012/actas/11-A-Cigolini.pdf>. Acesso em: 05 abril 2017.

CALDAS, E. L. **O processo de criação de municípios no Estado de São Paulo entre 1991 e 1996: uma abordagem institucionalista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

CIGOLINI, A. A. Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil. **Revista de estudos brasilenos**, v. 4, n. 6, p. 95-107, jan./jun. 2017. Disponível em: < <https://reb.universia.net/article/download/2553/2192> >. Acesso em 15 ago. 2017.

CIGOLINI, A. A. **Fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no estado do Paraná**. 1999. 141p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CIGOLINI, A. A. **Território e criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**. 2009. 210p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CIGOLINI, A. A.; MATIOLO, E. A nova legislação e a potencialidade de criação de novos municípios no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 01, 2014, Rio de Janeiro. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. 2014. Disponível em: < <http://www.editora1.com/anais-conge/arquivos/978-85-63800-17-6-p508-519.pdf> >. Acesso em: 27 abril 2017.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel, 1982.

FEITOSA, O. L. **Os impactos do PRONAF aos agricultores familiares na colônia do Apiaú em Mucajaí-RR**. 2015. 195 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

FLEURY, S. F. Emancipação de municípios: um exame de indicadores. **Revista do Legislativo**, nº 37, p. 58-73, jun./dez. 2003. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1513/1513.pdf?...1>>. Acesso em: 05 abril 2017.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GALDINO, L. K. A. **Sociedade, política, cultura e meio-ambiente**: subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na terra indígena São Marcos -Roraima. 2017. 205 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GODOY, M. J. Municípios de pequeno porte: uma escala antiga, uma temática recente. In: Jornada Científica da Geografia, 04, 2016, Alfenas. **Anais da 4ª Jornada Científica da Geografia UNIFAL-MG (on-line)**. 2016. p. 377-383. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/anais>>. Acesso em: 06 maio 2017.

GOMES, G.M.; MAC DOWEL M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. Brasília: Ipea, 2000. 29 p. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4133>. Acesso em: 01 abril 2017.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3, jan./jun. 2010. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/1s2017/haesbaert.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **Censo 2010**. 2010a. [online] Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

IBGE. **Divisão regional**. 2010b. [online] Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 12 jun. 2017.

IBGE. **IBGE - cidades@**. 2016. [online] Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=140030>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

IBGE. **Notas Metodológicas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: 16 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos - Informações Gerais**. [online] Disponível em: <[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=25&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=4](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=25&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=4)>. Acesso em: 07 set. 2018.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. et al. (org.). **A Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1980.

LACERDA, E. G. **As origens do urbano em assentamentos rurais na Amazônia: o caso do município de Rorainópolis – RR**. 2017. 176p. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>>. Acesso em: 15 set. 2018.

LENCIONE, S. Região e Geografia: A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, J. C. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M.; XAVIER, A. (org.) **Dinâmica dos Municípios**, Brasília: IPEA, 2008. p. 13-52.

MAGALHAES, M. G. S. D. **Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista-RR: Editora UFRR, 2009.

PINTO, S. F. L.; MOLINARI, D. C. Impactos ambientais nas cidades de Rorainópolis e Mucajaí no estado de Roraima- (RR). In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16, 2010. Porto Alegre. **Anais...** 2010, p. 1-8. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18312188-Impactos-ambientais-nas-cidades-de-rorainopolis-e-mucajai-no-estado-de-roraima-rr.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SANTOS, E.; NASCIMENTO, T. N. A.; SANTOS, D. Criação de municípios por emancipação de distritos – Terra Nova do Norte. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 07, 2014, Vitória. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/24173168-Criacao-de-municipios-por-emancipacao-de-distritos-terra-nova-do-norte.html>>. Acesso em: 03 maio 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

SEABRA, G. **Pesquisa Científica: O método em questão**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Mucajaí - RR 2014**. 4ª ed. Elaboração: DIEP, Boa Vista, 2014. 76 pag.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Mapa de Áreas Institucionais – Município de Mucajaí**. Centro de Cartografia, Geotecnologia e Planejamento Territorial, 2015a.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Mapa de Cobertura Vegetal – Município de Mucajaí**. Centro de Cartografia, Geotecnologia e Planejamento Territorial, 2015b.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Mapa Hidrográfico – Município de Mucajaí**. Centro de Cartografia, Geotecnologia e Planejamento Territorial, 2015c.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Mapa Exploratório de Solos – Município de Mucajaí**. Centro de Cartografia, Geotecnologia e Planejamento Territorial, 2015d.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Mapa de Padrões de Relevo – Município de Mucajaí**. Centro de Cartografia, Geotecnologia e Planejamento Territorial, 2015e.

SILVA, J. M. Cultura e Territorialidades Urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 09-37, 2000. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2109/1590>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, M. R. Pensamento Geográfico e Geografia Urbana: algumas considerações. **Geoambiente on-line**, Jataí, n. 1, p. 01-21, jul./dez. 2003.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. 2007. 329 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

STAEVIE, P. M. Expansão urbana e exclusão social em boa vista – Roraima. **Oculum Ensaios**. Campinas, p. 68-87, 2011.

TOMIO, F. R. L. A criação de municípios após a constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006>. Acesso em: 03 maio 2017.

TOURNEAU, F. M. L. **Colonização Agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima**. GREDAL/CNRS, Anais de Geografia, nº 621, 2001.

TRIBUNAL REGIONAL ESTADUAL DE RORAIMA. **Cadastro Eleitoral - Endereço das Seções**. [online] Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rr-endereco-das-secoes-6a-zona-eleitoral-eleicoes-2018>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

TRINDADE, S. C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, v. 3, n. 5, jul./dez. 1998. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf>. Acesso em 05 abril 2017.

VASCONCELOS, P. A.. A cidade da Geografia no Brasil. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp,1994.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 235 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WANDERLEY, C. B. **Emancipações municipais em Minas Gerais: estimativas e seus impactos sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. Disponível em: < <http://epge.fgv.br/files/2180.pdf>>. Acesso em 10 maio 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de questionário a ser aplicado na população da Região do Apiaú.

01. Em qual das vilas da Região do Apiaú você reside?

Vila Apiaú Vila da Penha Vila Nova Vila Samaúma Outra: _____

02. Qual é a situação atual da sua residência?

Alugada Emprestada/Cedida Comprada Ocupada Outro: _____

03. Qual o número de moradores da sua residência?

1-2 2-3 3-4 5-6 7-8 9-10 Mais de 10

04. Há quanto tempo você mora na vila?

Meses 1-5 anos 5-10 anos 10-15 anos 15-20 anos Mais de 20 anos

05. Qual a principal fonte de renda da sua família?

Agropecuária Comércio Indústria Serviços privados Outros: _____

06. Qual a média da renda familiar?

Menos de 1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 3-4 salários mínimos Mais de 5 salários mínimos

07. Aonde você morava antes de vir para a vila?

Sede de Mucajaí Boa Vista Outro município Outro estado Outro país

08. O que te fez escolher mudar para essa vila em particular?

Proximidade com a família Oportunidade de trabalho Disponibilidade de residência Outro: _____

09. Na sua opinião, qual a principal fonte de renda da vila?

Agropecuária Comércio Indústria Serviços privados Outros: _____

10. Com qual frequência você visita a sede do município?

Menos de 1 vez no mês 1-3 vezes ao mês 1 vez por semana 2-4 vezes por semana 5 ou mais vezes na semana Diariamente

11. Qual a sua avaliação quantos aos seguintes serviços na vila:

a. Educação: 1 2 3 4 5 Comentário: _____

b. Saúde: 1 2 3 4 5 Comentário: _____

c. Energia: 1 2 3 4 5 Comentário: _____

d. Água: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

e. Saneamento básico: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

f. Situação das vias: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

g. Segurança: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

h. Serviços/comércios: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

i. Mobilidade: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Comentário: _____

12. Você já ouviu falar na possibilidade de emancipação da região do Apiaú?

() Não () Sim. Quando e como? _____

13. O que você acha dessa possibilidade?

() Contrário () A favor

Porquê? _____

14. Caso houvesse uma emancipação, qual vila deveria ser a nova sede municipal?

() Vila Apiaú () Vila da Penha () Vila Nova () Vila Samaúma () Outra: _____

Porquê: _____

15. Quais os maiores problemas enfrentados na vila atualmente? _____

APÊNDICE B – Modelo de entrevista a ser aplicada na população da Região do Apiaú.

01. Qual a relação que existe entre a vila em que você mora e a sede municipal?

02. Quais foram as principais mudanças vistas na vila nos últimos anos? Você considera que houve um desenvolvimento urbano?

03. Onde você morava antes de vir para essa vila e o que te fez escolher essa localidade?

04. Você já ouviu falar da possibilidade de emancipação da Região do Apiaú? Qual o seu posicionamento frente a essa questão?

05. Em sua opinião, quais as possíveis consequências (positivas e negativas) a emancipação traria para a região?

APÊNDICE C – Modelo de questionário a ser aplicado na população da sede do município de Mucajaí.

01. Há quanto tempo você mora na sede de Mucajaí?

Meses 1-5 anos 5-10 anos 10-15 anos 15-20 anos Mais de 20 anos

02. Qual das vilas da Região do Apiaú você já visitou?

Nenhuma Vila Apiaú Vila da Penha Vila Nova Vila Samaúma
 Outra: _____

03. Você já residiu em alguma vila da Região do Apiaú?

Não Sim. Qual? _____

04. Com qual frequência você visita a Região do Apiaú?

Nunca 1-3 vezes ao mês 1 vez por semana 2-4 vezes por semana 5-6 vezes na semana Diariamente Quais os motivos da visita? _____

05. Você já ouviu falar na possibilidade de emancipação da região do Apiaú?

Não Sim. Quando e como? _____

06. O que você acha dessa possibilidade?

Contrário A favor

Porquê? _____

07. Na sua opinião, quais as consequências que a emancipação dessa área traria para o município de Mucajaí? _____

APÊNDICE D – Modelo de entrevista a ser aplicada na população da sede do município de Mucajaí.

01. Qual a relação que existe entre a sede de Mucajaí e as vilas da Região do Apiaú?

02. Você considera que houve um desenvolvimento urbano nas vilas nos últimos anos?

03. Você já ouviu falar da possibilidade de emancipação da Região do Apiaú? Qual o seu posicionamento frente a essa questão?

04. Em sua opinião, quais as possíveis consequências (positivas e negativas) a emancipação traria para a região do Apiaú?

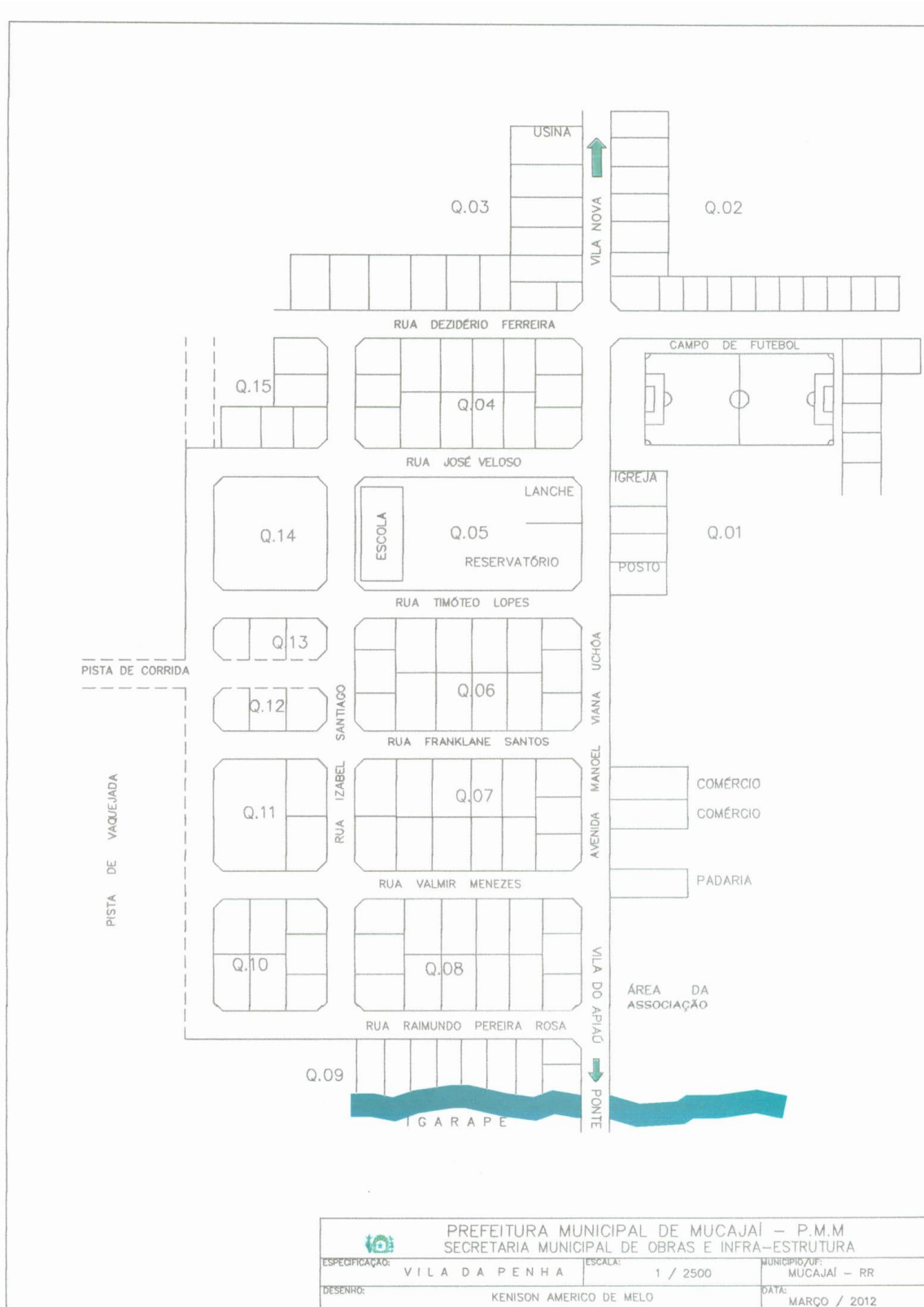
05. Quais seriam os impactos dessa emancipação na sede municipal?

ANEXOS

ANEXO A – Mapeamento da Vila Apiaú

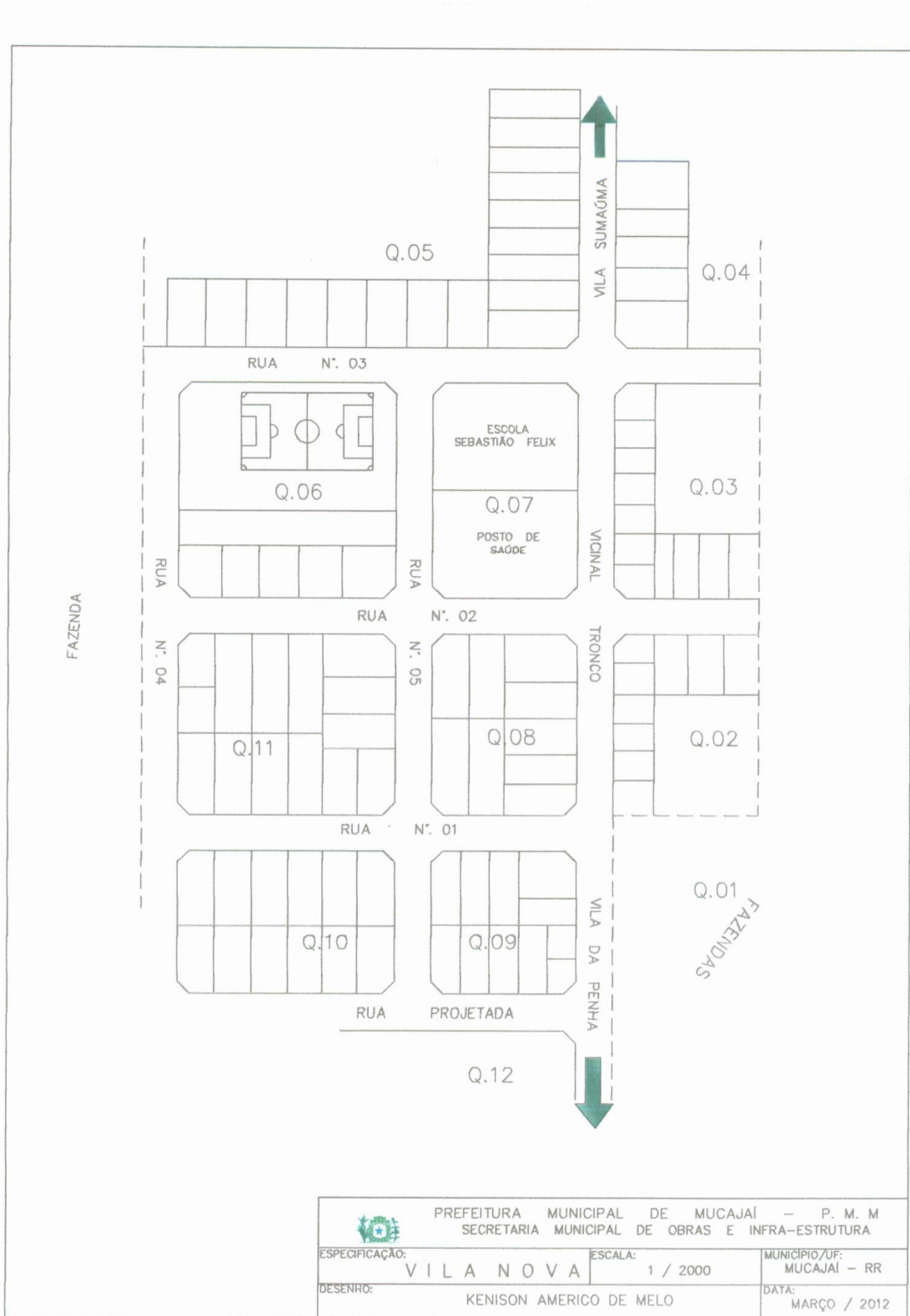


ANEXO B – Mapeamento da Vila da Penha



 PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAI – P.M.M SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA		
ESPECIFICAÇÃO:	VILA DA PENHA	ESCALA: 1 / 2500
DESENHO:	KENISON AMERICO DE MELO	MUNICÍPIO: MUCAJAI – RR DATA: MARÇO / 2012

ANEXO C – Mapeamento da Vila Nova



ANEXO D – Mapeamento da Vila Samaúma

